PESQUISANDO O TERRITÓRIO PAULISTA

METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2019

Secretaria de Desenvolvimento Social

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

João Rafael Calvo da Silva

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Guilherme Guimarães Pallerosi

Priscila de Souza

GRUPO DE TRABALHO

SEDS - SEDE

André Luiz Machado de Lima

Daniele Ribeiro da Silva

Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva

Guilherme Guimarães Pallerosi

Liliana Millan de Brito

Marcela Purini Belém

Maria de Fátima Nassif

Naiara Carneiro Teixeira

Paulo Roberto Dine dos Santos

Priscila de Souza

Salete Dobrev

Tatiane Sousa Magalhães

Vanessa Mesquita dos Santos

SEDS – DRADS

Titulares

Ana Cristina Obata – Campinas

Cleide Regina Delgado - Botucatu

José Raimundo de Souza - Grande SP Oeste

Maria Izildinha Dias Dionísio – Barretos

Rejane de Menezes Sanches - Alta Paulista (Dracena)

Rose de Cássia Raposo Erthal - Vale Paraíba

Arlete Aparecida Nago - Capital

Suplentes

Ana Maria Leme da Silva Sampaio – Piracicaba

Gervison Marcos Melão Monteiro - Baixada Santista

Karina Rodrigues - Mogi das Cruzes

Milena Rolin - Itapeva

Rosana Cardoso - Fernandópolis

Tatiana Roberta Borges Martins - Franca

COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Adriana de Paula Marçal Camargo

Beatriz Aparecida Moreira

Cesar Augusto Silva de Souza

Danilo Brenn

Denise Diotto

Edilson do Carmo

Ilda Aparecida Fiorante Fiore

Itagira de Sena Pires

João Jorge Der Filho

José Andson de Maria Brasil

Marcos Vinicius Gomes de Medeiros

Nayara de Souza Araújo

Ricardo Lima Nascimento

Tatiane Ramos de Lira

Teresa Mazza

ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (EDESP)

André Luiz Machado de Lima

Sueli Barros Pereira

S241p São Paulo (*Estado*). *Secretaria de Desenvolvimento Social.*

Pesquisando o Território Paulista: Metodologia do Diagnóstico Socioterritorial [recurso eletrônico] / Secretaria de Desenvolvimento Social. -- São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2019.

108p.: gráfs.,tabs.,fot.

Formato: Adobe Acrobat Document (pdf.)

Modo de acesso: Internet. -- (Censo SUAS)

ISBN 978-65-88527-01-6 (recurso eletrônico)

1. Políticas Públicas 2. Política de Assistência Social 3. Planejamento da Assistência Social. 4. Metodologia. I. Título

CDU 303.1(815.6)

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação, Biblioteca e Arquivo da Secretaria de Desenvolvimento Social
Ficha catalográfica elaborada pela EDESP-CEDB da Secretaria de Desenvolvimento Social (Bibliotecária Claudete Manoel dos Santos)

Apresentação

A Vigilância Socioassistencial é uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas. A área funciona como apoio às atividades de planejamento, organização e execução de ações, desde a gestão às unidades executoras de serviços socioassistenciais. Neste contexto, a Norma Operacional (NOB SUAS 2012) também determina que todos os Estados da União deverão elaborar o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS), com periodicidade quadrienal, contendo um diagnóstico socioterritorial que traga as demandas socioassistenciais e a necessidades relacionadas a gestão e ao atendimento da população. Diante do desafio de analisar as demandas sociais e o planejamento das ações estratégicas para os próximos anos, a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) desenvolveu uma metodologia inédita, e elaborou um diagnóstico socioterritorial, dinâmico e eficiente, que contou com larga participação de técnicos da pasta, além de contribuições de municípios de diferentes regiões do estado.

O encerramento do trabalho de diagnóstico socioterritorial ocorreu durante o II Encontro de Vigilância Socioassistencial, onde foram consolidados os resultados do estudo e avaliado todo o processo de diagnóstico socioterritorial. O encontro contou com direção da Coordenadoria de Gestão Estratégica e a parceria da Escola de Desenvolvimento Social (EDESP), além do trabalho técnico do Grupo de Trabalho (GT) Vigilância Socioassistencial. O GT contou com representantes das outras coordenadorias da SEDS, Coordenadoria de Ação Social (CAS), Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS), Coordenadoria de Políticas sobre Drogas (COED), Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN), e também as Diretorias Regionais de Desenvolvimento e Assistência Social (DRADS) de cada uma das VI macrorregião do estado.

Agradecemos todas as pessoas envolvidas no processo. O formato participativo adotado em todas as etapas desde o planejamento do piloto, à realização das oficinas, à concepção do evento explica o sucesso alcançado. Esta publicação consolida todo o processo desenvolvido ao longo de mais de nove meses de trabalho, contemplando os conceitos que envolvem o estudo, a metodologia utilizada e resume os resultados obtidos.

Boa leitura.

João Rafael Calvo da Silva,

Coordenador de Gestão Estratégica

Sumário

1. Introdução 8

2. Contexto do Diagnóstico Socioterritorial 10

3. Estudos e análises com dados quantitativos 13

3.1. As bases de dados para diagnósticos na área da assistência social 13

3.2. Seleção de indicadores sociais e da gestão da assistência social 17

4. Pesquisa qualitativa sobre vulnerabilidades socioassistenciais e demandas para rede de proteção social 23

4.1. Formulário de Respostas 27

4.2. Guia de Acompanhamento da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial e Manual da Equipe de Apoio 28

4.3. II Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial 30

5. Síntese dos Resultados 34

6. Bibliografias citadas 35

7. Anexo 36

ANEXO 1 36

ANEXO 2 47

ANEXO 3 81

ANEXO 4 95

ANEXO 5 144

1. Introdução

Esta publicação traz parte importante dos debates e dos conceitos que envolveram a construção de metodologia do diagnóstico socioterritorial, no contexto do planejamento estratégico quadrienal do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS 2020/2023). A Política Nacional de Assistência Social tem em sua estrutura a necessidade de elaboração de diagnósticos socioassistenciais como instrumentos de gestão para o planejamento estratégico de cada ente federativo para o desenvolvimento coordenado do Sistema Único de Assistência Social. No entanto, após 15 anos da publicação da Política Nacional e da primeira versão da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, ainda é um desafio para cada estrutura de gestão em seu âmbito (principalmente municípios e estados) para apreender e aprimorar estes instrumentos em suas estruturas de gestão.

O termo "diagnóstico socioterritorial" tem como base a orientação da legislação e dos materiais técnicos produzidos pelo Ministério da Cidadania. No entanto, também é usado o termo "diagnóstico socioassistencial" indicando uma análise específica da Política Pública de Assistência Social. Apesar do presente estudo estar alinhado com uma análise socioassistencial, buscou-se relacionar o trabalho com outros estudos sociais que dão maior profundidade a visão dos fenômenos, optando-se à primeira denominação.

A publicação "*Pesquisando o Território Paulista: metodologia do Diagnóstico Socioterritorial da Secretaria de Desenvolvimento Social",* consiste em descrever o processo, desde a construção de metodologia, com seleção de estudos, indicadores sociais, pesquisa qualitativa e participativa, à análise da demandas e potencialidades socioterritoriais. A última etapa do trabalho resultou no II Encontro de Vigilância Socioassistencial para técnicos da SEDS, realizado no dia 27 de agosto

de 2019, onde foram apresentados os resultados obtidos durante o processo de elaboração do diagnóstico socioterritorial.

A metodologia que iremos apresentar foi construída pelo Grupo de Trabalho, contemplando tanto uma visão ampla e geral do estado de São Paulo, como uma análise dos territórios regionais das 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social. A metodologia segue 3 etapas:

Captação de dados sociais e de gestão com seleção dos indicadores sociais para análise e construção metodológica das dinâmicas de análise qualitativa;

Oficinas onde foram analisados e debatidos indicadores e mapas;

Apresentação dos resultados e consolidação do diagnóstico socioterritorial.

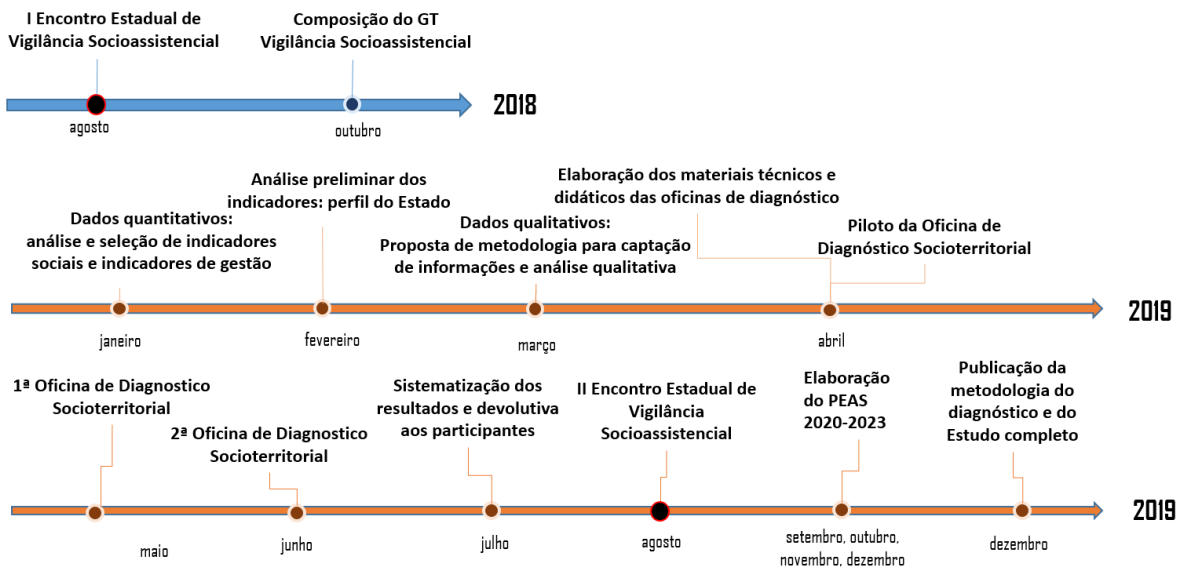
2. Contexto do Diagnóstico Socioterritorial

A experiência vivenciada na elaboração de estudos e diagnósticos socioterritoriais (ou socioassistenciais) dos últimos 10 anos foi separada do planejamento estratégico das ações de assistência social, mantendo-se também apartada da interface com as demais políticas sociais do estado de São Paulo. Em 2015, a Coordenadoria de Gestão Estratégica da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, decidiu junto ao gabinete do Secretário pela contratação de empresa para elaboração do diagnostico socioterritorial para o planejamento quadrienal, período 2016 - 2019. Naquela ocasião, houve debate com as equipes técnicas da área sobre quais deveriam ser as ferramentas e as etapas de um estudo como este. Em meados de 2018 foi feita uma avaliação do diagnóstico e do Plano Estadual de Assistência Social 2016 - 2019 pela própria coordenadoria e naquele momento percebeu-se que o processo não trouxe os resultados esperados, não foi percebido mudanças significativas na forma de gestão e/ou as informações disponibilizadas não apresentavam clareza para contribuir com novas diretrizes para a atuação das equipes.

A Coordenadoria de Gestão Estratégica passou a organizar a área de Vigilância Socioassistencial, e uma das estratégias foi a realização do I Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial, ocorrido em agosto de 2018. Nesta ocasião, destacou-se a necessidade da elaboração de um diagnóstico para o a partir do PEAS 2016-2019 feito pelas próprias equipes da pasta, não apenas como entrega de um produto final, mas como um processo de aprendizagem coletivo, com produção de consensos e baseado em estudos científicos e dados técnicos, que permitissem um planejamento objetivo e transparente. Assim, durante esta ocasião as áreas técnicas da Secretaria Estadual de Assistência

Social, concordaram sobre a necessidade de elaboração de um diagnóstico feito com mão de obra da casa, dando o marco inicial ao trabalho. Em outubro daquele, mesmo ano, formou-se o grupo de trabalho – GT Vigilância Socioassistencial para a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial que daria subsídios para o planejamento estratégico quadrienal do PEAS 2020 - 2023, além de auxiliar outras diretrizes para o trabalho - técnico.

IMAGEM 1 – LINHA DO TEMPO: DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL 2020/2023



Durante o 2º semestre de 2018 a equipe de Vigilância Socioassistencial passou a levantar estudos, metodologias e fontes de dados disponíveis, além de uma seleção de indicadores sociais e de gestão, além de experiências e metodologias para elaboração de diagnósticos socioassistenciais. No mês de janeiro de 2019, o GT se reuniu para apresentar os indicadores sensíveis à política pública de assistência social, como referência para escolha e seleção foram estabelecidos critérios de periodicidade, abrangência e desfragmentação territorial (dados que possibilitem observar até a escala municipal). Além disso, os membros do GT, conforme conhecimento de cada área, passaram a compor uma biblioteca virtual, compilando algumas publicações que

contribuíssem aos estudos, disponibilizados em um *drive* específico para este trabalho. As informações obtidas possibilitaram criar um perfil preliminar do Estado e das 26 regiões equivalentes as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social da SEDS.

Em março de 2019, o GT se reuniu para definir uma proposta de pesquisa qualitativa, que daria aprofundamento às análises técnicas, auxiliando a construção de consensos relacionados ao planejamento estratégico. O modelo desenvolvido para abranger uma análise de todo o Estado, contou com duas oficinas onde uma seleção de gestores e trabalhadores da política de assistência social foram conduzidos a reflexões em grupos, pautadas em indicadores e dados previamente selecionados, apresentados de maneira didática e fácil entendimento. Os debates foram feitos com grupos de pessoas que vivem região do estado e trabalham nas Diretorias Regionais de Desenvolvimento e Assistência Social (Drads), ou nos órgãos gestores da assistência social dos municípios, que participaram das dinâmicas onde foram captadas informações e consensos que contribuíram ao entendimento de diretrizes, ações estratégias ao planejamento da política estadual de assistência social.

Após a realização das oficinas, iniciou-se um trabalho de sistematização dos resultados e devolvidos aos os participantes para conhecimento da produção coletiva. Em julho, iniciou-se a elaboração de texto para debate e apoio ao planejamento do PEAS 2020 - 2023. O texto preliminar foi apresentado e debatido no II Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial, ocorrido em 27 de agosto de 2019. Nesta ocasião, foram avaliados a metodologia e os resultados obtidos com o trabalho de Diagnóstico por atores internos e externos a esta pasta, inclusive da comunidade acadêmica e governo federal. O evento contou com a participação de representante de todas ás áreas técnicas da SEDS, além de palestrantes falando sobre aspectos conceituais, metodológicos e do conteúdo estruturante do texto.

3. Estudos e análises com dados quantitativos

O trabalho de diagnóstico socioterritorial é voltado ao planejamento quadrienal da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e envolve uma abordagem ampla da sociedade brasileira e paulista. Para conhecer as condições de vida da população e fazer projeções que auxiliem o planejamento é necessária uma reflexão que extrapola o público restrito ao perfil da área de assistência social. Desta forma, a primeira etapa da pesquisa elaborada pelo Grupo de Trabalho foi exploratória, buscando levantar as principais fontes com estudos, captação de dados quantitativos e estatísticas, além de metodologias que contribuíssem com uma análise específica, alinhada com o objetivo do planejamento quadrienal da pasta.

3.1. As bases de dados para diagnósticos na área da assistência social

O estudo de diagnóstico teve início com uma pesquisa nas principais fontes de dados oficiais, estudos técnicos e acadêmicos, conforme demonstrado no quadro 1. O ponto de partida foi levantar os estudos e pesquisas publicados pelo Ministério da Cidadania, passando pelas instituições de pesquisa oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE), e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que além da captação e produção de dados estatísticos, possuem publicações com análises e estudos amplamente reconhecidos. Neste contexto, destacam-se as publicações fundamentais para compreensão de fenômenos demográficos, sociais e econômicos, como: a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2019); o

SP Demográfico (SEADE, 2018) e o SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas (MDS, 2015).

Também foram utilizadas plataformas de busca onde são publicados artigos e pesquisas acadêmicas, tais como, os portais das agências de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de âmbito nacional, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Por fim, foram feitas buscas nos sites das plataformas Google Acadêmico e da *Scientific, Eletronic Library Online* (SciELO).

A pesquisa por conteúdos relacionados com a área de Assistência Social foi uma forma de ampliar e atualizar o conhecimento das equipes envolvidas sobre a área de Assistência Social, mas também foi uma opção estratégica para entender fenômenos mais amplos. A compreensão dos fenômenos que levam às situações de risco e vulnerabilidade socioassistenciais é complexa, envolvendo conhecimentos que extrapolam os domínios técnicos da área, fazendo-se necessário um estudo mais amplo, desenvolvido por pesquisadores e especialistas. As principais palavras chaves e termos de busca por artigos e pesquisas foram: Vulnerabilidades/ Riscos Socioassistenciais, Indicadores de Pobreza, Desenvolvimento Social, Política de Assistência Social e Métodos de Pesquisa Qualitativo.

QUADRO 1 – LEVANTAMENTO DA DISPONIBILIDADE DE PESQUISAS, ESTUDOS TÉCNICOS E ARTIGOS PARA O DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.

Instituições de pesquisa e locais de busca	Endereços
Ministério da Cidadania/ Sagi	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=176
IBGE	https://ibge.gov.br/
F SEADE	https://www.seade.gov.br/
IPEA Publicações	http://www.ipea.gov.br/portal/
Portal de Perióficos CAPES	http://www.periodicos.capes.gov.br/
Boblioteca Virtual FAPESP	https://bv.fapesp.br/pt/
Google Acadêmico	https://scholar.google.com.br/
Scientific Electronic Library Online - SciELO	https://scielo.org/pt/
Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial/ SEDS	

Outra etapa consecutiva as pesquisas de estudos e artigos científicos foi o levantamento de bases de dados estatísticos, indicadores sociais e de gestão da assistência social. As informações do Quadro 2 é uma relação de bases de dados, fontes e ferramentas para captação de dados estatísticos, indicadores sociais ou de gestão úteis à área de Vigilância Socioassistencial. Apesar da riqueza de informações, o trabalho de elaboração do diagnóstico buscou selecionar tanto as bases de dados que seriam utilizadas, como os indicadores melhor adequados aos objetivos do estudo.

O IBGE e a Fundação SEADE foram as principais fontes de dados populacionais, demográficos e socioeconômicos. Para análise da população usuária da Política de Assistência Social, assim como, os usuários dos programas de transferência de renda, deu-se a preferência aos dados do Cadúnico, disponibilizados pelo Ministério da Cidadania. Por fim, para avaliação da disponibilidade de serviços socioassistenciais, utilizou-se o PMASweb como principal base de dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. No entanto, ao longo do diagnóstico também foram usadas outras fontes complementares, principalmente de outras secretarias do estado

QUADRO 2 – LEVANTAMENTO DAS FONTES DE DADOS ESTATÍSTICO.

Fontes de dados estatístico para o Diagnóstico Socioterritorial - Bases de dados do Governo de São Paulo		
Instituições responsáveis	**Fontes de dados/**	**Endereços**
IBGE	PNAD	https://ibge.gov.br/
	Censo IBGE 2009	
	Projeções da População	
Ministério da Cidadania	Cadastro Único da Assistência Social (CadÚnico)	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=86
	Censo SUAS	https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php
	Registro Mensal de Atendimentos (RMA)	
F SEADE	Informações dos Municípios Paulistas - IMP	https://www.seade.gov.br/lista-produtos/
	Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS	
	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS	
	Mapa do Emprego Paulista	
	Mercado de Trabalho Paulista	
	Mapa da Indústria Paulista	
	Boletim Conjuntura Econômica Paulista	
	PIB Paulista	
	Mortalidade Infantil	
	Sistema Seade de Projeções Populacionais	
	Indicadores Sebrae-SP	
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social - SEDS	PMASweb	http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/
	Business Inteligence (BI)	
Secretaria Estadual de Administração Penitenciária	SAP em Dados	http://www.sap.sp.gov.br/
Secretaria Estadual da Casa Civil	Infraestrutura de dados - IDESP	http://www.idesp.sp.gov.br/
	Sistema de Informações Metropolitanas - SIM	https://sim.emplasa.sp.gov.br/Mapa?contexto=1
	Unidades de Informações Territorializadas - UIT	ü https://uit.emplasa.sp.gov.br/
	EMPLASAGEO	https://geo.emplasa.sp.gov.br/Mapa?contexto=emplasageo
Secretaria Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência	Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência	http://www.trabalhoinclusivo.com.br/
Secretaria Estadual de Educação	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar - Saresp	https://www.educacao.sp.gov.br/consulta-saresp.html
	Índice de Desenvolvimento da Educação - IDESP	http://idesp.edunet.sp.gov.br/o_que_e.asp
Secretaria Estadual de Fazenda e Planejamento	Mapa da Economia Paulista	https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomiapaulista/estudo/
Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente	Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo - IDEA-SP	http://datageo.ambiente.sp.gov.br/
Ministério da Saúde	DATASUS	http://datasus.saude.gov.br/
	Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan	http://portalsinan.saude.gov.br/
Ministério da Educação	Informações Educacionais – INEPDATA	http://portal.inep.gov.br/
Ministério da Economia	Informações de Trabalho Formal – RAIS/CAGED	http://pdet.mte.gov.br/
Instituto de Pesquisa Economica Aplicada - IPEA	IPEAdata	http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx
Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial/ SEDS		

3.2. Seleção de indicadores sociais e da gestão da assistência social

O primeiro desafio do GT foi encontrar uma seleção de dados estatísticos e indicadores capazes de abranger uma análise que auxiliasse o conhecimento acerca das situações de vulnerabilidade e risco socioassistenciais do estado de São Paulo. A Política Pública de Assistência Social atende um amplo espectro de situações e perfis de usuários, estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004, e pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993).

Quem são os usuários da assistência social?

PNAS 2004 (ITEM 2.4. USUÁRIOS)

"Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social."

LOAS (1993)

"Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II. o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III. a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

(...) Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais".

As seleções de indicadores envolveram um processo de aprendizagem. Existe uma larga variedade de dados disponíveis sobre população, políticas públicas e seus usuários, que tocam diretamente a Política de Assistência Social. A dificuldade está em selecionar um conjunto de dados objetivos, que não contribuam diretamente ao planejamento da gestão estadual da política de assistência social. Um dos aprendizados obtidos pela equipe e pessoas de referência da Vigilância Socioassistencial foi a necessidade de manter o foco do diagnóstico nos objetivos estratégicos da pasta, selecionando um sistema de dados estatísticos sociais, sobre a gestão de programas, projetos e da rede de atendimentos socioassistencial. O diagnóstico socioterritorial é um estudo com foco no planejamento quadrienal, devendo ser identificados outros assuntos que devem ser aprofundados posteriormente.

Diante dos perfis e especificidades dos usuários da assistência social, o recorte territorial mostrou-se o primeiro critério para seleção das informações sociais, com alcance territorial capaz de observar a população do Estado de São Paulo, permitindo comparações entre regiões, mas principalmente desagregando os dados por municípios. As diferentes regiões do estado, assim como o porte municipal se mostrou um fator essencial para o estabelecimento de estratégias e diretrizes de ação política pública de assistência social.

O segundo critério foi o limite temporal dos dados selecionados. A base de dados mais ampla e completa da população brasileira é o Censo Demográfico IBGE, cuja última pesquisa foi em 2010. Apesar da qualidade da informação do Censo, os dados se tornaram desatualizados para certas análises, haja visto mudanças ocorridas no país nos últimos anos, com grande impacto no perfil socioeconômico da população. Os dados populacionais da Pesquisa por Amostra Domicílio (PNAD) possibilitam algumas informações sociais mais atualizadas, porém limitadas em relação a desagregação territorial, disponível apenas para as regiões metropolitanas e para o conjunto do Estado. Neste sentido, os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal se mostraram a melhor base de dados para o diagnóstico socioterritorial, com dados desagregados e atualizados para o ano de 2018.

Estudando o perfil das pessoas cadastradas no CadÚnico:

Os dados do Cadastro Único e dos programas de transferência de renda foram trabalhados de forma inédita no Estado de São Paulo durante o ano de 2019. O convênio entre as Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social, da Fazenda e a Fundação Seade foi publicado no Diário Oficial em setembro de 2018, com o compromisso de realizar estudos relevantes para a política de assistência social. Em agosto de 2018 foram obtidas as bases de dados completas do CadÚnico junto ao Ministério da Cidadania. O convênio tabulou dados com recortes que possibilitaram cruzamento de dados segundo diferentes perfis das pessoas cadastradas. Os dados obtidos foram oportunamente utilizados para a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial, possibilitando a análise dos usuários da política de assistência social e das características da população em situação de risco e vulnerabilidade socioassistencial.

Com relação aos dados populacionais, outro critério importante para conhecer a população em situação de risco ou vulnerabilidade socioassistencial, foram os recortes das informações segundo determinados perfis, como: sexo, faixas etárias, renda per capita, cor/raça e escolaridade. Esses recortes somados as informações territoriais possibilitam uma melhor distinção das situações de vulnerabilidade a serem enfrentadas e as distintas demandas para atenção da rede de proteção social em cada região do estado.

Com relação aos dados sobre a gestão municipal de assistência social, os serviços socioassistenciais e os programas de transferência de renda disponíveis no estado de São Paulo, utilizou-se a ferramenta de registro dos planos municipais de assistência social, o PMAS*web,* e a ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Cidadania, o VIS DATA. Estes podem ser considerados indicadores de gestão, que auxiliam a estimar a capacidade de atendimento do estado, assim como as ofertas regionais e municipais de serviços e programas de transferência de renda.

Indicadores de gestão: qual o perfil da rede de atendimento socioassistencial?

O PMASweb é um sistema desenvolvido pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo para o registro dos planos municipais de assistência social. Os planos municipais são uma condição obrigatória para que haja repasse de recursos financeiros dos fundos estadual e federal, o que garante maior cuidado durante o preenchimento e autenticidade das informações. Esta ferramenta também se consolidou como a principal base de dados para o monitoramento da rede de atendimento socioassistencial do estado de São Paulo.

Para maiores informações acesse:
http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/

Complementando as informações referentes a demanda socioassistencial, o estudo buscou inserir indicadores sociais que melhor demonstrassem os fenômenos socioeconômicos enfrentados pelo Estado nos últimos anos, contextualizando os dados de pobreza e vulnerabilidade socioassistencial. O desafio de selecionar tais indicadores está em evitar o excesso de dados e informações que confundem e dificultam a objetividade dos resultados que são necessários para desenvolver o planejamento estratégico factível a realidade. Inicialmente foi selecionado um conjunto de aproximadamente 50 indicadores, captados nas diversas fontes de dados elencadas. Após esta seleção preliminar, foi possível observar que muitos dados sociais, demográficos e econômicos, por mais relacionados que tivessem com o contexto do estudo, não contribuíam objetivamente com as reflexões propostas. Dessa forma, o grupo buscou restringir os dados ao estrito necessário, fazendo muitas vezes uso de outros estudos oficiais para análises de temas como economia, demografia, saúde, educação, trabalho etc.

O Quadro 3 traz uma síntese dos principais indicadores utilizados para elaboração do diagnóstico socioterritorial:

QUADRO 3 – SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS E DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL UTILIZADOS NO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Categorias de análise	Indicadores	Bases de dados	Ano de referência
Dados Populacionais	Porte municipais	IBGE/ F.SEADE	2019
	Distribuição Etária		2019
	Composição Familiar	IBGE/ F.SEADE	2010/2012
Aspectos socioeconômicos	PIB	IBGE/ F.SEADE	2018
	Trabalho	IBGE	2018
	Escolaridade	IBGE	2019
	Faixas de Pobreza	IBGE	2015/ 2017
Indicadores Multidimencionais	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)	F.SEADE	2010
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal	Distribuição territorial	Min.Cidadania	2018
	Percentual em relação total da população	Min.Cidadania/ F.SEADE	2018
	Cadastrados por raça/cor	Min.Cidadania	2018
	pessoas cadastradaspor faixa etária	Min.Cidadania	2018
	faixa de renda familiar per capita	Min.Cidadania	2018
	Composição familiar no CadÚnico	Min.Cidadania	2018
	Famílias cadastradas por arranjo parental	Min.Cidadania	2018
	Famílias por RFPC e gênero dos Responsáveis	Min.Cidadania	2018
Rede de atendimento socioassistencial	Beneficiários de Programas de Transferência de Renda	Min.Cidadania	2018
	Serviços da Proteção Social Basica	PMASweb	2018
	Serviços da Proteção Social especial de média complexidade	PMASweb	2018
	Serviços da Proteção Social especial de alta complexidade	PMASweb	2018

Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial/ SEDS

IBGE/ F.SEADE

4. Pesquisa qualitativa sobre vulnerabilidades socioassistenciais e demandas para rede de proteção social

A proposta inicial de elaboração do diagnóstico socioterritorial para o planejamento quadrienal da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) reconheceu a necessidade de uma etapa de pesquisa com informações qualitativas. Isto é, os dados estatísticos e outros estudos contemplados, não são suficientes para uma definição das diretrizes de ação, mostrando-se necessário uma pesquisa com ampla participação dos técnicos da pasta. A pesquisa qualitativa permitiu que os técnicos estaduais e municipais fizessem uma reflexão sobre as demandas de gestão, técnicas e articulação intersetorial, buscando soluções conjuntas (técnicos do estado e dos municípios), produzindo conhecimento consensual. Esta investigação envolveu um rico processo de reflexão e debate, consolidando uma metodologia de pesquisa que se mostrou eficiente para os objetivos à qual foi proposta.

A construção da metodologia qualitativa vem de uma série de experiências da equipe de Vigilância Socioassistencial, envolvendo as áreas técnicas de Proteção Social e dos Programas Socioassistenciais da SEDS. Desde o ano de 2011 foram realizadas diversas oficinas junto a grupos de municípios que proporcionaram o levantamento dos dados sociais e indicadores de gestão, esses momentos foram mediados por dinâmicas onde os participantes faziam reflexões buscando consensos sobre formas de ação da gestão e dos agentes públicos para a assistência social. Esta metodologia foi testada e aprimorada para a elaboração do diagnóstico socioterritorial para o quadriênio 2020-2023, a qual produziu resultados considerados satisfatórios pelo Grupo

de Trabalho em um único encontro presencial com cada região de Drads. O desafio das oficinas de diagnóstico socioassistencial foi aplicar um modelo para ser replicado em um número mais amplo de pessoas, com resultados e metas específicas.

FOTO 1 – ABERTURA DA OFICINA DE DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL. MAIO DE 2019.

Os participantes selecionados para a pesquisa eram representantes das as áreas técnicas da SEDS, alocados em coordenadorias responsáveis pelas proteções sociais, pela gestão dos programas de transferência de renda, políticas sobre drogas, segurança alimentar, gestão financeira, além dos Núcleos de Avaliação e Supervisão, das 26 Diretorias Regionais de Desenvolvimento e Assistência Social (DRADS). Também foram convidados os representantes de 80 municípios (3 representantes de municípios por Drads, com algumas exceções),

esses foram selecionados segundo o critério de possuir área de vigilância socioassistencial estruturada ou equipe de referência.

FOTO 2 – OFICINA DE DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL: MESAS DE TRABALHO DOS REPRESENTANTES REGIONAIS. MAIO DE 2019.

Foram realizados 2 encontros com 4 oficinas em cada, somando a participação de aproximadamente 250 pessoas. Cada uma das 26 oficinas analisou um território que abrange as Drads, contemplando assim os diagnósticos regionais, e no conjunto das oficinas, obteve-se o diagnóstico socioterritorial do Estado.

FOTO 3 – OFICINA DE DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL. JUNHO DE 2019.

A estratégia encontrada para facilitar o registro das informações de cada grupo foi a elaboração de um formulário com algumas perguntas estruturadas e outras de múltipla escolha, para obtenção de respostas objetivas e consensuais entre os representantes dos grupos (ANEXO 1). Cada pergunta foi conduzida por um mediador ou oficineiro que apresentava indicadores, gráficos e mapas, iniciando uma reflexão e apresentando a pergunta à ser respondido em um tempo determinado. Esta metodologia envolveu a elaboração de um Guia de Acompanhamento das Oficinas personalizado para cada uma das 26 regiões, onde cada um dos participantes recebeu uma versão impressa, de acordo com a região que estava representando (ANEXO 2). Também foi elaborado um Manual do Oficineiro e do Pessoal de

Apoio, uma vez que foram feitas dinâmicas consecutivas, garantindo um padrão para a condução das oficinas (ANEXO 3).

4.1. Formulário de Respostas

O formulário da pesquisa qualitativa utilizado na Oficinas garantiu maior objetividade sobre os temas abordados, captando respostas consensuais dos grupos, após dinâmicas de onde os participantes analisavam dados e informações técnicas e dialogavam sobre os conteúdos. O formulário foi composto por uma parte introdutória, explicando como utilizar o instrumental e identificando a região (DRADS) que responderia coletivamente às perguntas. Os temas foram divididos em 3 eixos que apresentavam dados de conteúdo qualitativos e quantitativos: Eixo 1 - caracterização do território e identidade regional; Eixo 2 – identificação dos tipos de vulnerabilidades e das demandas socioassistenciais; Eixo 3 - estratégias de ações possíveis para o planejamento quadrienal. O mais importante desta ferramenta foi a possibilidade de registrar as respostas e sistematizar uma análise tanto regional, como estadual. Para conhecer o formulário completo acesse o ANEXO 1.

O eixo 1 é precedido de uma apresentação com todos os participantes das oficinas, onde são feitas analises sobre os variados territórios do estado e suas características (vide Guia de Acompanhamento das Oficinas, ANEXO 2). Nas salas onde foram realizadas as oficinas, os participantes respondem as duas primeiras perguntas semiestruturadas, descrevendo características territoriais e potencialidade existentes nos seus respectivos territórios.

O eixo 2 investiga tanto as principais situações de risco e vulnerabilidade das regiões, como as demandas relacionadas a rede de proteção social e programas de transferência de renda. Na questão 3 os representantes regionais selecionaram as 5 principais situações de

risco e vulnerabilidade dos seus respectivos territórios, permitindo tanto ranquear as principais respostas para o estado, como uma análise regionalizada das questões abordadas.

A questão 4 investiga os programas de transferência de renda, assim como os serviços das proteções sociais básica, especial de média e de alta complexidade. Os participantes são convidados tanto a identificar os serviços com demanda, como as principais estratégias para melhorar os respectivos programas e serviços. Estas questões também auxiliam o planejamento estadual dando foco e apontando ações possíveis, tanto para a gestão estadual de forma geral, como para as respectivas regiões.

O eixo 3 traz o foco para as possíveis formas de atuações e os desafios da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. As questões 5.1, 5.2 e 5.3 identificam ações existentes que vêm sendo bem-sucedidas e devem ser mantidas e aprimoradas e possibilita a proposição de novas ações com os desafios. Este eixo investiga o aprimoramento e novas ações para os temas: Proteção Social, Gestão do SUAS e Articulação Intersetorial.

4.2. Guia de Acompanhamento da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial e Manual da Equipe de Apoio

A oficina de diagnóstico socioassistencial é um método de reflexão qualificado e tem o intuito de responder perguntas por meio de um formulário (ANEXO 1) durante o processo do seu desenvolvimento. A reflexão feita por eixos norteadores, faz uso de informações (mapas, indicadores, gráficos) e dinâmicas que possibilitam o debate, o aprimoramento e a conciliação de ideias. O Guia, disponível no ANEXO

2, foi elaborado com informações relativas ao território das 26 regiões (Drads), mas instruiu a equipe de apoio a seguir as mesmas dinâmicas em todas as regiões.

O Guia foi impresso e disponibilizado um exemplar para cada participante, o mesmo contém informações das respectivas regiões. Cada pergunta do formulário possui informações tais como: textos, tabelas, gráficos ou mapas, além de dinâmicas que conduzem o debate em grupo.

Como replicar esta pesquisa?

O Guia apresentado no ANEXO 2 é apenas um dos 26 materiais elaborados. Apesar das informações e dos indicadores apresentados se referirem a região da Drads Bauru, o material é adaptável, bastando atualizar os dados para o território onde será feito a pesquisa. O formulário disponível no ANEXO 1 também pode ser aplicado em qualquer abrangência territorial (município, região ou estado).

Para conhecer os 26 guias de acompanhamento elaborados para esta pesquisa, acesse: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/

Esta metodologia de pesquisa qualitativa necessita de uma boa organização da equipe responsável, uma vez que são realizadas diversas oficinas consecutivas que devem seguir o mesmo padrão. Para isto, foi elaborado o Manual da Equipe (ANEXO 3) que traz todos os passos da oficina, controle do tempo das dinâmicas, dicas e responsabilidades de cada pessoa envolvida no trabalho da equipe.

4.3. II Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial

No dia 27 de agosto de 2019 foi realizado o II Encontro de Vigilância Socioassistencial para Técnicos da SEDS com o objetivo de apresentar o Diagnóstico Socioterritorial 2019 e estimular o uso das informações do documento no planejamento das ações da gestão estadual.No evento, foram reunidos diretores e técnicos das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads), além de coordenadores e técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), no auditório da Secretaria de Defesa das Pessoas com Deficiência, do Governo do Estado de São Paulo (SEDPcD), localizado no Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo.

A proposta do encontro foi realizar apresentação geral do conteúdo do Diagnóstico Socioterritorial 2019 e dar devolutivas específicas sobre a caracterização, vulnerabilidade e riscos das regiões do Estado, além de avaliações e sugestões acerca dos programas, benefícios e serviços da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidades. Estas devolutivas foram feitas por meio de três mesas temáticas com apresentações expositivas, seguidas de debates. A partir das oficinas com as 26 Drads foi produzido um conteúdo diverso com características qualitativas e quantitativas, que permitem uma

O II Encontro foi iniciado com João Rafael, coordenador da atual CGE, que apresentou o processo de trabalho do GT de Vigilância Socioassistencial, desde a elaboração e execução das oficinas até a apresentação do texto preliminar do diagnóstico socioterritorial. Na sequência, foram realizadas primeiras mesas:

Mesa 1 – “Análise e Impressões do Diagnóstico Socioterritorial para o PEAS 2020-2023”, que proporcionou a reflexão sobre todo o conteúdo

da versão preliminar do diagnóstico socioterritorial do Estado de São Paulo. Esta mesa contou com a presença de dois palestrantes que abordaram aspectos conceituais, metodológicos e do conteúdo estruturante do texto, além da mediação técnica da leitura do conteúdo de análise acadêmica. A mesa foi iniciada com a apresentação pela técnica Priscila de Souza das considerações da Professora Doutora Dirce Koga acerca da versão preliminar do Diagnóstico Socioterritorial (ANEXO 5). Em seguida, a Professora Doutoranda Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi, proferiu a palestra com orientações sobre a responsabilidade da gestão estadual e considerações sobre o conteúdo produzido pelo GT Vigilância Socioassistencial. Por fim, foi ministrada a palestra do Coordenador - Geral Substituto de Planejamento e Vigilância Socioassistencial da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, Sociólogo Paulo Eugenio Clemente Junior, que situou o Diagnóstico enquanto produto e processo no Planejamento de Políticas Públicas. O período finalizou com questionamentos do público do Encontro que proporcionou debate entre os participantes e os palestrantes.

Mesa 2 - Reflexão sobre "Caracterização, Vulnerabilidades e Riscos", contou com a apresentação do conteúdo específico do texto preliminar do diagnóstico socioterritorial. Iniciou com a apresentação da síntese dos resultados do diagnóstico das vulnerabilidades socioassistenciais do estado de São Paulo, realizada pelo técnico Guilherme Guimarães Pallerosi da CGE. A mediação foi realizada por Nayara de Souza Araújo. Em seguida houve a apresentação dos resultados que apontaram uma distribuição distinta dos cadastros do CadÚnico pelo território paulista, assim como características específicas no perfil dos usuários da política de assistência social, feita por Marcela Purini Belém da CDS. Finalmente, Daniele Ribeiro da Silva da COED, comentou as principais vulnerabilidades do estado e suas complexidades, as estratégias para atender pessoas em vulnerabilidade social e mostrou que algumas

dessas vulnerabilidades estão amplamente disseminadas pelo estado. Participaram também desta mesa os técnicos Ana Obata, da Drads Campinas, falando sobre pontos positivos e os desafios na atuação do estado na Gestão do SUAS e Marcos Melão, da Drads Baixada Santista, falando sobre pontos positivos e desafios na atuação do estado na Articulação Intersetorial.

Mesa 3 – "Programas, Benefícios e Serviços da PSB e PSE de média e alta complexidade", contou com a apresentação do conteúdo específico do texto preliminar do diagnóstico socioterritorial. A mediação foi realizada por Naiara Carneiro Teixeira. Foram realizadas apresentações sobre a PSB por Tatiane Sousa Magalhães, da CAS, sobre os Programas e Benefícios, por Vanessa Mesquita dos Santos, da CDS, e sobre as PSE Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva, da CAS. Também participaram desta mesa Tatiana Borges Martins, da Drads Franca, comentando os pontos positivos na atuação do estado nas Proteções Sociais e Rose de Cassia Raposo Erthal, da Vale do Paraíba, apontando os desafios na atuação do estado nas Proteções Sociais. O período finalizou com questionamentos que proporcionou o debate entre os participantes e os palestrantes. A metodologia, construída conjuntamente, privilegiou a abordagem dialógica para a apresentação participativa do diagnóstico socioterritorial, por meio de mesas temáticas com apresentações expositivas seguidas de debates.

Este formato de evento fomentou tanto o diálogo, como a produção de saberes coletivos entre os participantes do Encontro. Posteriormente, a Edesp enviou, por e-mail, um formulário de avaliação aos participantes, de onde foi possível aprofundar ainda mais o conhecimento sobre as necessidades da Vigilância Socioassistencial no Estado de São Paulo, norteando ações futuras da CGE, enquanto área responsável, como da Edesp, em relação às diretrizes na educação permanente.

Registro Fotográfico – II Encontro de Vigilância Socioassistencial

5. Síntese dos Resultados

O material produzido com a síntese dos resultados foi disponibilizado para as Drads participantes do Primeiro Encontro para a realização das Oficinas (Grande São Paulo Oeste, Capital, Campinas, Piracicaba, Itapeva, Vale do Paraíba, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Norte, Mogiana, Grande São Paulo ABC, Vale do Ribeira, Sorocaba e Baixada Santista) em 14/08/2019 e para os participantes do Segundo Encontro para a realização das Oficinas (Araraquara, Fernandópolis, Botucatu, Marília, Barretos, Alta Noroeste, Alta Paulista, Alta Sorocabana, Avaré, Franca, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Bauru) em 15/08/2019. Esse material foi juntado em um único documento para obtenção do resultado final do conjunto das 26 regiões de Drads e o conteúdo (ANEXO 4) foi utilizado também como parte analítica importante para o produto final do diagnóstico socioterritorial.

O produto final denominado "Conhecendo o Território Paulista: Diagnóstico Socioterritorial do Estado de São Paulo" foi publicado como um outro produto desse processo e seu conteúdo pode ser consultado e está disponível no link: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/vigilanciasocioassistencial

6. Bibliografias citadas

SNAS: *SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2015.

IBGE: *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

FUNDAÇÃO SEADE; *Resenha de Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo* Ano 18 – no 4, novembro 2018,

7. Anexo

ANEXO 1

Formulário da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial OFICINA DE DIAGNÓSTICO DO PEAS 2020-2023

Local: ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Av. Gal. Ataliba Leonel, nº. 556 – Santana – São Paulo.

Data: 25/07/2019

Prezada(o) participante,

A **Oficina de Diagnóstico do PEAS 2020-2023** foi estruturada com o objetivo de compreender as principais situações de risco e vulnerabilidade dos territórios do Estado de São Paulo, a fim de subsidiar a construção do diagnóstico socioterritorial do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2020-2023, coletando elementos para estabelecer diretrizes e estratégias de ação para o documento.

Responda, com seu grupo, todas as questões a seguir.

Antes de começar a responder às perguntas abaixo, indique o número e a Drads do seu grupo:

( ) Grupo 1

- ☐ DRADS Alta Noroeste
- ☐ DRADS Alta Sorocabana
- ☐ DRADS Alta Paulista

( ) Grupo 2

- ☐ DRADS Fernandópolis
- ☐ DRADS Barretos

- ☐ DRADS São José do Rio Preto

( ) Grupo 3

- ☐ DRADS Ribeirão Preto
- ☐ DRADS Franca
- ☐ DRADS Araraquara

( ) Grupo 4

- ☐ DRADS Bauru
- ☐ DRADS Marília
- ☐ DRADS Botucatu
- ☐ DRADS Avaré

EIXO I. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A IDENTIDADE REGIONAL

1. Elabore um breve texto destacando as principais características do seu território.

Com base nas atividades da dinâmica 1, indique aspectos relacionados à economia, as instituições, trabalho, meio ambiente, geografia, cultura e outros aspectos que achar significativo:

(Inserir espaço para escrita)

2. Quais as potencialidades da sua região?

Com base nas atividades da dinâmica 2, indique até 10 potencialidades da região:

(Inserir espaço para escrita)

EIXO II. VULNERABILIDADES E DEMANDAS SOCIOASSISTENCIAIS

3. Com base nas atividades da dinâmica 3, liste as 5 situações de risco ou vulnerabilidade socioassistencial mais marcantes na região:

- ☐ Alta porcentagem de crianças e adolescentes na população;
- ☐ Alta porcentagem de pessoas idosas na população;
- ☐ Desemprego entressafras;
- ☐ Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho;
- ☐ Desvantagens resultantes de deficiência;
- ☐ Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos;
- ☐ Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social;
- ☐ Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda;
- ☐ Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares;
- ☐ Existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar);
- ☐ Existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favoreçam fenômenos causadores de calamidades públicas;
- ☐ Existência e disseminação de preconceitos que geram intolerância ou discriminação social e/ou pessoal;
- ☐ Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação);
- ☐ Expressivo contingente de indivíduos egressos do sistema prisional
- ☐ Ocupação de áreas de risco para moradia;
- ☐ Pessoas em situação de rua;
- ☐ Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas.

- Outros *(Inserir espaço para escrita)*

4. Sobre a atual oferta na rede de proteção social, programas e benefícios socioassistenciais da sua região, responda:

4.1.a Indique os gargalos/dificuldades relativos à área dos Programas e Benefícios socioassistenciais que estão presentes na sua região:

( ) Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais (interlocução interna prefeito (a) e outras pastas; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de utilização de recursos aportados nos programas)

( ) Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais

( ) Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.)

( ) Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009)

( ) Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas)

( ) Acesso/ relacionamento com os canais de pagamentos

( ) Outros: *(Inserir espaço para escrita)*

4.1.b. Indique até 5 estratégias que poderiam auxiliar a área de Programas e Benefícios socioassistenciais:

( ) Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc)

( ) Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)

( ) Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas)

( ) Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão)

( ) Apoio/supervisão técnica presencial

( ) Normatização (Resoluções e Decretos)

( ) Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas)

( ) Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores

( ) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)

( ) Programas, Projetos

Outros *(Inserir espaço para escrita)*

4.2.a Selecione os serviços da Proteção Social Básica considerados insuficientes ou inadequados na sua região:

( ) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

( ) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

( ) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

( ) Comentários: ***(Inserir espaço para escrita)***

4.2.b. Quais estratégias poderiam ser usadas para melhorar a prestação de serviços da Proteção Social Básica? Indique até 5:

( ) Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc)

( ) Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)

( ) Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas)

( ) Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão)

( ) Apoio/supervisão técnica presencial

( ) Normatização (Resoluções e Decretos)

( ) Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas)

( ) Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores

( ) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)

( ) Programas, Projetos

( ) Repasse de recursos financeiros

Outros: ***(Inserir espaço para escrita)***

4.3.a Selecione os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade considerados insuficientes ou inadequados na sua região:

( ) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

( ) Serviço Especializado em Abordagem Social

( ) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC

( ) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias

( ) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Comentários: ***(Inserir espaço para escrita)***

4.3.b. Quais estratégias poderiam ser usadas para melhorar a prestação de serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade? Indique até 5:

( ) Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc)

( ) Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)

( ) Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas)

( ) Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão)

( ) Apoio/supervisão técnica presencial

( ) Normatização (Resoluções e Decretos)

( ) Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas)

( ) Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores

( ) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)

( ) Programas, Projetos

( ) Repasse de recursos financeiros

( ) Outros: ***(Inserir espaço para escrita)***

4.4.a. Selecione os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade considerados insuficientes ou inadequados na sua região:

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar crianças e adolescentes

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias)

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência)

( ) Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino

( ) Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino

( ) Serviço de Acolhimento em República para adultos - feminino

( ) Serviço de Acolhimento em República para adultos – masculino

( ) Serviço de Acolhimento em República para idosos

( ) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças

( ) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora adolescentes

( ) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes

( ) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (famílias e indivíduos)

Comentários: ***(Inserir espaço para escrita)***

4.4.b. Quais estratégias poderiam ser usadas para melhorar a prestação de serviços e da Proteção Social Básica? Indique até 5 estratégias:

( ) Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc)

( ) Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)

( ) Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas)

( ) Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão)

( ) Apoio/supervisão técnica presencial

( ) Normatização (Resoluções e Decretos)

( ) Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas)

( ) Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores

( ) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)

( ) Programas, Projetos

( ) Repasse de recursos financeiros

( ) Outros: ***(Inserir espaço para escrita)***

EIXO III. Estratégias de ações possíveis para serem apontadas no PEAS: Como o Estado pode atuar diante deste diagnóstico

5. Diante das questões abordadas e debatidas nesta oficina, responda as questões abaixo sobre as atuações e desafios da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social:

5.1.a. Diante das questões abordadas e debatidas nesta oficina, quais pontos podem ser considerados positivos na atuação do Estado em relação às proteções sociais?

(Inserir espaço para escrita)

5.1.b. E quais os desafios do Estado em relação às proteções sociais?

(Inserir espaço para escrita)

5.2.a. Diante das questões abordadas e debatidas nessa oficina, quais pontos podem ser considerados positivos na atuação do Estado em relação a gestão do SUAS?

(Inserir espaço para escrita)

5.2.b. E quais os desafios do Estado em relação a gestão do SUAS?

(Inserir espaço para escrita)

5.3.a. Diante das questões abordadas e debatidas nessa oficina, quais pontos podem ser considerados positivos na atuação do Estado em relação a articulações intersetoriais?

(Inserir espaço para escrita)

5.3.b. Quais os desafios do Estado em relação às articulações intersetoriais?

(Inserir espaço para escrita)

ANEXO 2

Guia de Acompanhamento da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial

GUIA DE ACOMPANHAMENTO

Oficina de Diagnóstico do Plano Estadual de Assistência Social 2020 - 2023

Grupo 1

- DRADS Bauru

DRADS Marília

DRADS Botucatu

DRADS Avaré

Junho de 2019

APRESENTAÇÃO

As oficinas de diagnóstico do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) fazem parte de uma metodologia desenvolvida pelo "Grupo de Trabalho de Vigilância Socioassistencial" para a construção do diagnóstico socioterritorial do plano estadual. As oficinas visam à ampla participação nas análises e à captação de informações qualitativas dos territórios a partir da vivência e do conhecimento das equipes municipais e estaduais de assistência social.

Objetivo geral

Realizar o diagnóstico socioterritorial do Plano Estadual de Assistência Social 2020-2023.

Objetivos específicos

- Caracterizar as 26 regiões correspondentes às DRADS a partir de aspectos gerais e potencialidades do território;
- Identificar as vulnerabilidades socioassistenciais mais marcantes dos territórios e suas principais demandas no âmbito do SUAS;
- Subsidiar o estabelecimento de diretrizes estratégicas de atuação do Estado.

Método

- A oficina é um método de reflexão qualificada com intuito de responder a algumas perguntas durante o processo.
- A reflexão será feita por eixos norteadores, com uso de informações (mapas, indicadores, gráficos) e dinâmicas que possibilitem o debate, o aprimoramento e a conciliação de ideias.

- O instrumental é a forma sistemática e padronizada para captar informações, para depois elaborar um texto coeso, com a participação de todos os envolvidos.

Programação

- Credenciamento e café _ Auditório _ Período: 8h30 – 9h:
- Abertura e apresentação _ Auditório _ Período: 9h – 9h45;
- Dinâmica 1 _ Sala _ Período: 10h – 10h20;
- Dinâmica 2 _ Sala _ Período: 10h20 – 11h;
- Dinâmica 3 _ Sala _ Período: 11h – 12h50;
- Almoço – Hora: 13h – 14h;
- Dinâmica 4 _ Sala _ Período: 14h15 – 15h30;
- Pausa para café – 15h30 – 15h45
- Dinâmica 5_ Sala _ Período: 15h45 – 17h.

INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Esta é uma etapa importante do diagnóstico socioterritorial que dará as diretrizes de ação para os próximos 4 anos, no Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) do Estado de São Paulo. Neste momento, é necessário saber precisamente os limites e as potencialidades deste instrumento de planejamento estratégico.

Concomitantemente ao PEAS vem acontecendo o Plano Plurianual (PPA) do governo estadual, distribuído por programas de governo. Enquanto o PPA organiza as grandes metas da administração pública, o PEAS organiza os recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS), para melhor atender a população, a rede de serviços e a gestão de assistência social.

O diagnóstico é uma peça-chave do planejamento estratégico do PEAS, visando identificar as situações de vulnerabilidade ou risco socioassistencial dos territórios, assim como as condições de oferta dos

serviços, benefícios e programas socioassistenciais dos diferentes territórios.

Por fim, devemos ter clareza dos objetivos da política de assistência social, de proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente para a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de benefício mensal para pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Outros objetivos importantes são a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, para o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais e o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.[1]

CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL

Iniciar a análise do Estado pelos aspectos geográficos é uma opção que auxilia a compreensão da ocupação humana nos territórios regionais, além dos processos históricos, sociais e, consequentemente, aspectos

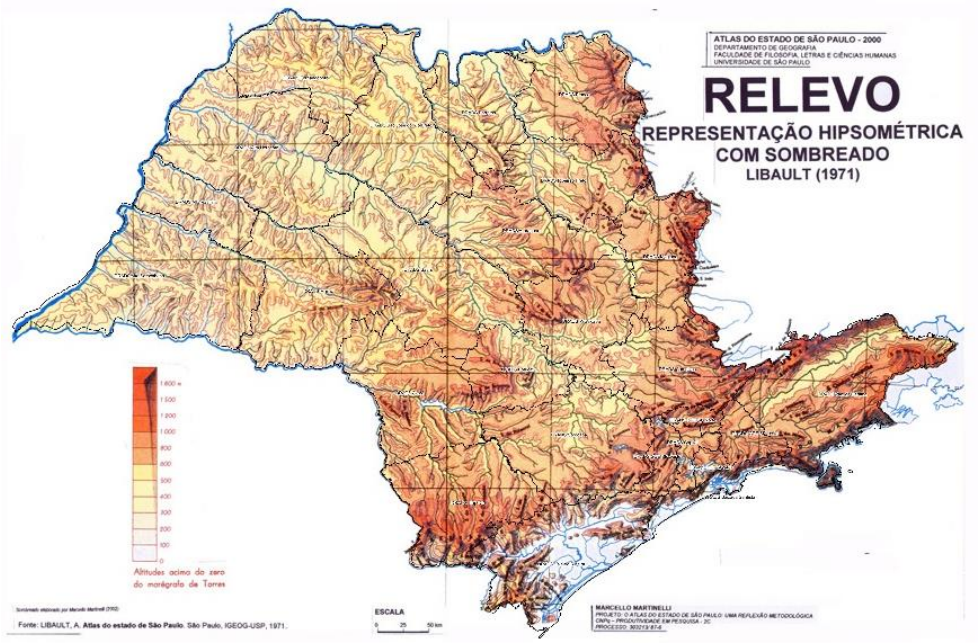
[1] Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), atualizada até 2014.

da economia, dos riscos, das vulnerabilidades socioassistenciais e das demandas que iremos tratar nesta oficina.

A região costeira do Estado de São Paulo é composta por uma serra densa. Observe a faixa litorânea paulista e perceberá que possui relativamente poucos territórios disponíveis para ocupação humana, protegida pela Serra do Mar. No entanto, encontramos uma grande riqueza natural e sociocultural, com uma mistura de populações tradicionais e diversidades naturais, com grande potencial para atividades portuárias, de exploração de recursos naturais, turismo, lazer e outras atividades. Um aspecto natural também traz limites para as atividades humanas, como a própria declividade da Serra do Mar e das fragilidades das áreas de proteção ambiental. Logo, temos um território litorâneo, envolvendo as Drads Baixada Paulista e parte das Drads Vale do Ribeira e Vale do Paraíba, com considerável densidade demográfica e conflitos entre aspectos ambientais e socioeconômicos.

As regiões com maiores altitudes do Estado seguem uma faixa paralela ao litoral, entre as Drads Vale do Ribeira e Valo do Paraíba, subindo para as divisas com o Estado de Minas Gerais até altura da Drads Mogiana. Estas regiões concentram nascentes dos principais rios de São Paulo, que correm para o interior do Estado.

Mapa 1 – Relevo Estado de São Paulo e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social.



Fonte: Atlas do Estado de São Paulo. São Paulo, IGEOG-USP, 1971. Adaptação: Centro de Geoprocessamento da Diretoria de Monitoramento e Avaliação CGE / SEDS.

O Estado de São Paulo possui água em abundância, porém, as áreas mais populosas do Estado são justamente aquelas localizadas na região metropolitana da cidade de São Paulo, Campinas, Sorocaba e Piracicaba, isto é, territórios relativamente altos e com rios menos volumosos. Rios como Tietê, Rio Grande, Paranapanema, Paraná, Peixe, Aguapeí, Pardo, Turvo, São José do Dourados, entre muitos outros, marcam a ocupação do Estado, tanto economicamente como culturalmente. A junção entre disponibilidade de recursos naturais e características do solo, como declividade e acessibilidade, também estão relacionadas à ocupação e à vocação econômica.

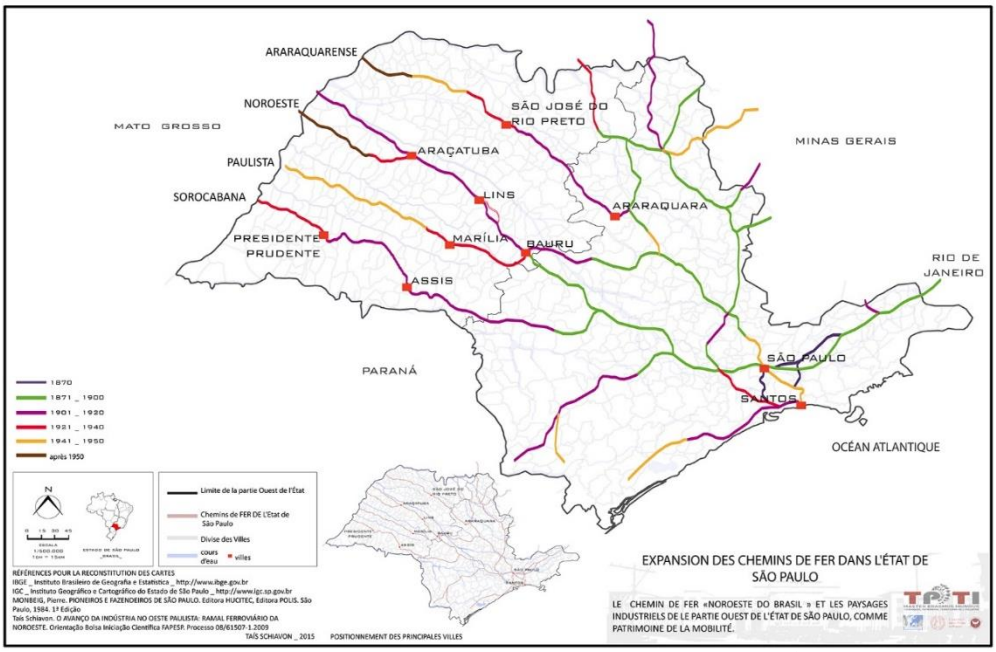
As primeiras ferrovias do Estado mostram uma cronologia do desenvolvimento do Estado, inicialmente pelo Vale do Paraíba, seguido da região metropolitana de São Paulo e Baixada Santista, berço das lavouras paulistas de café e outros meios produtivos (Mapa 3). Assim que estas regiões se consolidaram na produção e exportação agrícola, a ocupação do Estado seguiu para as regiões onde hoje se encontram

as Drads Campinas, Piracicaba, Mogiana e Sorocaba. Outra onda foi o nordeste paulista, onde se encontram Drads como Araraquara, Ribeirão Preto Franca e Barretos, seguido das regiões norte e noroeste onde estão territórios de Drads como Bauru, Marília, e Alta Sorocabana, Alta Paulista, e Alta Noroeste, e outras.

Os territórios ao Sul do Estado, como aqueles das Drads Vale do Ribeira e Itapeva, tiveram uma ocupação mais tardia, muito devido ao terreno acidentado, cortado pela serra de Paranapiacaba.

As ferrovias foram construídas geralmente entre os principais rios, nas regiões mais altas, onde se formaram as principais cidades destas regiões. Observa-se que muitas das cidades onde havia ferrovias e, posteriormente rodovias, tornaram-se locais centrais, para comércio e serviços, como Bauru, Marília, Presidente Prudente, Assis, São José do Rio Preto, Araçatuba, etc. Em regra geral, regiões mais planas e fartas em recursos hídricos tornaram-se territórios próprios para produção agropecuária. Territórios onde se cruzam caminhos, como estradas, rodovias, ferrovias, hidrovias, são preferíveis para serviços, comércio e para suprimento e escoamento de produções.

Mapa 2 – Expansão ferroviária no Estado de São Paulo.



Fonte: SCHIAVON, Taís. Ferrovias e o processo de identificação e valorização do patrimônio industrial no Brasil. Publicado na revista Arquitextos, 197. 02 memórias. ano 17, out. 2016. Consulta em http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.197/6254 na data de 07/05/2019.

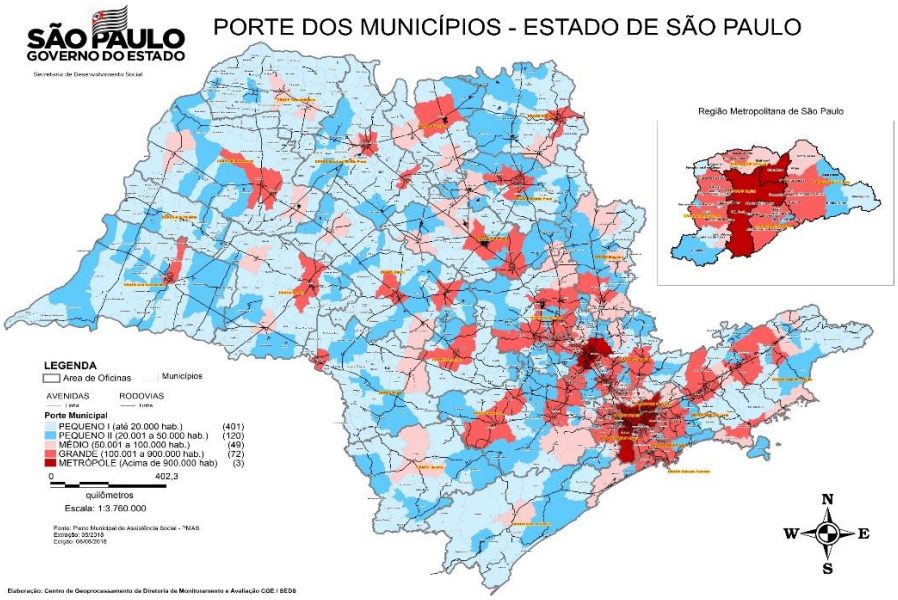
O Estado de São Paulo se industrializou ao longo do século XX e, parte desta estratégia, envolveu um forte investimento no transporte rodoviário. A indústria se inicia na região metropolitana de São Paulo, expandindo para o eixo das principais estradas de rodagem. Hoje, as rodovias interligam diferentes regiões do Estado e outras regiões do País (Mapa 3). As rodovias são, hoje, um importante elemento de análise para compreensão das regiões, pois escoam produções, abastecem cidades e beneficiam o fluxo de pessoas.

Podemos observar que as primeiras áreas ocupadas no Estado de São Paulo, assim como muitas das cidades por onde passaram as primeiras ferrovias, são hoje os territórios mais populosos. Outro fator de influência no porte populacional são as conexões entre grandes rodovias, tornando as cidades centrais para aceso ao comércio,

serviços, atividades sociais e políticas públicas escassos em cidades menores.

Logo, apreendemos que cidades com territórios mais extensos e população pequena possuem grande possibilidade de ter vocações mais ligadas a atividades rurais, de preservação ambiental, ou algum fator prejudicial à ocupação, como geografia com grandes declividades ou regiões alagadiças. Por outro lado, cidades maiores e aglomerados urbanos, são importantes indicadores da concentração de atividade econômica. Estas áreas, mais aquecidas economicamente, não devem ser compreendidas simplesmente como territórios ricos e autônomos, pois a concentração de renda pode fomentar o hiato da desigualdade socioeconômica, fator que intensifica as demandas para políticas sociais.

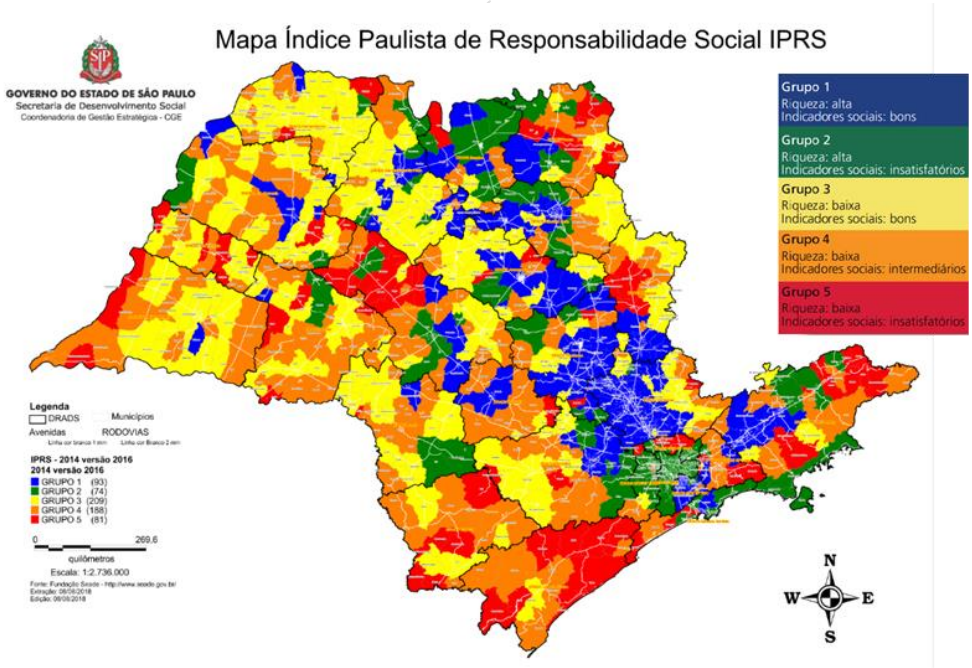
Mapa 3 – Portes populacionais e principais rodovias do Estado de São Paulo.



Elaboração: Centro de Geoprocessamento da Diretoria de Monitoramento e Avaliação CGE / SEDS.

O índice de responsabilidade social (IPRS) da Fundação SEADE possui indicadores relacionados a riqueza municipal e aspectos sociais[2] (Mapa 4). Podemos observar que o grupo de municípios com melhores indicadores sociais e de riqueza são, em geral, servidos por grandes rodovias, como Washington Luís, Anhanguera, Castelo Branco, Marechal Rondon, Presidente Dutra, entre outras. Muitos municípios, enquadrados nos grupos de baixa riqueza e indicadores sociais intermediários ou insatisfatórios (grupos 4 e 5), circundam outros municípios com melhores condições, podendo indicar uma relação de dependência em relação às cidades melhor colocadas.

Mapa 4 – Índice Paulista de Responsabilidade Social e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social.



[2] Os indicadores do **IPRS** são classificados em 3 categorias: **Riqueza Municipal** (Consumo residencial de energia elétrica, por ligação 25%/ Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços, por ligação 25%/ Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público 25%/ Valor adicionado fiscal per capita 25%); **Longevidade** (Taxa de mortalidade perinatal 30%/ Taxa de mortalidade infantil 30%/ Taxa de mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos 20%/ Taxa de mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos 20%); **Escolaridade** (Taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos 19%/ Média da proporção de alunos do 5º ano do ensino fundamental da rede pública que atingiram pelo menos o nível adequado nas provas de português e matemática da prova Brasil 31%/ Média da proporção de alunos do 9º ano do ensino fundamental da rede pública que atingiram pelo menos o nível adequado nas provas de português e matemática da prova Brasil 31%/ Taxa de distorção idade-série no ensino médio 19%).

Muito embora índices socioeconômicos e indicadores sociais tragam uma visão mais distante da realidade vivida territorialmente, estes instrumentos nos permitem entender melhor as dinâmicas regionais.

Podemos apreender deste contexto que as diferentes regiões do Estado de São Paulo vêm passando por processos de ocupação e desenvolvimento próprios. Cada território possui suas riquezas e situações de risco ou vulnerabilidades social.

Para início do diagnóstico, gostaríamos de identificar aqueles aspectos potencialmente positivos, sejam características naturais, econômicas, culturais, históricas, assim como estruturas públicas e outros bens que podemos identificar como potencialidades de cada região. Depois, passaremos para a identificação de vulnerabilidades e demandas do território e, finalmente, para a sugestão de estratégias de ações destinadas ao Estado.

EIXO I. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A IDENTIDADE DA REGIÃO

DINÂMICA 1 – IDENTIDADE REGIONAL

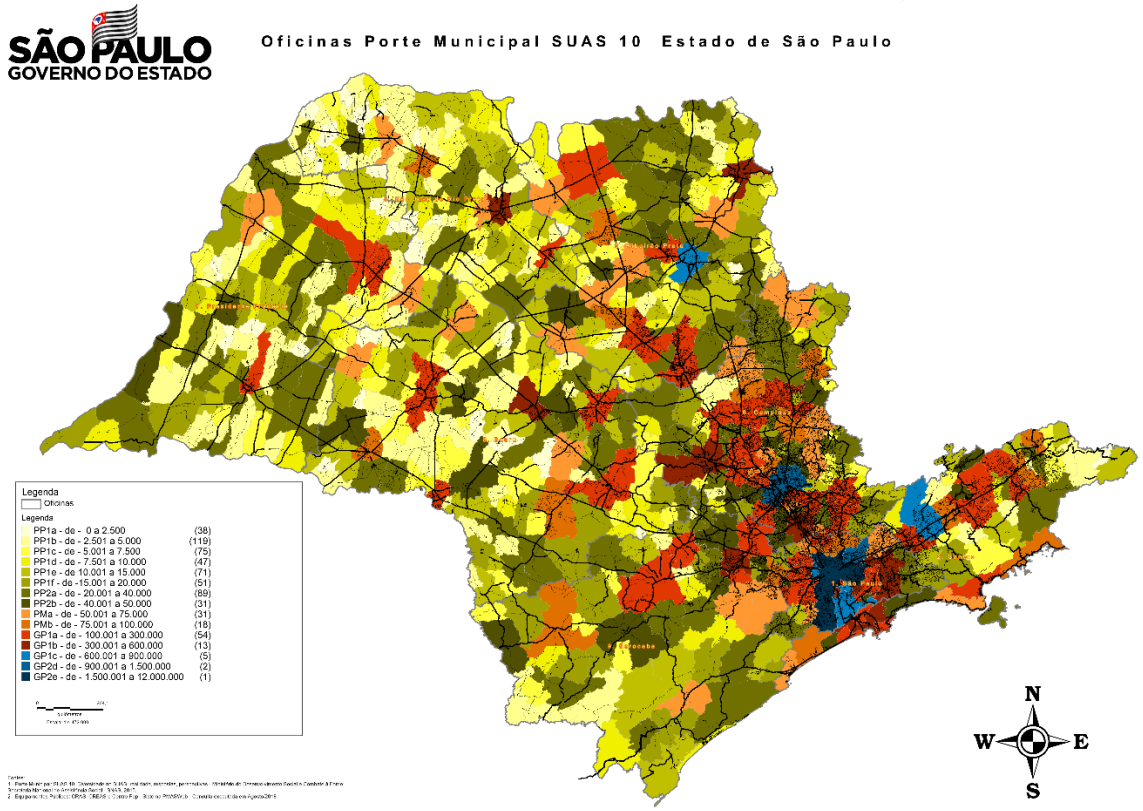
Como definir a identidade da sua região?

O cotidiano habitua o olhar. Por isso, neste exercício, vamos alimentar nosso olhar estrangeiro sobre o território que habitamos. Imaginem que vocês são guias de um grupo de estrangeiros curiosos. Olhando o mapa abaixo, vamos pensar nos aspectos mais significativos da região. Usando a imaginação, faça numa breve descrição do território na sua cabeça. Lembre-se dos aspectos geográficos, ambientais, culturais, históricos, sociais ou econômicos.

Anote apenas as palavras-chaves ou expressões nas targetas de papel, como se fosse um roteiro da sua descrição. Feito isto, cole as tarjetas com as palavras-chaves no chão ou na parede. Leia com atenção as palavras escolhidas pelos seus colegas da mesma região. Organizem as palavras-chaves por categorias e elaborem um breve texto.

O texto deve destacar as principais características do seu território no questionário eletrônico e siga para a próxima dinâmica!

Tempo da atividade: 20 minutos.



Elaboração: Centro de Geoprocessamento da Diretoria de Monitoramento e Avaliação CGE / SEDS.

1. Elabore um breve texto destacando as principais características do seu território.

Com base nas atividades da dinâmica 1, indique aspectos relacionados à economia, as instituições, trabalho, meio ambiente, geografia, cultura e outros aspectos que achar significativo:

DINÂMICA 2 – CARACTERÍSTICAS POSITIVAS DO TERRITÓRIO

Os participantes serão apresentados a uma lista de potencialidades da sua Drads, elaboradas durante o último PEAS.

Potencialidades são aquelas características territoriais que trazem a possibilidade de aproveitar algo para benefício da população. Logo, a potencialidade está ligada a um aspecto positivo, dependendo das iniciativas. Por exemplo, uma represa pode ser construída para geração de energia, mas pode ser utilizada como área de lazer público, ou abastecimento de água, em potencial. Uma universidade é um local para graduação no ensino superior, mas possui o potencial para disposição de mão-de-obra especializada, para qualificação profissional, para educação permanente, projetos sociais, etc.

Quais as potencialidades da sua região?

Inspirados na lista e nas características mencionadas na dinâmica anterior, os representantes do território da Drads deverão listar até 10 potencialidades mais significativas do território.

Tempo da atividade: 40 minutos.

LISTA DE POTENCIALIDADE ELABORADA NO ULTIMO PEAS 2016-2019

- Região que reúne melhor estrutura para a implantação de empreendimentos industriais e comerciais.

- O entroncamento rodo-hidro-ferroviário favoreceu o desenvolvimento econômico baseado em atividades industriais e agropecuárias e grandes usinas sucroalcooleiras.
- Alguns municípios mostram avanços na atuação intersetorial, com boa articulação com o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- Bom entrosamento entre municípios desse território, troca de experiências entre eles e grande parceria com a DRADS Bauru.
- A base da economia é a agricultura, agropecuária, agroindústria, pequenas indústrias e comércio.
- A hidrovia Tietê-Paraná é um dos principais pontos de escoamento da produção agrícola e industrial de toda a região.
- A instalação de Aeroporto Internacional coloca a região na rota de importantes interligações.
- A malha rodoviária regional possui boa estrutura, facilitando a mobilidade entre os municípios.
- Boa taxa de escolaridade e mão de obra qualificada, devido ao número expressivo de universidades.
- Setores econômicos diversificados (indústria, comércio e serviços).

2. Quais as potencialidades da sua região?

Com base nas atividades da dinâmica 2, indique até 10 potencialidades da região:

EIXO II. VULNERABILIDADES E DEMANDAS SOCIOASSISTENCIAIS: DESAFIOS DO SUAS PARA ATENDER A POPULAÇÃO

DINÂMICA 3

Leia os trechos relacionados aos termos "risco e vulnerabilidade socioassistencial". Ajuste suas percepções aos conceitos apresentados. Leia atentamente os indicadores apresentados sobre sua região. As categorias de risco e vulnerabilidades utilizadas no PMASWeb podem ajudá-los a levantar quais são as maiores demandas socioassistenciais.

Elabore uma lista com as 5 principais vulnerabilidades socioassistenciais da região, descrevendo situações específicas do seu território e/ou podendo utilizar itens da lista.

Tempo da atividade: 1 hora e 50 minutos.

Leia atentamente os textos abaixo:

ASSISTÊNCIA SOCIAL: DE AÇÃO INDIVIDUAL A DIREITO SOCIAL

"A proteção social da assistência social tem por primeiro eixo protetivo a proteção ao ciclo da vida do cidadão, isto é, a oferta de apoios às fragilidades dos diversos momentos da vida humana, como também de apoios aos impactos dos eventos humanos que provocam rupturas e vulnerabilidades sociais. A assistência social, ao ter por eixo protetivo as fragilidades e vulnerabilidades etárias próprias ao ciclo da vida, as coloca em diálogo com os direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos".

"O segundo eixo protetivo da assistência social decorre do direito à dignidade humana, expresso pela conquista da equidade, isto é, o respeito à heterogeneidade e à diferença sem discriminação e apartações. No caso, a ruptura com as discriminações para com mulheres, índios, afrodescendentes, entre outros, é central na dinâmica dessa política. Inclui, ainda, a proteção especial contra as formas predatórias da dignidade e cidadania em qualquer momento da

vida e que causam privação, vitimização, violência e até mesmo o extermínio".

Fonte: SPOSATI, Aldaísa; in Revista Brasileira de Direito Constitucional, nº 10 – jul. /Dez 2007.

MODELO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA: CONCEPÇÕES FUNDANTES

"Os riscos e vulnerabilidades sociais decorrem de contingências humanas, do próprio ciclo de vida, de contingências geradas por deficiências, como também, decorrem de fatores relacionais e do convívio humano desde o núcleo familiar até o societário. Aqui ocorrem violações de várias montas e significados como: transgressões, agressões, expropriações, discriminações, apartações, exclusões, marginalizações, desfiliações, desagregações, privações, contingências enfim, um múltiplo de situações que vão da sociabilidade à segurança e respeito à dignidade humana e à cidadania. O próprio trabalho é uma forma de relação social e societária e, nele também, estão contidas possibilidades de ocorrências dessas desproteções além das específicas do mundo do trabalho como insalubridade, não descanso, acidentes, etc."

Fonte: SPOSATI, Aldaísa; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS (1993)

"Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II. o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III. a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

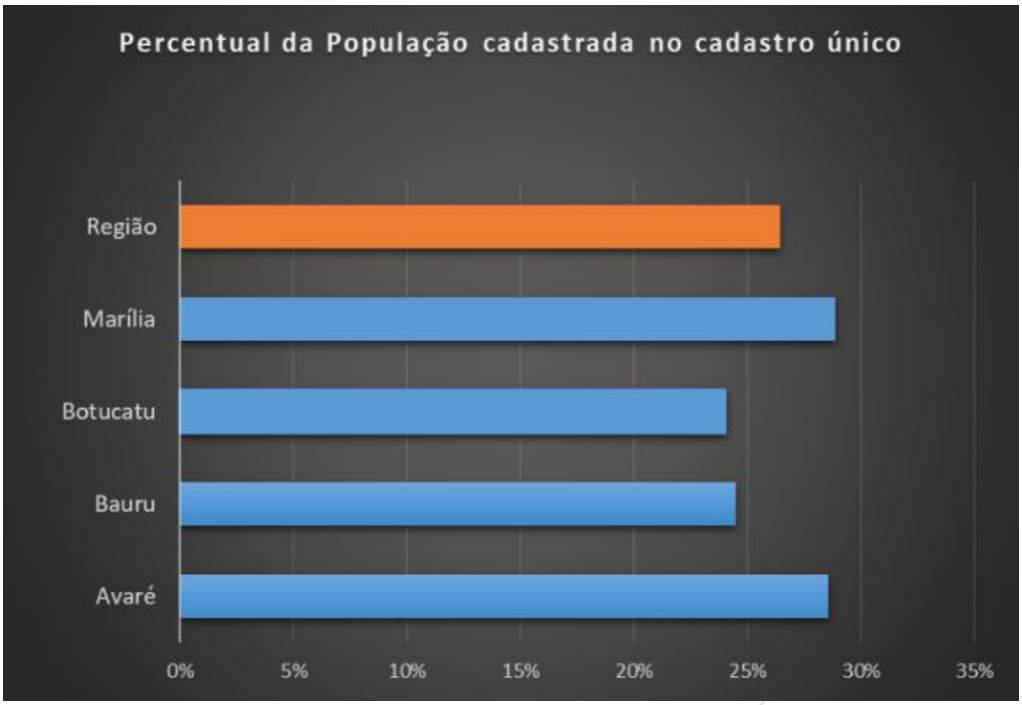
(...) Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais".

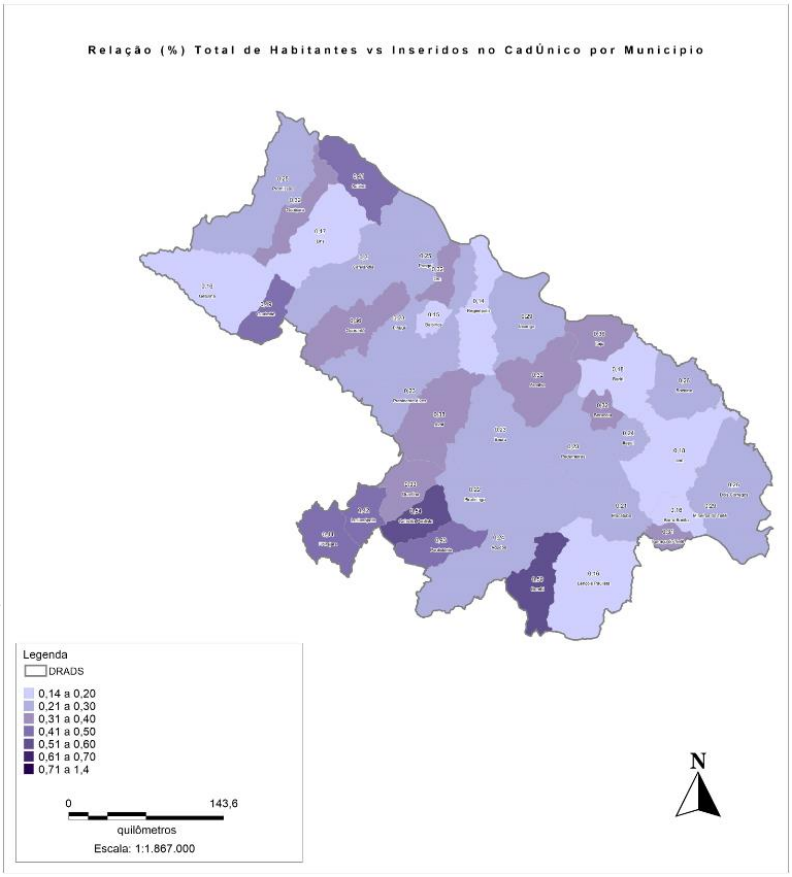
POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS 2004 (ITEM 2.4. USUÁRIOS)

"Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social."

ANÁLISE PERFIL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Percentual de inseridos no CadÚnico em relação a população total dos territórios da oficina 2



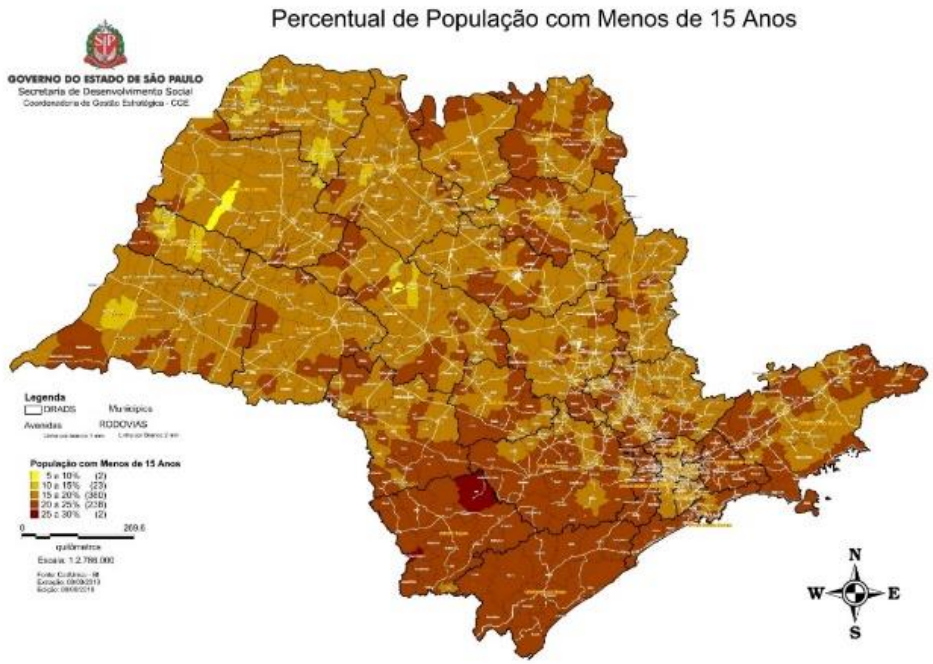


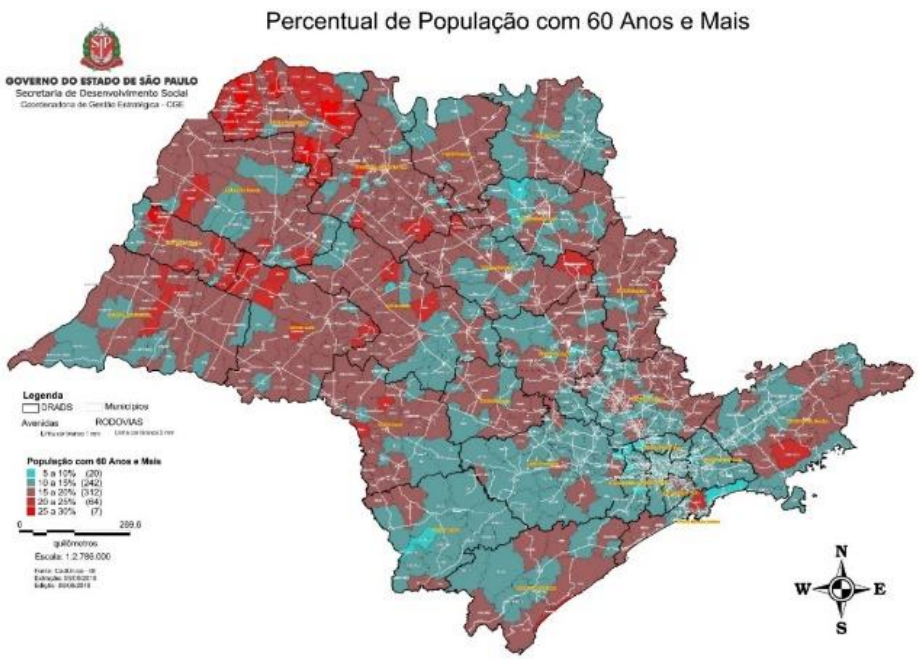
Fonte: BI (CadÚnico) e PMAS Agosto/2018. Elaboração: Centro de Geoprocessamento da Diretoria de Monitoramento e Avaliação CGE / SEDS.

TABELA: POPULAÇÃO, CADASTRADOS NO CADÚNICO E PERCENTUAL

Macro regiões das Oficinas	DRADS	População	Pessoas cadastradas no CadÚnico	Percentual da população cadastrada
Bauru	**Avaré**	520.718	148.734	**29%**
	Bauru	1.117.481	273.443	**24%**
	Botucatu	303.816	72.933	**24%**
	Marília	744.686	214.801	**29%**
	Região	**2.686.701**	**709.911**	**26%**
Fonte: *Fundação Seade 2019. MDS, Cadastro único, 08/2018.*				

ANÁLISE DOS CICLOS DE VIDA





Elaboração: Centro de Geoprocessamento da Diretoria de Monitoramento e Avaliação CGE / SEDS.

TABELA: POPULAÇÃO TOTAL, COM MAIS DE 60 ANOS E NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 14 ANOS.

Macro regiões das Oficinas	DRADS	População	População mais de 60 Anos		População de 0 a 14 Anos	
Bauru	**Avaré**	520.718	84.942	16%	100.248	19%
	Bauru	1.117.481	180.863	16%	199.185	18%
	Botucatu	303.816	48.107	16%	57.776	19%
	Marília	744.686	131.108	18%	130.613	18%
	Região	**2.686.701**	**445.020**	17%	**487.822**	18%

Fonte: *Fundação Seade 2019.*

ANÁLISE PORTE MUNICIPAL E GRUPOS TRADICIONAIS E ESPECÍFICOS

Macro regiões das Oficinas	DRADS	Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE)
Bauru	Avaré	7.090
	Bauru	16.138
	Botucatu	1.498
	Marília	5.656
	Região	**30.382**
Fonte: *MDS, Cadastro único, 08/2018.*		

Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE)	Bauru
Contagem de Família de Catadores de Material Reciclável	3.316
Família de Agricultores Familiares	324
Família Cigana	13
Família Extrativista	21
Família Acampada	6.657
Família assentada da Reforma Agrária	3.626
Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	13
Família beneficiária do Programa Nacional de Crédito Fundiário	29
Família Ribeirinha	17
Família de Preso do Sistema Carcerário	833
Família de Pescadores Artesanais	202
Família pertencente a Comunidade de Terreiro	5
Família Quilombola	1
Família Indígena	1.081
Soma de Total GPTE	16.138
Fonte: *MDS, Cadastro único, 08/2018.*	

LISTA DE SITUAÇÕES DE RISCO E VULNERABILIDADE DO PMASWEB, BASEADA NO TEXTO DA PNAS:

3. Com base nas atividades da dinâmica 3, liste as 5 situações de risco ou vulnerabilidade socioassistencial mais marcantes na região:

- Alta porcentagem de crianças e adolescentes na população;
- Alta porcentagem de pessoas idosas na população;
- Desemprego entressafras;

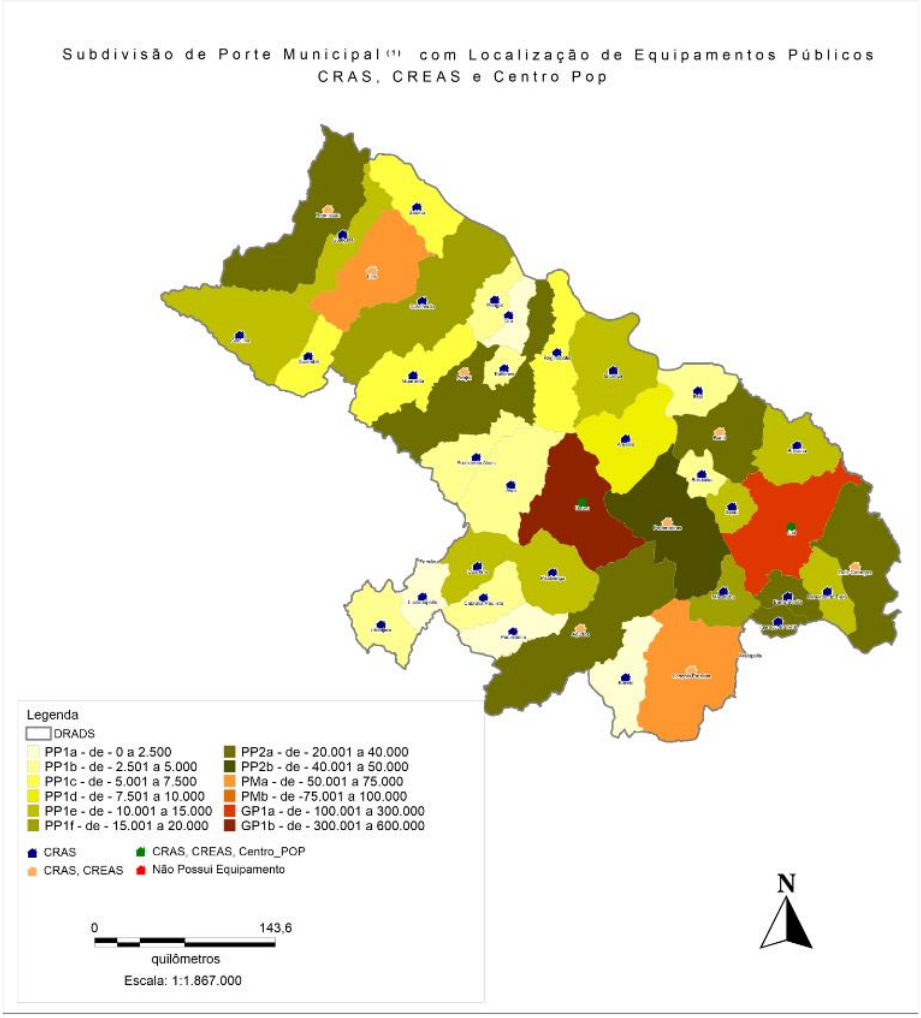
- Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho;
- Desvantagens resultantes de deficiência;
- Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos;
- Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social;
- Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda;
- Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares;
- Existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar);
- Existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favoreçam fenômenos causadores de calamidades públicas;
- Existência e disseminação de preconceitos que geram intolerância ou discriminação social e/ou pessoal;
- Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação);
- Expressivo contingente de indivíduos egressos do sistema prisional
- Ocupação de áreas de risco para moradia;
- Pessoas em situação de rua;
- Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas.
- Outros

DINÂMICA 4

Depois de identificar as vulnerabilidades socioassistenciais na dinâmica anterior, agora é o momento de indicar, com base no seu conhecimento do território, se a oferta pública (serviços e benefícios socioassistenciais) é insuficiente ou inadequada no território e quais estratégias podem melhorar esta oferta em cada proteção social.

Como apoio, disponibilizamos a tabela abaixo com o número de serviços por município e proteção social:

Tempo da atividade: 1 hora e 15 minutos



Fontes:
1 - Porte Municipal: SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, 2015.
2 - Equipamentos Públicos: CRAS, CREAS e Centro Pop - Sistema PMASWeb - Conculta executada em Agosto/2018

Elaboração: Centro de Geoprocessamento da Diretoria de Monitoramento e Avaliação CGE / SEDS.

TABELA: CADASTRO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Município	Total de famílias cadastradas	Famílias Cadastradas com renda per capitas até R$178,00	% do cadastro com Perfil para PTRs	PBF	BPC	Ação Jovem	Renda Cidadã
Agudos	3.578	1.143	31,95%	1.002	809	74	105
Arealva	1.075	339	31,53%	279	134	20	32
Avaí	663	403	60,78%	338	75	53	29
Balbinos	256	133	51,95%	110	17	10	37
Bariri	1.864	872	46,78%	792	447	51	44
Barra Bonita	2.483	1.259	50,70%	1.109	441	67	114
Bauru	36.253	14.231	39,25%	11.495	6.182	154	395
Bocaina	1.083	444	41,00%	362	182	10	96
Boracéia	504	297	58,93%	272	46	5	68
Borebi	523	177	33,84%	154	19	26	54
Cabrália Paulista	828	196	23,67%	188	82	13	23
Cafelândia	1.167	535	45,84%	412	279	25	31
Dois Córregos	2.211	1.041	47,08%	950	442	32	139
Duartina	1.678	477	28,43%	484	257	109	136
Getulina	1.073	587	54,71%	505	160	29	72
Guaiçara	1.413	518	36,66%	418	130	15	57
Guaimbê	895	521	58,21%	455	98	22	107
Guarantã	962	622	64,66%	543	121	48	121
Iacanga	1.186	547	46,12%	502	181	17	81
Igaraçu do Tietê	2.373	1.522	64,14%	1.431	353	8	28
Itaju	360	115	31,94%	100	32	16	23
Itapuí	1.045	570	54,55%	522	176	17	33
Jaú	8.730	2.270	26,00%	2.095	1.717	117	68
Lençóis Paulista	3.185	1.401	43,99%	1.299	908	53	896
Lins	4.821	2.262	46,92%	1.941	1.365	52	40
Lucianópolis	399	110	27,57%	97	22	13	25
Macatuba	1.204	387	32,14%	327	244	10	75
Mineiros do Tietê	1.345	726	53,98%	668	167	21	170
Paulistânia	312	148	47,44%	132	26	18	27
Pederneiras	3.580	2.021	56,45%	1.786	780	29	89
Pirajuí	2.366	1.150	48,61%	989	584	45	33
Piratininga	1.025	350	34,15%	314	186	24	78
Pongaí	347	191	55,04%	147	91	34	81
Presidente Alves	407	178	43,73%	120	46	19	92
Promissão	3.059	1.366	44,66%	1.203	697	19	21
Reginópolis	503	191	37,97%	153	86	3	232
Sabino	900	374	41,56%	338	103	37	95
Ubirajara	635	322	50,71%	293	61	44	51
Uru	178	100	56,18%	84	22	0	20
BAURU	**96.469**	**40.096**	**41,56%**	**34.409**	**17.768**	**1.359**	**3.918**

Fonte: Dados CAD, PBF e BPC – Sagi – Vis data 07/05/2019 e Dados Ação Jovem e Renda Cidadã – Portal Social 07/05/2019

4. Sobre a atual oferta na rede de proteção social, programas e benefícios socioassistenciais da sua região, responda:

4.1.a Indique os gargalos/dificuldades relativos à área dos Programas e Benefícios socioassistenciais que estão presentes na sua região:

( ) Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais (interlocução interna prefeito (a) e outras pastas; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de utilização de recursos aportados nos programas)

( ) Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais

( ) Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.)

( ) Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009)

( ) Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas)

( ) Acesso/ relacionamento com os canais de pagamentos

( ) Outros: _____

4.1.b. Indique até 5 estratégias que poderiam auxiliar a área de Programas e Benefícios socioassistenciais:

( ) Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.)

( ) Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)

( ) Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas)

( ) Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão)

( ) Apoio/supervisão técnica presencial

( ) Normatização (Resoluções e Decretos)

( ) Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas)

( ) Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores

( ) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)

( ) Programas, Projetos

Outros: _____

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

TABELA: REDE SERVIÇOS SOCIOASSSITENCIAS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Tipo de serviço	Usuários	Qtd de Municípios	Qtd por Tipo de Serviço
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	33	50
	adultos de 30 a 59 anos	7	8
	crianças de até 6 anos	11	16
	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	39	106
	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	37	53
	jovens de 18 a 29 anos	3	3
Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF	famílias	39	53
Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	idosos	2	2
	pessoas com deficiência e idosos	4	4
Serviço não tipificado	adolescentes	2	4
	adultos	1	11
	crianças e adolescentes	1	1
	famílias	7	24
	jovens	2	2
Básica Total		**39**	**337**

Fonte: PMASweb 2019

4.2.a Selecione os serviços da Proteção Social Básica considerados insuficientes ou inadequados na sua região:

( ) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

( ) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

( ) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

( ) Comentários: _____

4.2.b. Quais estratégias poderiam ser usadas para melhorar a prestação de serviços da Proteção Social Básica? Indique até 5:

( ) Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc)

( ) Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)

( ) Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas)

( ) Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão)

( ) Apoio/supervisão técnica presencial

( ) Normatização (Resoluções e Decretos)

( ) Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas)

( ) Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores

( ) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)

( ) Programas, Projetos

( ) Repasse de recursos financeiros

Outros:_____ __

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

TABELA: REDE SERVIÇOS SOCIOASSSITENCIAS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Tipo de serviço	Usuários	Qtd de Municípios	Qtd por Tipo de Serviço
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos - PAEFI	famílias e indivíduos	10	12
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	adolescentes	39	40
Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	idosos, seus familiares e cuidadores	5	6
	pessoas com deficiência e idosos, seus familiares e cuidadores	11	19
	pessoas com deficiência, seus familiares e cuidadores	17	22
Serviço especializado em abordagem social	apenas jovens, adultos, idosos e famílias	3	3
	crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias	5	6
Serviço especializado para pessoas em situação de rua	apenas jovens, adultos, idosos e famílias	2	2
Serviço não tipificado	adultos	1	1
	crianças e adolescentes	1	6
	famílias	2	2
	famílias e indivíduos	27	28
	mulheres em situação de violência	1	1
Especial de Média Complexidade Total		**39**	**148**

Fonte: PMASweb 2019

4.3.a Selecione os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade considerados insuficientes ou inadequados na sua região:

( ) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

( ) Serviço Especializado em Abordagem Social

( ) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC

( ) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias

( ) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

( ) Comentários:

4.3.b. Quais estratégias poderiam ser usadas para melhorar a prestação de serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade? Indique até 5:

( ) Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc)

( ) Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)

( ) Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas)

( ) Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão)

( ) Apoio/supervisão técnica presencial

( ) Normatização (Resoluções e Decretos)

( ) Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas)

( ) Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores

( ) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)

( ) Programas, Projetos

( ) Repasse de recursos financeiros

( ) Outros: _____

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

TABELA: REDE SERVIÇOS SOCIOASSSITENCIAS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Tipo de serviço	Usuários	Qtd de Municípios	Qtd por Tipo de Serviço
Serviço de acolhimento em família acolhedora	crianças e adolescentes	1	2
Serviço de acolhimento em república	adultos - masculino	1	1
	idosos	1	1
	jovens de 18 a 21 anos - feminino	1	1
Serviço de acolhimento institucional - Abrigo institucional	adultos e famílias	1	1
	crianças e adolescentes	19	26
	idosos	22	29
	mulheres em situação de violência	1	1
Serviço de acolhimento institucional - Casa de passagem	adultos e famílias	3	6
Serviço de acolhimento institucional - Casa lar	crianças e adolescentes	6	11
	idosos	2	2
Serviço de acolhimento institucional - Residência inclusiva	Jovens e adultos com deficiência	2	9
Serviço não tipificado	adultos	1	1
	famílias	1	1
Especial de Alta Complexidade Total		**29**	**92**

Fonte: PMASweb 2019

4.4.a. Selecione os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade considerados insuficientes ou inadequados na sua região:

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar crianças e adolescentes

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias)

( ) Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência)

( ) Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino

( ) Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino

( ) Serviço de Acolhimento em República para adultos - feminino

( ) Serviço de Acolhimento em República para adultos – masculino

( ) Serviço de Acolhimento em República para idosos

( ) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças

( ) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora adolescentes

( ) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes

( ) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (famílias e indivíduos)

Comentários: _____

4.4.b. Quais estratégias poderiam ser usadas para melhorar a prestação de serviços e da Proteção Social Especial de Alta Complexidade? Indique até 5 estratégias:

( ) Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc)

( ) Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)

( ) Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas)

( ) Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão)

( ) Apoio/supervisão técnica presencial

( ) Normatização (Resoluções e Decretos)

( ) Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas)

( ) Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores

( ) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)

( ) Programas, Projetos

( ) Repasse de recursos financeiros

( ) Outros: _____

EIXO III - Estratégias de ações possíveis para serem apontadas no PEAS: Como o Estado pode atuar diante deste diagnóstico

Duração: 45min

***DINÂ*MICA 5**

Esta é a última etapa. As perguntas são abertas e os participantes deverão ser bem orientados para responder de forma clara e objetiva.

Diante das questões abordadas e debatidas nesta oficina, quais os pontos positivos da atuação do Estado em relação às proteções sociais? Quais os desafios do Estado em relação às proteções sociais?

A primeira pergunta é para identificar práticas que devem ser mantidas ou aprimoradas. A segunda pergunta é para os participantes trazerem ações e diretrizes que faltam na atuação da SEDS.

Diante das questões abordadas e debatidas nessa oficina, quais pontos positivos da atuação do Estado em relação a gestão do SUAS? Quais os desafios do Estado em relação a gestão do SUAS?

A primeira pergunta é para identificar práticas que devem ser mantidas ou aprimoradas. A segunda pergunta é para os participantes trazerem ações e diretrizes que faltam na atuação da SEDS.

Diante das questões abordadas e debatidas nessa oficina, quais pontos positivos da atuação do Estado em relação a articulações intersetoriais? Quais os desafios do Estado em relação às articulações intersetoriais?

A primeira pergunta é para identificar práticas que devem ser mantidas ou aprimoradas. A segunda pergunta é para os participantes trazerem ações e diretrizes que faltam na atuação da SEDS.

5. Diante das questões abordadas e debatidas nesta oficina, responda as questões abaixo sobre as atuações e desafios da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social:

5.1.a. Diante das questões abordadas e debatidas nesta oficina, quais pontos podem ser considerados positivos na atuação do Estado em relação às proteções sociais?

_____

5.1.b. E quais os desafios do Estado em relação às proteções sociais?

_____

5.2.a. Diante das questões abordadas e debatidas nessa oficina, quais pontos podem ser considerados positivos na atuação do Estado em relação a gestão do SUAS?

_____

5.2.b. E quais os desafios do Estado em relação a gestão do SUAS?

_____

5.3.a. Diante das questões abordadas e debatidas nessa oficina, quais pontos podem ser considerados positivos na atuação do Estado em relação a articulações intersetoriais?

_____

5.3.b. Quais os desafios do Estado em relação às articulações intersetoriais?

_____

ANEXO 3

Manual da Equipe

Oficinas de Diagnóstico “PEAS 2020-2023”

Material da equipe das Oficinas de Diagnóstico do PEAS 2020-2023.

MATERIAL PARA SER LIDO ANTES DA OFICINA

SERÁ ENTREGUE PARA OS RESPONSÁVEIS NO DIA DA OFICINA

PROGRAMAÇÃO

25 de junho 2019 – São Paulo

Horários	Conteúdo
08:30	Credenciamento
09:00	Boas vindas e apresentação (auditório)
10:00 – 13:00	Atividade nas salas
13:00 - 14:00	Almoço
14:00 – 15:30	Atividade nas salas
15:30 – 15:45	Café (intervalo)
15:45 – 17:00	Atividade nas salas

GRUPOS DE PARTICIPANTES

Grupos	Sala	DRADS	Nº de particip.
Grupo 1	1	Alta Noroeste	6
		Alta Sorocabana	6
		Alta Paulista	6
		Total Grupo 1	18
Grupo 2	2	Fernandópolis	6
		São José do Rio Preto	6
		Barretos	6
		Total Grupo 2	18
Grupo 3	3	Ribeirão Preto	6
		Franca	6
		Araraquara	6
		Total Grupo 3	18
Grupo 4	4	Bauru	6
		Marília	6
		Botucatu	6
		Avaré	6
		Total Grupo 4	24
		Total Oficina	78

Papéis

Oficineiro:

É o responsável principal por conduzir as atividades com os grupos nas salas de atividades:

- Conduz os grupos para as salas;
- Conduz as dinâmicas nas salas de trabalho;
- Provoca a discussão (não faz parte dela);
- Orienta os subgrupos nas atividades, solicita o registro das respostas no formulário;
- Faz a leitura do guia e explica os principais conceitos e dúvidas;
- Fomenta o assunto e não deixar que os participantes fujam do tema;
- Mantém a ordem da sala (volume da discussão; encerrar a discussão quando o apoio avisar que o tempo se esgotou).

Mediador:

Apoia o oficineiro na condução das atividades:

- Fomenta o debate e auxilia para que os participantes não fujam do tema buscando garantir o melhor dialogo entre Drads e municípios;
- Organiza o material na sala;
- Apoia na orientação do preenchimento dos formulários;
- Garante que os grupos preencham os formulários;
- Anota/escreve atividades no flipchart/papel kraft;
- Anota considerações finais dos participantes durante o encerramento.

Apoio em sala:

- Pessoal que acompanha o oficineiro e mediadores dentro das salas para apoiar no funcionamento das atividades:
- Solicita apoio e se comunica com a equipe de apoio volante;

- Faz o controle do tempo da sala e informa os oficineiros e mediadores;
- Ajuda a verificar se os formulários estão disponíveis no computador;
- Avisa os intervalos do dia;
- Auxilia as salas com problemas técnicos e na articulação junto o pessoal do apoio volante;
- Auxilia na distribuição de materiais;

Equipe de apoio volante:

- Responsável pela coesão do evento:
- Organiza mesa do café;
- Responsável pelas listas de presença;
- Responsável pela organização do espaço e computadores antecipadamente;
- Verifica se as salas estão realizando as atividades no tempo planejado;
- Comunica-se com pessoal do local do evento;

Redator de grupo:

Pessoa escolhida em cada grupo de DRADS (preferencialmente membros do GT VS ou das DRADS) para redigir as respostas do grupo no computador e enviar o formulário *on line* ao final do dia.

Lista de nomes:

Oficineiros/as:

Nome	Setor

Mediadores/as:

Nome	Setor

Apoiadores/as:

Nome	Setor

Apoio rotativo (Geral):

Nome

Redatores (Referência da Vigilância socioassistencial na DRADS):

Nome	DRADS

Passo a passo da Oficina

A Oficina começa com todos os participantes reunidos no auditório, onde será feita a apresentação do evento e introdução.

Em seguida, cada grupo de Drads será encaminhado para uma sala. As salas contarão com oficineiro, mediadores e apoiador, além da presença do pessoal de apoio rotativo para realizar as dinâmicas.

A equipe deve distribuir para cada participante o "Guia de acompanhamento" e verificar se os computadores dos grupos têm o formulário on line e em Word.

A cada dinâmica, os participantes terão de responder às respectivas perguntas do questionário. **IMPORTANTE**: os subgrupos devem preencher **um formulário por DRADS, em Word e posteriormente preencher o formulário *on line***, para assegurar a informação.

Etapas

De 09:00 a 09:45

Auditório

5 min - Contextualização do evento "Oficinas de diagnóstico do PEAS 2020-2023" (João Rafael)

5 min - Apresentação das atividades do Grupo de Trabalho, metodologia da Oficina e as atividades do evento nas salas (Priscila)

35 min - Apresentação de dados iniciais, os passos posteriores de construção do PEAS, informando que será feita uma devolução dos dados aos participantes. (Guilherme)

Salas

Passos >>

1) A equipe deve entregar o Guia de acompanhamento para cada participante;

2) Antes de iniciar as dinâmicas, o oficineiro deve informar que as atividades nas salas estão divididas em três partes (usar apresentação em PPT), sendo:

Parte 1: Caracterização do território e a identidade da sua região. Realização de 2 dinâmicas para caracterizar a região da DRADS, dando um contexto geral (aspectos mais relevantes) e apontando potencialidades (gerais) da região. Terá duração de 1h30min.

Parte 2: Vulnerabilidades e demandas socioassistenciais: desafios do SUAS para atender a população. Realização de 2 dinâmicas para apontar as vulnerabilidades socioassistenciais mais marcantes da região e apontar as demandas. Terá duração de 01h00.

Intervalo para o almoço (duração: 1h00)

Parte 3: Estratégias de possíveis para o PEAS: "Como o Estado pode atuar diante do diagnóstico feito?": momento em que os grupos devem responder a três perguntas para apontar os desafios do Estado nas áreas das proteções sociais, gestão e intersetorialidade. Terá duração de 1h15min.

Encerramento: agradecimentos e encerramento na própria sala.

3) Apresentação inicial dos participantes e das regiões que compõe aquele grupo.

4) Oficineiro abrir o guia com os participantes para conhecimento, e apresentar os conteúdos.

5) Grupos devem definir um redator de cada grupo de DRADS (nomes já estão sugeridos) para redigir no computador as respostas.

6) Iniciar as dinâmicas conforme a seguir, sendo que em cada dinâmica deve:

> ler o enunciado de cada uma das dinâmicas com o grupo e tirar dúvidas;

> cada grupo realizará o debate sobre o tema;

> dar 10 minutos para o redator preencher o formulário no computador da dinâmica, antes de seguir para a próxima dinâmica.

> Incluir, se possível, a apresentação das respostas gerais de cada subgrupo para todos os participantes da sala a cada finalização das dinâmicas.

7) Finalizar a atividade na sala (não haverá finalização no auditório).

REALIZANDO AS DINÂMICAS

Eixo 1. Caracterização do território e a identidade da sua região

Duração: 1h00min.

De 10:00 a 10:20

DINÂMICA 1 – IDENTIDADE REGIONAL

Como definir a identidade da sua região?

O cotidiano habitua o olhar. Por isto, neste exercício vamos alimentar nosso olhar estrangeiro sobre o território que habitamos. Imagine que vocês são guias de um grupo de estrangeiros curiosos. Olhando o mapa abaixo vamos pensar nos aspectos mais significativos da região. Usando a imaginação, faça numa breve descrição do território na sua cabeça. Lembre-se dos aspectos geográficos, ambientais, culturais, históricos, sociais ou econômicos.

Anote apenas as palavras chave ou expressões nas targetas de papel, como se fosse um roteiro da sua descrição. Feito isto, cole as tarjetas com as palavras chave no chão ou na parede. Leia com atenção as palavras escolhidas pelos seus colegas da mesma região. Organizem as palavras chave por categorias e elaborem um breve texto.

O texto deve destacar as principais características do seu território no questionário eletrônico e siga para a próxima dinâmica!

Questão 1. Elabore um breve texto destacando as principais características do seu território:

Tempo da atividade: 10 minutos.

Preenchimento do google forms: 10 minutos.

Devolutiva da Dinâmica 1: 10 min.

De 10:30 a 11:00

DINÂMICA 2 – CARACTERÍSTICAS POSITIVAS DO TERRITÓRIO

Os participantes serão apresentados a uma lista de potencialidades da sua Drads, elaboradas durante o último PEAS.

Potencialidades são aquelas características territoriais que trazem a possibilidade de aproveitar algo para benefício da população. Logo, a potencialidade está ligada a um aspecto positivo, dependendo das iniciativas.

Por exemplo, uma represa pode ser construída para geração de energia, mas pode ser utilizada como área de lazer público, ou abastecimento de água, em potencial. Uma universidade é um local para graduação no ensino superior, mas possui o potencial para disposição de mão de obra especializada, para qualificação profissional, para educação permanente, projetos sociais, etc.

Quais as potencialidades da sua região?

Inspirados na lista e nas características mencionadas na dinâmica anterior, os representantes do território da Drads deverão listar até 10 potencialidades mais significativas do território.

Questão 2_ Lista de potencialidades regional:

Tempo da atividade: 30 minutos.

Preenchimento do google forms: 10 minutos.

Devolutiva da Dinâmica 2: 10 min.

Eixo 2. Vulnerabilidades e demandas socioassistenciais: desafios do SUAS para atender a população - Duração: 3h05min

De 11:10 a 12:50

DINÂMICA 3

Leia os trechos relacionados aos termos "risco e vulnerabilidade socioassistencial". Ajuste suas percepções aos conceitos apresentados. Leia atentamente os indicadores apresentados sobre sua região. As categorias de risco e vulnerabilidades utilizadas no PMASWeb podem ajudar a identificar as maiores demandas socioassistenciais.

Elabore uma lista com as 5 principais vulnerabilidades socioassistenciais da região, descrevendo situações específicas do seu território e/ou podendo utilizar itens da lista.

Questão 3_ Quais vulnerabilidades socioassistenciais da região deveriam ser destacadas neste diagnóstico? Indique abaixo 5 vulnerabilidades próprias do seu território (utilize a lista acima ou formule outras, caso não estejam contempladas nesta lista).

Tempo da atividade: 1h35 minutos.

Preenchimento do google forms: 15 minutos.

Devolutiva da Dinâmica 3: 10 min.

13:00 – 14:00 INTERVALO PARA ALMOÇO (60 minutos)

De 14:00 a 15:30

DINÂMICA 4

Depois de identificar as vulnerabilidades socioassistenciais na dinâmica anterior, agora é o momento de indicar, com base no seu conhecimento do território, se a oferta pública (serviços e benefícios

socioassistenciais) é insuficiente ou inadequada no território e quais estratégias podem melhorar esta oferta em cada proteção social.

Como apoio, disponibilizamos a tabela abaixo com o número de serviços por município e proteção social:

Tempo da atividade: 1 hora (15 minutos para cada dupla de questão)

Preenchimento do google forms: 15 minutos. (3 a 4 minutos para preencher cada dupla de questão)

Questões:

4.1.a. Programas e benefícios socioassistenciais (15 min debate 3 min preencher google forms)

Selecione quais os gargalos/dificuldades relacionados aos programas e benefícios na sua região:

Ver Guia da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial (ANEXO 2)

4.1.b. Indique até 5 estratégias que auxiliariam os itens identificados acima:

Ver Guia da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial (ANEXO 2)

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (15 min debate 4 min preencher google forms)

Questão 4.2.a_ Selecione os serviços considerados insuficientes ou inadequados:

Ver Guia da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial (ANEXO 2)

Questão 4.2.b_ Quais estratégias poderiam melhorar a oferta pública na Proteção Social Básica? *Ver Guia da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial (ANEXO 2)*

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (15 min debate 4 min preencher google forms)

Questão 4.3.a_ Selecione os serviços considerados insuficientes ou inadequados (PSE de Média Complexidade):

Ver Guia da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial (ANEXO 2)

Questão 4.3.b_ Quais estratégias poderiam melhorar a oferta pública na Proteção Social Especial de Média Complexidade? Indique até 5 estratégias que podem contribuir para a melhora:

Ver Guia da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial (ANEXO 2)

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE (15 min debate 4 min preencher google forms)

Questão 4.4.a_ Selecione os serviços considerados insuficientes ou inadequados (PSE de Alta Complexidade):

Ver Guia da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial (ANEXO 2)

Questão 4.4.b_ Quais estratégias poderiam melhorar a oferta pública na Proteção Social Especial de Alta Complexidade? Indique até 5 estratégias que podem contribuir para a melhora:

Ver Guia da Oficina de Diagnóstico Socioassistencial (ANEXO 2)

Devolutiva da Dinâmica: 10 min.

15:30 – 15:45	**INTERVALO PARA CAFÉ (15 minutos)**

Eixo III - Estratégias de ações possíveis para serem apontadas no PEAS: Como o Estado pode atuar diante deste diagnóstico?

Duração: 1h15min

De 15:45 a 17:00

DINÂMICA 5

Esta é a última etapa. As perguntas são abertas e os participantes deverão ser bem orientados para responder de forma clara e objetiva.

Diante das questões abordadas e debatidas nesta oficina, quais os pontos positivos da atuação do Estado em relação às proteções sociais? Quais os desafios do Estado em relação às proteções sociais?

A primeira pergunta é para identificar práticas que devem ser mantidas ou aprimoradas. A segunda pergunta é para os participantes trazerem ações e diretrizes que faltam na atuação da SEDS.

Diante das questões abordadas e debatidas nessa oficina, quais pontos positivos da atuação do Estado em relação a gestão do SUAS? Quais os desafios do Estado em relação a gestão do SUAS?

A primeira pergunta é para identificar práticas que devem ser mantidas ou aprimoradas. A segunda pergunta é para os participantes trazerem ações e diretrizes que faltam na atuação da SEDS.

Diante das questões abordadas e debatidas nessa oficina, quais pontos positivos da atuação do Estado em relação a articulações intersetoriais? Quais os desafios do Estado em relação às articulações intersetoriais?

A primeira pergunta é para identificar práticas que devem ser mantidas ou aprimoradas. A segunda pergunta é para os participantes trazerem ações e diretrizes que faltam na atuação da SEDS.

Tempo da atividade: 45 min (15 minutos para cada dupla de questão)

Preenchimento do google forms: 15 minutos. (5 minutos para dupla de questão)

5. Diante das questões abordadas e debatidas nesta oficina, responda as questões abaixo sobre as atuações e desafios da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social: (15 min debate 5 min preencher google forms)

5.1.a. Diante das questões abordadas e debatidas nesta oficina, quais pontos podem ser considerados positivos na atuação do Estado em relação às proteções sociais?

5.1.b. E quais os desafios do Estado em relação às proteções sociais?

5.2.a. Diante das questões abordadas e debatidas nessa oficina, quais pontos podem ser considerados positivos na atuação do Estado em relação a gestão do SUAS? (15 min debate 5 min preencher google forms)

5.2.b. E quais os desafios do Estado em relação a gestão do SUAS?

5.3.a. Diante das questões abordadas e debatidas nessa oficina, quais pontos podem ser considerados positivos na atuação do Estado em relação a articulações intersetoriais? (15 min debate 5 min preencher google forms)

5.3.b. Quais os desafios do Estado em relação às articulações intersetoriais?

Devolutiva da Dinâmica 5 e encerramento: 15 min.

ANEXO 4

RESULTADO DAS OFICINAS DE DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

EIXO I. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A IDENTIDADE REGIONAL

Questão " 1. Elabore um breve texto destacando as principais características do seu território"

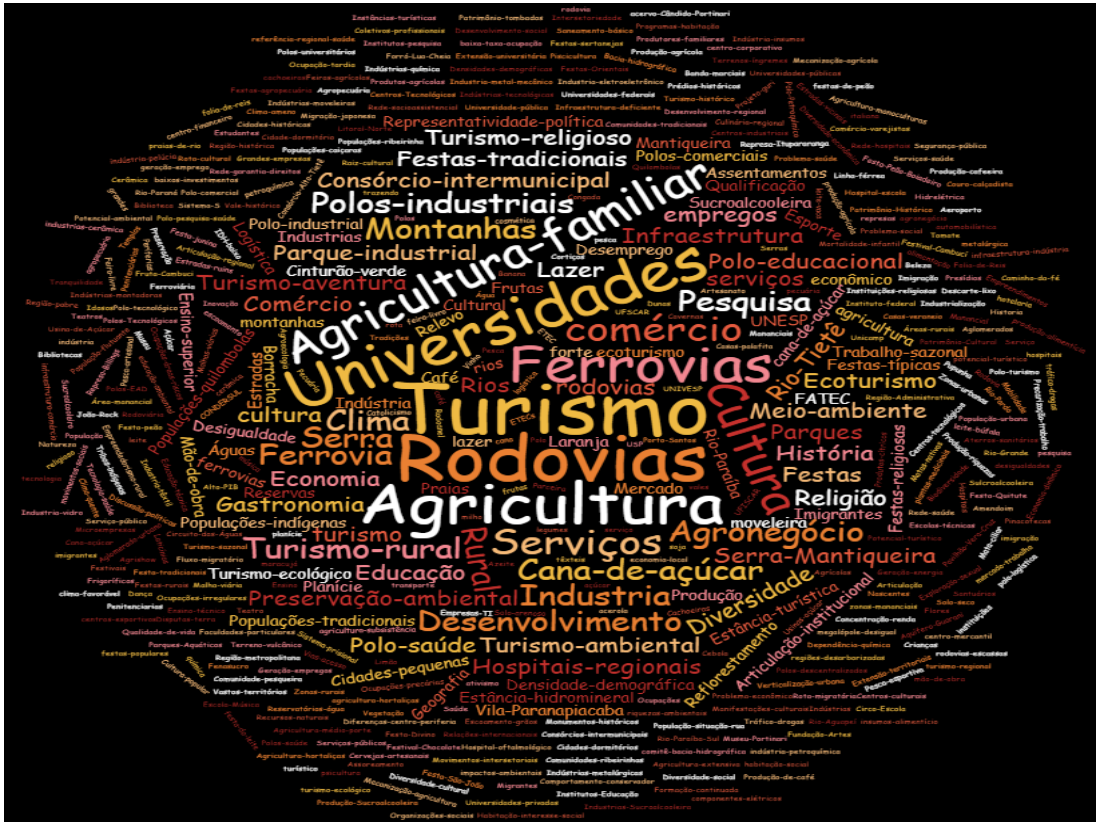
Drads	Principais características do território
Campinas	Diversidade, População, Desenvolvimento, desigualdades, Frutas, Flores, Polo, Logística, Rodovias, Produção, Universidades, Pesquisa e Desenvolvimento, Saúde, Estudantes, Imigrantes, Migrantes, Cultura, Turismo, Festas, Congada, Festas Religião, Festas, Turismo, Ferrovia
Mogiana	Montanhas, Serra Mantiqueira, Planície, Desenvolvimento econômico, Diversidade, Agricultura, Industria, Clima Montanhas, Serra, Estradas Rodovias, Mercado Trabalho Mão-de-obra, Qualificação, Rural, Agricultura-familiar, Articulação-institucional.
Piracicaba	Turismo, Agricultura, Industria, Cultura, Diversidade-social, Institutos-pesquisa Institutos-Educação, Imigrantes, Diversidade-cultural, História, Meio-ambiente Geografia, Mobilidade, Rodovias, Recursos-naturais Clima-ameno, Preservação-ambiental, Infraestrutura, Saneamento-básico, Desenvolvimento-social, Infraestrutura, Periferias, Qualidade-de-vida, Polo-turismo
Sorocaba	Montanhas, Serra Mantiqueira, Planície, Desenvolvimento econômico, Diversidade, Agricultura, Industria, Clima Montanhas, Serra, Estradas Rodovias, Mercado Trabalho Mão-de-obra, Qualificação, Rural, Agricultura-familiar, Articulação-institucional
Alta Noroeste	Extensão-territoriais, Estradas-vicinais, Economia, Usina-de-Açúcar, Hidrelétrica, Indústrias, Comércio-varegistas, Agricultura-familiar, Micro-empresas, Rural, Agronegócio, Cana-de-açúcar, Produtores-familiares, pesca, Assentamentos, Hospitais-regionais, Universidades-públicas, Universidades-privadas, Penitenciarias, Idosos, Crianças, Rio-Tietê, Rio-Paraná, Rio-Aguapeí, Historia, Ferrovias, Águas, Turismo-rural, Meio-ambiente, Pesca-esportiva.
Alta Paulista	História, Ocupação-tardia, Agricultura-familiar, Agronegócio, maracujá, acerola, café, leite, cana-de-açúcar, Clima-quente, Solo-seco, Solo-arenoso, Terrenos-ingremes, Assoriamento, Mata-ciliar, Cultural, Ferrovias, Turísmo, Bliblioteca, Museo, Feira-livre, Festas-agropecuária, Festas-tradicionais, Folia-de-Reis, Festa-São-João, Banda-marciais, Projeto-guri, Religião, Comportamento-conservador, baixos-investimentos, baixa-taxa-ocupação, serviços, comércio, Presídios, Turismo, Lazer
Alta Sorocabana	Vastos-territórios, Cidades-pequenas, Aglomerados, Serviços-públicos, Agricultura-familiar, Disputas-terra, Assentamentos, pecuária, cana-de-açúcar, Sulcroalcooleira, Penitenciárias, População-flutuante, Rota-migratória, Tráfico-drogas, Rodovias, Rios, Exploração-sexual, Turismo, Descarte-lixo, Aterros-sanitários, impactos-ambientais, Turismo-ambiental.
Fernandópolis	Economia, Agricultura-familiar, Agricultura-médio-porte, Cana-de-açúcar, Borracha, Frutas, Agropecuária, Piscicultura, Serviço-público, Rios, Ferrovia, Rodovia, Rural, Festas-rurais, Festas-sertanejas, Agricultura-extensiva
São José do Rio Preto	Agricultura, Cana-de-açúcar, Polo-saúde, Tecnologia-saúde, Cultura, Limão, Borracha, Laranja, Sucroalcoleira, Açúcar
Ribeirão Preto	Produção-agrícola, Sucroalcoleira, Café, Cebola, Tomate, Amendoim, Polo-industrial, , Comércio, Serviços, Universidades, Rede-hospitais, Rodovias, Rodovias, Feiras-agrícolas, Agrishow, Fenasucro, Rota-cultural, João-Rock, música, feira-livro, Festa-Quitute, Forró-Lua-Cheia, Cervejas-artesanais, Religião, cultura, Museu-Portinari, Representatividade-política, ativismo
Barretos	Cidades-pequenas, agricultura, agronegócio, rios, Rio-Grande, Rio-Pardo, Aquífero-Guaraní, Turismo, Festa-Peão-Boiadeiro, Parques-Aquáticos, geração-emprego, Usinas-açúcar, rodovias, infraestrutura-indústria, infraestrutura-comércio
Franca	Produção-sucroalcoleira, Cana-de-açúcar, Produção-cafeeira, Indústria Couro-calçadista, Indústria-insumos, produção-alimentícia, serviços, clima-favorável, agricultura, montanhos, rodovias-escassas, referência-regional-saúde, instituições , Universidades, hospitais, Organizações-sociais, cultura , festas-populares, festa-do-leite, folia-de-reis, festas-de-peão, Turismo, praias-de-rio, cachoeiras, Instâncias-turisticas, acervo-Cândido-Portinari, Turismo religioso
Araraquara	Produção-de-café, Economia-dinâmica, forte imigração italiana trazendo forte cultura. Está na rota de grandes rodovias. Produção de cana de açucar, mão-de-obra, industrias-cerâmica, Mecanização-agrícola, Cerâmica, turismo, indústria-pelúcia, tecnologia, pesquisa, polo-logística, rodovia, comércio, tráfico-drogas, Turismo-religioso, Caminho-da-fé, Universidades, Empresas-TI, Industria-vidro, componentes-elétricos, insumos-alimentício, Polo-saúde, ecoturismo, turismo-ecológico
Avaré	Região-pobre, Polo-saúde, Universidades, Comércio, Segurança-pública, Estância-turística, Estância-hidromineral, turismo-regional, imigrantes, ferrovias, rodovias, rios, represas, agropecuária, piscicultura, comércio, indústria, Rio-Tietê, Potencial-ambiental, Parque-industrial, Turismo, Cultura, Lazer, Consórcio-intermunicipal, Coletivos-profissionais, Rodovias, Ferrovias , Universidades, Formação-continuada, Agricultura-hortaliças.

Continua

Continuação

Drads	Principais características do território
Bauru	História, Ferrovias, Rios, Industrias, Agricultura, Universidades, Sucroalcooleiro, Comércio, Serviço, Frigoríficos, Programas-habitação, Mecanização-agricultura, Desemprego, Precarização-trabalho, Serviços-saúde, movimentos-sociais, Intersetoriedade, comércio, serviços, indústria-petroquímica, metalúrgica, automobilística, química, cosmética, moveleira, Universidades, Fundação-Artes; Escola-Música, Teatro, Dança, Turismo-ambiental, Vila-Paranapiacaba, Reservas, Parques, Patrimônio-tombados, Estância-turística, Festivais, Templos, Santuários, Ferrovias, Rodovias, Cultural, Lazer, Teatros, Centros-culturais, Pinacotecas, Circo-Escola, Bibliotecas, Parques, Empreendimentos, centros-esportivos, Hospitais-regionais
Botucatu	Tranquilidade, Beleza, Natureza, Educação, Cultura-popular, Agricultura, Clima, Serviços, Serras, centro-financeiro, centro-corporativo, centro-mercantil
Marília	Industrias-sucroalcoleira, Agricultura-monoculturas, Cana-açúcar, soja, milho, habitação-social, Habitação-interesse-social Polos-universitários, Polos-saúde, Aeroporto, mercado-trabalho, transporte, hotelaria, alimentação, Rodovias, ferrovias, Pólos-industriais, empregos, economia-local, Serviços, ETEC, FATEC, UNIVESP, Consórcio-intermunicipal, Consórcio-Alto-Tietê, Rede-socioassistencial, Ecoturismo, empregos, lazer, educação-ambiental
Itapeva	E elevo, planície, montanhas, vales, Áreas-rurais, riquezas-ambientais, turismo, Preservação-ambiental, Agricultura, Desemprego, Trabalho-sazonal, Reflorestamento, Escoamento-grãos, Malha-viária, Quilombolas, Polo-educacional, Universidades-federais, UFISCAR, UNESP, IDH-baixo, Indústrias-tecnológicas, empregos, Universidades, Pesquisa, Centros-industriais, têxteis, petroquímica, cerâmica, moveleira, logística, turismo, ecoturismo, produção-agrícola, Águas, Matas-nativas, Turismo, Ecoturismo, Circuito-das-Águas, Serra-Mantiqueira, Turismo-aventura, lazer.
Vale do Paraíba	Economia, Polos-industriais, Universidades, Centros-tecnológicos, Instituições-religiosas, Sistema-prisional, Polos-industriais, Polos-comerciais, Agricultura, Meio-ambiente, Turismo-ambiental, Populações-tradicionais, Geografia, Rio-Paraíba, Serra-Mantiqueira, Litoral-Norte, Vale-histórico, Rio-Paraíba, Cultura, Gastronomia, Cultura, Populações-tradicionais, Populações-indígenas, Populações-quilombolas, Populações-caiçaras, Turismo-religioso, Mananciais, Água, serviço, comércio, turismo, agricultura-subsistência, agricultura-hortaliças, legumes, frutas, plantas-medicinais, Vias-acesso, Rodoanel, Ferrovia, Educação, Ensino-superior, Educação-técnica, Consórcios-intermunicipais, Desenvolvimento-regional, Relações-internacionais, Rede-saúde
Vale do Ribeira	Turismo-ecológico, Praias, Dunas, Cachoeiras, Cavernas, Potencial-turístico, Estradas-ruins, Comunidades-tradicionais, Populações-quilombolas, Populações-indígenas, Populações-ribeirinha, Raiz-cultural, Tradições, Festas-religiosas, Agricultura, Reflorestamento, Turismo, Preservação-ambiental, Malhas-viárias, escoamento, Parceira, Polo-educacional, UFSCAR, UNESP, FATEC, ETECs, Região-Administrativa, CONDERSUL, Articulação-regional
Baixada Santista	Porto-Santos, Parque-industrial, Turismo-sazonal, Monumentos-históricos, Fluxo-migratório, Casas-veraneio, Ocupações-precárias, Infraestrutura-deficiente, Ocupações-áreas-riscos, Casas-palafita, Mortalidade-infantil, Densidade-demográfica, Pesca, Praias, Trabalho-sazonal, Universidade-pública, Instituto-federal, Cidades-históricas, Prédios-históricos, Festas-religiosas, Culinária-regional, Pesca-artesanal, Comunidades-ribeirinhas, Agricultura, Banana, Pupunha, Pecuária, Latícinios, leite-vaca, leite-búfala, Turísmo-ecológico, Turísmo-aventura, Turísmo-rural, Movimentos-intersetoriais, Agroecologia, Agronegócio, Empreendedorismo-rural
GSP Leste	Linha-férrea, Rodovias, Rio-Tietê, Rio-Paraíba-Sul, Cinturão-verde, Estância-hidromineral, Cinturão-verde, Festas-típicas, Festa-Divino, Festas-Orientais, Gastronomia, Fruta-Cambuci, Área-manancial, Migração-japonesa, Catolicismo, Universidades, Pólos-EAD, Parque-industrial, Produtos-agrícolas, Café, Vinho, Azeite, Serra-Mantiqueira, Terreno-vulcânico, Produtos-cítricos, Laranja, Industrias, Rodovias, Ferrovias, Ensino-técnico, Ensino-superior, Pólo-comercial, potencial-turristico, Turismo-rural, Região-histórica.
GSP ABC	Manancial, Represa-Billings, População-urbana; Tribos-indígenas, Preservação, Parques, Reservas, Nascentes, Rodovias, Ferrovia, Polo-Petroquímico, Indústrias-montadoras, Indústrias-metalúrgicas, Indústrias-química, Indústrias-moveleiras, Comunidade-pesqueira; Serviços; Universidades, Polos, Hospitais, Consórcio-intermunicipal, Reservatórios-água, Festas-tradicionais, Vila-Paranapiacaba, Pavilhão-Vera-Cruz, Festival-Chocolate, Festival-Cambucí; Sistema-S, Rodovias, Bacia-hidrográfica, comitê-bacia-hidrográfica, Aglomerado-urbano, Educação, Ensino, Pesquisa, Extensão-universitária, Representatividade-política, Diversidade-econômica, Turismo, Gastronomia, Industria, Agrícolas, Polo-tecnológico, USP, Unicamp, Rede-garantia-direitos
Capital	Desigualdade, Concentração-renda, Ocupações-irregulares, zonas-mananciais, regiões-desarborizadas, Polos-descentralizados, Cidades-dormitórios, Verticalização-urbana, Imigração, População-situação-rua, Cortiços, Ocupações, Dependência-química, Problema-social, Problema-econômico, Problema-saúde, Diferenças-centro-periferia, megalópole-desigual, Agricultura, Serviços, Indústria, Industria-metal-mecânico, Industria-eletroeletrônico, Industria-têxtil, Agronegócio, Rodovias, Polo-industrial, Geração-empregos, Represa-Itupararanga, Geração-energia, Turismo, Polo-educacional, Universidades, Faculdades-particulares, Pesquisa, Inovação, Escolas-técnicas, Hospital-oftalmológico, Hospitais-regionais, Hospital-escola, Polo-pesquisa-saúde, Turismo, Festas-típicas, Festa-peão, Festa-junina, Festa-tradicionais
GSP Oeste	Produção-riquezas, Alto-PIB, Rodovias, Polos-industriais, Polos-comerciais, Desigualdade, Densidades-demográficas, Zonas-rurais, Zonas-urbanas,
GSP Norte	Densidade-demográfica, Rodovias, Ferrovias, Industrialização, Grandes-empresas, Cidade-dormitório, Polos-Tecnológicos, Artesanato, Patrimônio-Cultural, Patrimônio-Histórico, Festas-tradicionais, Manifestações-culturais, Universidades, Centros-Tecnológicos, Turismo, Ecoturismo, Turismo-rural, Turismo-religioso, Turismo-aventura, Turismo-histórico, Infraestrutura, Logística, Rodoviária, Ferroviária, Biodiversidade, Relevo, Vegetação, Clima, Turismo, Esporte, Esporte, Região-metropolitana, Discussão-políticas, Articulação

Imagem 1 – Palavras mais citadas no eixo de caracterização territorial de todas as regiões do estado de São Paulo.


Universidades
Turismo
Rodovias
Agricultura
Ferrovias
Agricultura-familiar
Clima
Serra
Ferrovia
Cultura
Serviços
Agronegócio
Cana-de-açúcar
Industria
Desenvolvimento
Preservação-ambiental
Turismo-rural
Educação
Turismo-ecológico
Turismo-ambiental
Polo-saúde
Hospitais-regionais
Cidades-pequenas
Vila-Paranapiacaba
Estância-hidromineral
Densidade-demográfica
Reflorestamento
Articulação-institucional
Estância-turística
Diversidade
Rural
Geografia
Populações-tradicionais
Populações-indígenas
Gastronomia
Economia
Reservas
Mão-de-obra
Desigualdade
Águas
Planície
Serra-Mantiqueira
moveleira
Imigrantes
Religião
Festas
História
Parques
Meio-ambiente
Ecoturismo
Festas-típicas
Trabalho-sazonal
Rio-Tietê
Rio-Paraíba
Festas-religiosas
Pesquisa
Polo-educacional
serviços
econômico
Lazer
Infraestrutura
Desemprego
Polo-industrial
Industrias
Parque-industrial
Cinturão-verde
Montanhas
Polos-industriais
Consórcio-intermunicipal
Festas-tradicionais
Turismo-religioso
Mantiqueira
Polos-comerciais
Assentamentos
Qualificação
Sucroalcooleira
empregos
Esporte
Comércio
Turismo-aventura
Frutas
Cultural
Relevo
montanhas
Ensino-superior
Populações-quilombolas
Barragem
Estradas
Rios
rodovias
Café
Indústria
cultura
forte ecoturismo
comércio
UNESP
FATEC
Laranja
lazer
Praias
Mercado
Frigoríficos
Turismo-ecológico
Plantações
Produção
Educação
Cana-de-açúcar
Diversidade
Estância-turística
Articulação-institucional
Reflorestamento
Densidade-demográfica
Estância-hidromineral
Vila-Paranapiacaba
Cidades-pequenas
Hospitais-regionais
Turismo-ambiental
Polo-saúde
Desenvolvimento
Populações-tradicionais
Preservação-ambiental
Industria
Serviços
Agronegócio
Cana-de-açúcar

Questão “2. Quais as potencialidades da sua região”?

Drads	Potencialidades da região
GSP Leste	1. Nascente do Rio Tietê; 2. Existência de Potencialidade Ambiental; 3. Possui Parque Industrial; 4. Turística; 5. Cultura e Lazer, com várias áreas de lazer; 6. Consórcio Intermunicipal – CONDEMAT, com e participação da Câmara Técnica da Assistência Social; 7. Formação de dois coletivos de Profissionais: Coletivo de Vigilância Socioassitencial e Coletivo de Profissionais de Serviços Socioassistenciais; 8. Extensa malha Rodoviárias e Ferroviárias Estaduais e Federais; 9. Presença de Universidades com potencialidade para formação continuada e articulação e extensão para a comunidade; 10. Produção agrícola de hortaliças.
GSP ABC	1.Potencial Sócio/Político: movimentos sociais e de classe, Consórcio, DRADS ABC; Intersetoriedade; 2. Potencial Econômico/Produtivo: setor de comércio, serviços; indústria petroquímica, metalúrgica, automobilística, química, cosmética, moveleira; 3. Potencial Educação/pesquisa: Universidades – Federal, Municipal e Polos Estadual; Sistema S; Fundação das Artes; Escola Livre de Música, Teatro, Dança; escolas públicas – estadual, municipal, técnicas, creche; 4. Potencial Turístico/Ambiental: Vila Paranapiacaba; Reservas; Parques; Patrimônio Tombados; Pavilhão Vera Cruz; Estância Turística Ribeirão Pires; Festivais; Templos/Santuários (diversidade religiosa); Ferrovias; Rodovias; 6. Potencial Cultural/Lazer: SESI; SESC; Pavilhão Vera Cruz; Teatros, Centros Culturais; Pinacotecas; Circo Escola; Bibliotecas; Parques; Empreendimentos; 7. Potencial Esportivo: centros de formação e prática esportiva; 8. Potencial Saúde: Hospitais Regional e de Referência, Fundação ABC; 9. Potencial Assistência Social: Cobertura geral (direto/indireto);
Capital	1. Principal centro financeiro corporativo e mercantil da América do Sul. 2. Mercado consumidor. 3. Ampla rede de serviços. 4. Cadeias produtivas industriais. 5. Concentração das principais Universidades, Centros de Pesquisa, etc. 6. Turismo de negócios, turismo cultural (gastronomia, expressão de diferentes valores com a contribuição dos imigrantes). 7. Ampla oferta de atividades culturais (teatro, show, produção cultural, bailes funks, batalha de rima/rap, rodas de samba, pixos, grafites, virada cultural, carnaval de rua, parada LGBT), de esportes e lazer. 106 Parques públicos municipais, comércios e serviços.Apropriação dos espaços urbanos (Paulista e “Minhocão” abertos aos domingos, ciclovias – mobilidade urbana multimodal). 8. Ativismo social, movimentos sociais, organizações sociais. 9. Busca do cuidado e rede de produção, visto o processo de envelhecimento da população. Busca da acessibilidade para pessoas com deficiência. 10. Valorização da produção de alimentos orgânicos.
Campinas	1.Presença de indústrias de base tecnológica avançada que geram empregos; 2. Presença de universidades públicas e privadas na formação, qualificação e pesquisa; 3. Presença de centros industriais na área têxteis, petroquímica, cerâmica, moveleira e logística localização estratégica para desenvolvimento econômico; turismo e ecoturismo; 4. Presença de produção agrícola. 5.Predominância de área abundante em águas naturais e matas nativas e, por essa razão, tornaram-se um grande atrativo turísticos e de ecoturismo; 6.O circuito das Águas localizado próximo à Serra da Mantiqueira confere vocação para o turismo de aventura e lazer, assim como outros produtos derivados do turismo e atividades econômicas.
GSP Oeste	1. Predominância de região dos Mananciais, concentrando o maior sistema produtor de água para a RMSP; 2. A Região da Grande Oeste de São Paulo é marcada por atividades econômicas voltadas ao serviço, comércio e, em alguns municípios, pelo turismo e pela atividade agrícola de subsistência e de cultivo de hortaliças, legumes, frutas, plantas medicinais, etc. 3. A região conta com importantes rotas de acesso – tais como Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Rodoanel e Ferrovia Sorocabana-Santos -, que são estratégicas para a questão de lógica e abastecimento. 4. A região possui uma sólida rede de educação superior e técnica, contando com instituições de ensino federais, estaduais e municipais. 5. A região conta com Consórcios Intermunicipais (CIOESTE e CONISUD) ativos e eficientes, que contribuem para o desenvolvimento regional e para as relações internacionais com os governos locais. 6. A região possui uma rede de saúde com significativa capacidade de atendimento em todos os níveis de complexidade.
Itapeva	1.Agricultura e reflorestamento 2. Turismo/preservação ambiental 3. Malhas viárias/escoamento 4. Parceira com o terceiro setor 5. Drads de Itapeva 6. Polo Educacional: UFSCAR , UNESP, FATEC e ETECs. 7. 16 Região Administrativa (Polo de Atendimento) 8. CONDERSUL 9. Entrosamento entre os municípios da Regional
Mogiana	1. Destaca-se os produtos agrícolas de qualidade, como café de altíssima qualidade, assim como vinho e azeite (próximo a serra da Mantiqueira), tudo isso devido ao terreno vulcânico, advindo do vulcão de Poços de Caldas – MG. 2. Nas áreas de planície temos riqueza em produtos cítricos como a laranja. 3. Industrias diversificadas, uma boa rede de rodovias e ferrovias para transporte de minério. 4. Facilitado acesso ao ensino técnico (público e privado) e superior (privado). 5. Possui um pólo comercial grande em Mogi-Guaçu. 6. Temos potencialidades turísticas rurais, em Itapira, Águas da Prata e Caconde. História regional rica.
Piracicaba	1.Posição privilegiada na malha rodoviária. 2. Bacia hidrográfica rica e significativa na região, comitê atuante e ações efetivas. 3. Integra o Aglomerado Urbano de Piracicaba, que planeja regionalmente objetivando o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Prioriza e possibilita andamento nas políticas públicas, de forma intersetorial. 4. Estrutura de Educação, ensino, pesquisa e extensão de excelência, possibilitando aos municípios suporte para dar respostas a demandas das diversas áreas. 5. Os Municípios da região de Piracicaba possuem participação significativa em instancias de pactuação estadual como a CIB e também Coegemas. 6. Representatividade política que transmitem demandas especificas da área social. 7. Diversidade econômica, com atividades turísticas considerando possibilidade gastronômica, industriais e agrícolas. 8. Considerado Polo de desenvolvimento tecnológico, como por exemplo: USP, Unicamp, dentre outras. 9. Rede de garantia de direitos estruturada; 10. Serviços na área da Assistência Social, de excelência, tanto setor público e privado.
Sorocaba	1. Região com predominância de atividades econômicas diversificadas nos setores na agricultura, serviços, e indústria, com predominância dos setores metal-mecânico , eletroeletrônico, têxtil e agronegócio. 2. Servida pelas Rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares que facilita a logística e transporte da produção. 3. Um importante Polo industrial para geração de empregos, trazendo propriedade para a região. 4. Represa de Itupararanga que abastece toda região com água, energia e turismo local. 5. Na região há um forte polo educacional contando com universidades Federais e Estaduais, além de várias faculdades particulares. Sendo um importante espaço de pesquisa e inovação. Há também escolas técnicas estaduais que atende a formação técnica de toda região. 6. Na Região conta com o Hospital Oftalmológico que atende pacientes da região, do país e do exterior. Além disso, tem dois Hospitais Regionais e um hospital Escola da Universidade de Medicina da PUC e vários hospitais particulares. Sendo um importante polo de pesquisa na área da saúde. 7. O turismo da região é fator determinante para geração de emprego e desenvolvimento econômico, onde temos várias festas típicas como festa de peão, festa junina, e festas tradicionais de cada cidade.
Baixada Santista	1. Povos tradicionais; 2. Grande possibilidade de desenvolvimento devido à movimentação do Porto de Santos; 3. Ecoturismo; 4. Construção civil; 5. Culinária e gastronomia caiçara; 6. Patrimônio histórico, cultural, turismo esportivo e competitivo a explorar e incentivo maior das políticas públicas para esporte, cultura e lazer; 7. Diversidade ambiental; 8. Produção cultural e cinematográfica; 9. Confluências rodoviárias (Anchieta, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega); 10. Educação – potencial universitário grande, com possibilidades de expansão.

Continua

Continuação

Drads	Potencialidades da região
Vale do Paraíba	1. Polos Tecnológicos ao longo da Via Dutra; 2. Artesanato; 3. Patrimônio Cultural e Histórico; 4. Festas tradicionais e manifestações culturais; 5. Universidades e Centros Tecnológicos; 6. Turismo, Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo Religioso, Turismo de Aventura, Turismo Histórico; 7. A infraestrutura de logística desenvolvida, rodoviária e ferroviária; 8. Biodiversidade riquíssima, relevo, vegetação e clima que favorecem o turismo; 9. Esporte, incentivo a prática esportiva e estimulo de formação de atletas profissionais; 10. É uma Região Metropolitana, espaço privilegiado para a discussão e desenvolvimento de políticas públicas articuladas e voltadas para a região toda e suas realidades diversas.
Vale do Ribeira	1. Uma das potencialidades que marcam a região é formação universitária presencial e a distância, entre elas uma universidade pública e o instituto federal. 2. Outra característica são as cidades históricas, onde os prédios históricos são patrimônio da humanidade. 3. As festas religiosas, que acontecem de forma bastante expressivas em 03 cidades e recebem muitos turistas todo ano. 4. Culinária regional, onde são usados ingredientes típicos. 5. Pesca artesanal feita pelas comunidades ribeirinhas. 6. Agricultura da banana e da pupunha. 7. Pecuária, laticínios com leite vaca e búfala. 8. Turismo ecológico, de aventura e rural. 9. Movimentos intersetoriais (comitê da mortalidade, Patrulha Família Segura (PM). 10. Agroecologia e agronegócio, empreendedorismo do meio rural.
Alta Noroeste	1. Presença de estrada de ferro Noroeste; 2. Grande número de indústria gerando emprego; 3. Grande complexo hidrelétrico (usinas, Ilha Solteira, Engenheir Souza Dias e Três irmãos); 4. Boa infraestrutura de transporte de carga; 5. Transporte multimodal (porto fluvial, ramal ferroviário, aeroporto regional e rodovias); 6. Educação Infantil e Universidades Públicas e Privadas; 7. Relevo favorável à agricultura; 8. Potencial para ecoturismo; 9. Geração de emprego na Agropecuária, embora temporário; 10. Proximidade entre serviço e população, hospitalidade e convivência comunitária.
Alta Paulista	1. AMNAP- Associação de Municípios da Nova Alta Paulista, para debater questões comuns e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e finaceira da região; 2. Agronegócio e agricultura familiar é um potencial para geração de produtos para exportação e formação de associações dos produtores rurais. Feiras livres ainda como fonte de geração de renda para pequenos produtores; 3. Turismo: como geração de renda, através da pesca, alocação de imoveis e de equipamentos, movimentos comerciais. Festas agropecuárias e tradicionais são fontes de geração de renda; 4. Questão ambiental: restruturação, conservação e inovação, recuperação de mata ciliar; 5. Educação: Instalação de cursos de nível superior e cursos técnicos, melhorando a qualificação, incentivando o comércio local (imobiliário e outros)., curso de medicina aprimorando o serviço na Santa Casa em Dracena e Adamantina; 6. Saúde: instalação de serviços especializados na area da saúde (AME em Dracena e Tupã) Caps; 7. Cultura: investimento na questão cultural através dos Projeto Guri, fortalecendo as ações de prevenção; 8. Organizações de sociedade civil, parceiras no desenvolvimento de serviço setoriais das políticas públicas; 9. 0; 10. 0
Alta Sorocabana	1. Expansão dos Polos Turísticos voltado para o Lazer; 2. Tursimo Religioso - Basílica de Santo Expedito; 3. Cultural (Incentivo a festas populares - Carnaval); 4. Universidades públicas e privadas; 5. Agricultura Familiar; 6. Pecuária; 7. Usina sucroalcoleira; 8. Prestação de Serviços - Saúde Polo de Referência (Hospital do Câncer, Hospital Regional 100% SUS, AME); 9. Polo Comercial; 10. Pesca devido os Rios e Represas.
Barretos	1. Ênfase no Setor Sucroalcooleiro; 2. Frigoríficos de destaque nacional e internacional: Minerva, JBS, Gonzales; 3. Cutrale - produção de laranjas, com exportação e abastecimento do comércio local e Louis Dreyfus Company, também atuando na produção de suco de laranja; 4. Educação - Instituições de Ensino importantes, entre elas o IFSP e a UAB. No geral, acaba abarcando diversas áreas do saber e acesso dos munícipes, por questão de localização facilitada; 5. Referência em Saúde - Hospital de Amor e estímulo ao ensino e pesquisa voltados à Saúde, com a Faculdade de Medicina; 6. O fluxo de pessoas nos municípios estimulando a construção civil e, consequentemente, potencializando o comércio local; 7. Presença de redes de supermercados, renomadas nacionalmente: Extra, Savegnago e Atacadão. 8. 0; 9. 0; 10. 0.
Fernandópolis	1. Região de planície sem tendências de desastres ambientais, abundancia de água e rios com baixo índice de poluição favorecendo o turismo aquático e rural, pesca esportiva; 2. Apresenta bons indicadores sociais, com índices de educação entre os melhores do estado; 3. O envelhecimento da população cresceu, bem como, os índices de natalidade em virtude da qualidade de vida oferecida no noroeste paulista; 4. Festas culturais como: exposições agropecuárias, carnaval e festas juninas/sertanejas; 5. Serviços públicos de boa qualidade, tornando-se referencias em especialidades como: olhos, hospital do câncer; 6. Centros universitários que proporcionam acesso ao nível superior com abertura de cursos de medicina: Fernandópolis, Votuporanga e santa fé do sul; 7. Empregabilidade temporária na área rural com atração de empregos com baixa escolaridade e baixos salários; 8. Agronegócio com criação de peixes, látex, cana de açúcar e frutas de exportação; 9.0; 10. 0.
São José do Rio Preto	1. Turismo de lazer; 2. Agronegócios; 3. Turismo de negócios; 4. Industria de confecções; 5. Agricultura; 6. Produção de tecnologia na área da saúde; 7. Industria sucroalcooleira; 8. Presença de universidades; 9. Pesquisa de desenvolvimento no campo biocombustível; 10. Qualidade de vida/longevidade.
Franca	1. Recursos naturais: rios, aquífero, cachoeiras, solo, clima...; 2. Articulação regional pelo GECCATS - Grupo de estudo e capacitação continuada dos trabalhadores do SUAS que garante trocas e desenvolvimento profissional; 3. Potencial turístico: Batatais, Rifaina, Miguelópolis, Pedregulho...; 4. Universidades: UNESP, UNIFRAN, UNIFACEF, FDF, Claretianas, Fundação Educacional de Ituverava; 5. Saneamento Básico 100%; 6. Manufatura da indústria calçadista que preserva alguns postos de trabalho; 7. Agricultura familiar, assentamentos que produzem alimentos orgânicos; 8. 0; 9. 0; 10. 0.
Araraquara	1. Economia: Agricultura extensiva; 2. Educação: universidades maiores incentivo, expansão de pesquisas na área de ciências humanas, biológicas e tecnológicas. Universidades privadas com grande destaque na região; 3. Logística: Ferrovia e rodovias. Grande deslocamento de estudantes entre as cidades; 4. Economia: Industrias de destaque em diversas áreas (cerâmica, pelúcia, vidro, lápis de cor, TI); 5. Meio ambiente: rio Mogi Guaçu faz parte da bacia hidrográfica do estado. Aquífero guarani; 6. Saúde: polo regional Araraquara, São Carlos e Américo Brasiliense. Referência para tratamento hospitalar e exames médicos de média complexidade. 7. Turismo comercial para aquisição de produção local. Turismo rural: Araraquara e São Carlos. Fazendas antigas transformadas em pontos turísticos. Turismo religioso: caminho da fé, Matão Corpus Christi. 8. 0; 9. 0; 10. 0.
Ribeirão Preto	1. Sucroalcooleiro; 2. Universidades; 3. Turismo Regional; 4. Eventos Regionais (Feiras Agrícolas, Festa Tradicionais, Festivais Musicais); 5. Serviços Médicos e Advocatícios; 6. Polo Gastronômico; 7. Alta representatividade Política; 8. Entidades do Terceiro Setor; 9. Malha Viária como potencial logístico de produção e locomoção; 10. Alto potencial imobiliário de investimento e crescimento
Avaré	1. População, enquanto agentes sociais coletivos e singulares; 2. Agricultura; 3. Turismo Rural (principalmente represa); 4. Transporte - Rodovias, Hidrovias e Ferrovias; 5. Universidades; 6. Comércio; 7. Indústria e confecções; 8. Cooperativas; 9. Proximidade territorial, enquanto possibilidade de construções coletivas; 10. Cultura (Presença de coletivos culturais espalhados pelos diversos municípios).

Continua

Continuação

Drads	Potencialidades da região
Bauru	1. Região que reúne a melhor estrutura de implantação de empreendimentos indust e comerciais; 2. Entroncamento rodo-hidro-ferroviário favoreceu o desenvolvimento econômico baseado em atividades industriais; 3. Base da economia agricultura, agropecuária, agroindústrias, pequenas indústrias e comercio; 4. Malha rodoviária de boa estrutura facilitando o acesso aos municípios; 5. Boa taxa de escolaridade e mão de obra qualificada, devido ao número expressivo de universidades; 6. Serviços econômicos diversificados (industrias, comércio e serviços); 7. Parceria nas instituições de ensino para a oferta de serviços; 8. Saúde com serviços especializados e oferta a população carente; 9. Investimento no desenvolvimento do turismo região propensa a atividades turísticas multinacionais como possíveis parceiras nesse desenvolvimento; 10. Hidrovia Tietê - Paraná um dos principais pontos de escoamento da produção agrícola.
Botucatu	1. Turismo religioso; 2. Bacias hidrográficas; 3. Parque industrial relevante, com necessidade de aprimoramento; 4. Turismo rural, ambiental e ecológico; 5. Oferta de serviços de saúde em nível terciário, especialmente; 6. Cobertura de serviços educacionais, em especial Ensino Superior Público; 7. Setor de serviços em desenvolvimento; 8. Localização privilegiada ao acesso das principais rodovias do Estado; 9. Baixo índice de criminalidade/ segurança pública; 10. Rede socioassistencial e intersetorial fortalecida.
Marília	1. Espaços urbanos e rurais para o desenvolvimento do ecoturismo; 2. Perfil Agroindustial (agricultura, pecuária e bacia leiteira); 3. Universidades e faculdades Públicas e Particulares; 4. Produção agrícola de monoculturas (soja, milho, amendoim, cana-de-açúcar, mandioca, café); 5. Extensa malha Rodoviária interligando os municípios da região e com o estado do Paraná; 6. Indústrias Alimentícias; 7. Usinas Sucroalcooleiras; 8. Empreendimentos habitacionais de interesse social; 9. Consórcios Associações Intermunicipais (CIVAP e AMNAP); 10. Projetos de extensão universitária com a rede setorial (saúde, educação e assistência social).

EIXO II. VULNERABILIDADES E DEMANDAS SOCIOASSISTENCIAIS

Questão "3. Com base nas atividades da dinâmica 3, liste as 5 situações de risco ou vulnerabilidade socioassistencial mais marcantes na sua região":

Tabela geral

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)
GSP ABC	1.Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; 2. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; 3. Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social; 4. Ocupação de áreas de risco para moradia; 5. Pessoas em situação de rua/Imigrantes.
Capital	1. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho. 2. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos. 3. Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. 4. Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda. 5. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação).
GSP Norte	1. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; 2. Estratégias e alternativas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social; 3. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação) 4. Ocupação de áreas de risco para moradia; 5. Pessoas em situação de rua e imigrantes.
GSP Leste	1. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; 2. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; 3. Grande número de pessoas em situação de rua; 4. Insuficiência de política de saúde mental; 5. Ocupação de áreas de risco para moradia e muitas vezes agravadas pelos fatores climáticos.
Campinas	1. Pessoas em situação de rua e imigrantes; 2. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; 3. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; 4. Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; 5. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares.
GSP Oeste	1. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; 2. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos; 3. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; 4. Existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar); 5. Ocupação de áreas de risco de moradia.
Itapeva	1. Desemprego entressafras e inserção precária no mercado de trabalho que leva as famílias com insuficiência ou nulo acesso a renda. 2. Existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favorecem fenômenos causadores de calamidades públicas

	3. Expressivo contingente de famílias com dificuldades de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação, inclusão, acessibilidade e mobilidade do PCD). 4. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas. 5. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos, que levam a situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares.
Mogiana	1. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; 2. Desemprego entressafras; 3. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; 4. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; 5. Tráfico de drogas, que resulta em uma expressiva contingente de indivíduos egressos do sistema prisional e do sistema sócio educativo.
Piracicaba	1. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho e/ou insuficiente ou nulo acesso a renda; 2. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou de abusivo de substancias psicoativas, ampliando índices de jovens e adultos no sistema carcerário; 3. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos. Cultura de ódio, emergente nas relações humanas, independentemente condições econômicas, sociais, de escolaridade, culturais, entre outros; 4. Expressivo contingente de famílias com dificuldades de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança e habitação); 5. Alta porcentagem de pessoas idosas na população.
Sorocaba	1. Poucos postos de trabalho gerando um alto índice de desemprego que reflete na vulnerabilidade nas relações sociais internas e externas. 2. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares, ocasionando um alto índice de pessoas em situação de rua, principalmente pelo uso indevido ou abusivo de substancia psicoativas. 3. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transportes, saúde, educação, convívio, segurança e habitação). 4. Ocupação da área de risco para moradia. 5. Expressivo número de presídios na região, ocasionando a vinda de familiares que ficam dependentes de habitação, renda e subsistência.
Baixada Santista	1. Ocupação em áreas de risco e moradias precárias; 2. Saneamento básico inexistente/deficiente e ausência de serviços públicos; 3. Violência/homicídios; 4. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; 5. Crescimento numérico de pessoas em situação de rua.
Vale do Paraíba	1. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; 2. Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; 3. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; 4. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação); 5. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares.
Vale do Ribeira	1. Pessoas em situação de rua, tem crescido significativamente em vários municípios. 2. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substância psicoativas. 3. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho. 4. Negligência, abandono e violência patrimonial contra a pessoa idosa. 5. Expressivo número de mulheres vítimas de violência doméstica.
Noroeste	1. Desemprego entressafras 2. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho 3. Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda 4. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares 5. Expressivo contingente de indivíduos egressos do sistema prisional 6. Pessoas em situação de rua 7. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas 8. Outros 1 (especifique): Zona de fronteira que proporciona a vulnerabilidade de drogadição.
Alta Paulista	1. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho 2. Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda 3. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares 4. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas 5. Outros 1 (especifique): Inexistência de projetos para atendimento pelo alto percentual da população idosa, poucas unidades de serviço tipificados. (Centro Dias) Falta de especialidades médicas para atendimento do idoso. 6. Outros 2 (especifique): Grande número de pessoas com deficiência, com abandono familiar e dificuldade de convivência comunitária Falta de serviço da Proteção Social Especial de alta complexidade (Residência inclusiva) e da área da saúde (Residência terapêutica)

	7. Outros 3 (especifique): Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas (área rural e urbana, como prevalência desta) acarretando de ocorrência de suicídio, violência intrafamiliar, autoflagelação.
Alta Sorocabana	1. Alta porcentagem de pessoas idosas na população 2. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho 3. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos 4. Expressivo contingente de indivíduos egressos do sistema prisional 5. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas
Barretos	1. Alta porcentagem de pessoas idosas na população 2. Desemprego entressafras 3. Desvantagens resultantes de deficiência 4. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares 5. Pessoas em situação de rua
Fernandópolis	1. Alta porcentagem de crianças e adolescentes na população 2. Alta porcentagem de pessoas idosas na população 3. Desemprego entressafras 4. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho 5. Desvantagens resultantes de deficiência 6. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos 7. Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social 8. Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda 9. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares 10. Existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar) 11. Existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favoreçam fenômenos causadores de calamidades públicas 12. Existência e disseminação de preconceitos que geram intolerância ou discriminação social e/ou pessoal 13. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação) 14. Expressivo contingente de indivíduos egressos do sistema prisional 15. Ocupação de áreas de risco para moradia 16. Pessoas em situação de rua 17. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas
São José do Rio Preto	1. Alta porcentagem de pessoas idosas na população 2. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos 3. Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda 4. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação) 5. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)
Franca	1. Alta porcentagem de pessoas idosas na população 2. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho 3. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos 4. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares 5. Outros1 (especifique): Inexistência de serviços municipais e regionalizados e/ou fragilidade de serviços públicos existentes 6. Outros2 (especifique): *Sugestão de redação: diferentes formas de violência presentes na sociedade que rebatem no núcleo familiar, grupos e indivíduos (Obs.: violência é estrutural e não advinda da família somente)
Araraquara	1. Alta porcentagem de crianças e adolescentes na população 2. Alta porcentagem de pessoas idosas na população 3. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho 4. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos 5. Pessoas em situação de rua
Ribeirão Preto	1. Alta porcentagem de crianças e adolescentes na população 2. Alta porcentagem de pessoas idosas na população 3. Desemprego entressafras 4. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho 5. Desvantagens resultantes de deficiência 6. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos 7. Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social 8. Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda 9. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares 10. Existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar) 11. Existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favoreçam fenômenos causadores de calamidades públicas 12. Existência e disseminação de preconceitos que geram intolerância ou discriminação social e/ou pessoal 13. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação) 14. Expressivo contingente de indivíduos egressos do sistema prisional 15. Ocupação de áreas de risco para moradia 16. Pessoas em situação de rua 17. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas
Avaré	1. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho 2. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos 3. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares 4. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação) 5. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas
Bauru	1. Outros 1 (especifique): DESEMPREGO E INSERSÃO PRECÁRIA AO MERCADO DE TRABALHO 2. Outros 2 (especifique): EXPRESSIVO CONTINGENTE DE FAMILIAS COM DIFICULDADES DE ACESSO A SERVIÇOS PUB. 3. Outros 3 (especifique): Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência (trafico) 4. Outros 4 (especifique): Prevalência de fatores de risco 5. Outros 5 (especifique): diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar
Botucatu	1. Alta porcentagem de pessoas idosas na população 2. Desemprego entressafras 3. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho 4. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos 5. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas
Marília	1. Alta porcentagem de pessoas idosas na população 2. Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho 3. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos 4. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança, habitação) 5. Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas

Questão "4. Sobre a atual oferta na rede de proteção social, programas e benefícios socioassistenciais da sua região, responda: 4.1(a) Programas e benefícios socioassistenciais: Selecione quais os gargalos/dificuldades relacionados aos programas e benefícios na sua região:"

Tabela geral

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
GSP ABC	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais, 2. Ampliação da cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais, 3. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos, 4. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, 5. Articulação intersetorial, 6. Acesso/relacionamento com os canais de pagamentos	ausência de regulação e recursos (financeiros + rh) benefícios eventuais; ausência de recursos financeiros para gestão dos ptr; ausência de protocolos, fluxos e recursos para benefícios de outras políticas
Capital	1. Ampliação da cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais, 2. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, 3. Gestão de pessoas/RH (insuficiente)	
GSP Norte	1. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, 2. Articulação intersetorial	
GSP Leste	1. Ampliação da cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais 2. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos 3. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais 4. Articulação intersetorial 5. Acesso/ relacionamento com os canais de pagamentos	
Campinas	1. Ampliação da cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais, 2. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, 3. Articulação intersetorial	
GSP Oeste	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais, 2. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, 3. Articulação intersetorial, 4. Acesso/relacionamento com os canais de pagamentos	
Itapeva	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais, 2. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos, 3. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, 4. Articulação intersetorial, 5. Acesso/relacionamento com os canais de pagamentos	
Mogiana	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais, 2. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, 3. Articulação intersetorial	Disparidade entre dados do CadÚnico e a avaliação técnica - qualidade do preenchimento
Piracicaba	1. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais 2. Articulação intersetorial; 3. Gestão dos Programas e benefícios socioassistenciais.	
Sorocaba	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais, 2. Ampliação da cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais, 3. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (idosos e mulheres), 4. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (Falta de RH e estrutura), 5. Articulação intersetorial com a rede, 6. Acesso/relacionamento com os canais de pagamentos	

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Baixada Santista	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais, 2. Ampliação da cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais, 3. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos, 4. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, 5. Articulação intersetorial, 6. Acesso/relacionamento com os canais de pagamentos.	Acesso/relacionamento com os canais de pagamentos, (Programas estaduais - Portal Social: dados com defasagens (em média, três meses) dificultando localização da família, nomes de solteira/casada/outro, muitas vezes atualizado no CadÚnico e desatualizado no Portal; necessário uniformizar o total de 28 caracteres aceitos pelo Banco do Brasil e forma de abreviação nominal do CadÚnico; tempo de atualização do Portal Social para o banco.) 1. Capacitação continuada das equipes do CadÚnico - entrevistadoras e operadoras, para qualificar e minimizar os efeitos da rotatividade; 2. Dificuldades na utilização dos recursos: falta de entendimentos entre gestão socioassistencial, tesourarias e/ou departamentos jurídicos municipais; 4. Operacionalização do CadÚnico, se é centralizado ou nos CRAS, entrevistadoras/operadoras se são capacitadas ou não.
Vale do Paraíba	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais, 2. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos, 3. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, 4. Articulação intersetorial, 5. Acesso/relacionamento com os canais de pagamentos	
Vale do Ribeira	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais, 2. Ampliação da cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais, 3. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos, 4. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, 5. Articulação intersetorial, 6. Acesso/relacionamento com os canais de pagamentos.	Acesso/relacionamento com os canais de pagamentos, Apesar dos avanços que houve nos últimos anos, nas várias políticas públicas municipais, ainda há muito a avançar. Uma das grandes dificuldades a serem superadas é a falta de profissionais nos serviços. Pois a gestão municipal tem barrado na sobrecarga na folha de pagamento, o que impede fazer novas contratações. Outra questão a se pensar é o número expressivo de população beneficiária de Programa de transferência de renda e o número reduzido de trabalhadores para acompanhar estas famílias, com o objetivo de auxilia-las no processo empoderamento e emancipação. A solução é investimento para contratar profissionais e estruturar os serviços existentes. Sem este investimento, não é possível alcançar resultados positivos, ou seja, vamos continuar "patinando", sem conseguir sair do lugar
Alta Noroeste	1. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 2. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas)	
Alta Paulista	1. Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais Acréscimo solicitado pelos participantes da Oficina após a devolutiva e a realização do II Encontro de Vigilância socioassistencial (25/04/2019):	Outros 1 (especifique): Dificuldade na agilidade do atendimento do INSS Outros 2 (especifique): Necessidade por parte do Estado para coofinanciamento do Benefício Eventual Outros 3 (especifique): Aumento no valor financeiro aos beneficiários de programas sociais. (Renda Cidadã e Ação Jovem)

	2. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) e; 3. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas).	
Alta Sorocabana	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais (interlocução interna prefeito (a) e outras pastas; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de utilização de recursos aportados nos programas) 2. Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais 3. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.) 4. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 5. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas)	Outros 1 (especifique): Dificuldade da gestão dos programas de Transferência de Renda, Ação Jovem, Renda Cidadã e Viva leite, atrelados à base do Cadastro Único. As listas de elegibilidade não condiz com a realidade.

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Barretos	1. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.) 2. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 3. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas) 4. Acesso/ relacionamento com os canais de pagamentos	
Fernandópolis	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais (interlocução interna prefeito (a) e outras pastas; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de utilização de recursos aportados nos programas) 2. Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais 3. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.) 4. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 5. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas) 6. Acesso/ relacionamento com os canais de pagamentos	
São José do Rio Preto	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais (interlocução interna prefeito (a) e outras pastas; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de utilização de recursos aportados nos programas) 2. Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais 3. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.) 4. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 5. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas)	Outros 1 (especifique): Regulamentação e financiamento dos benefícios eventuais pelo Estado de São Paulo Outros 2 (especifique): *Programas estaduais há vários meses sem ampliação **Articulação intersetorial ampliada (municípios, região e estado) Outros 3 (especifique): Como a DRADS faz articulação regional intersetorial sem RH e estrutura para o funcionamento?
Franca	1. Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais 2. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 3. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas)	Outros 1 (especifique): Regulamentação e financiamento dos benefícios eventuais pelo Estado de São Paulo Outros 2 (especifique): *Programas estaduais há vários meses sem ampliação **Articulação intersetorial ampliada (municípios, região e estado) Outros 3 (especifique): Como a DRADS faz articulação regional intersetorial sem RH e estrutura para o funcionamento?
Araraquara	1.Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais (interlocução interna prefeito (a) e outras pastas; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de utilização de recursos aportados nos programas) 2. Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais 3.Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.) 4.Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 5. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas) 6. Acesso/ relacionamento com os canais de pagamentos	Outros 1 (especifique): Articulação e Integração entre os sistemas (Cadastro Único x Renda Cidadã x Ação Jovem x Viva Leite) Outros 2 (especifique): Dados inconsistentes o sistema da Caixa Econômica Federal com a relação entre o Cadastro Único

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Ribeirão Preto	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais (interlocução interna prefeito (a) e outras pastas; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de utilização de recursos aportados nos programas) 2. Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais 3. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.) 4. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 5. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas) 6. Acesso/ relacionamento com os canais de pagamentos	
Avaré	1. Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais 2. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 3. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas)	
Bauru		Outros 1 (especifique): Ampliacão da cobertura Outros 2 (especifique): Articulação intersetorial Outros 3 (especifique): acesso\ relacionamento com os canais de pagamento
Botucatu	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais (interlocução interna prefeito (a) e outras pastas; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de utilização de recursos aportados nos programas) 2. Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais 3. Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.) 4. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 5. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas) 6. Acesso/ relacionamento com os canais de pagamentos 7. Outros 1 (especifique): Metodologia adotada pelo Estado a partir de 2015 para inclusão de famílias nos programas estaduais (via Cad Único)	
Marília	1. Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais (interlocução interna prefeito (a) e outras pastas; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de utilização de recursos aportados nos programas) 2. Ampliação da cobertura (nº de vagas ofertadas frente a demanda) dos programas e benefícios socioassistenciais 3. Acompanhamento/ atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção, protocolo de gestão integrada Resolução CIT n° 7, de 10 de setembro de 2009) 4. Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas)	Outros 1 (especifique): Ampliação do valor da renda per capita para auferir benefícios.

Questão “4.1.b. Indique até 5 estratégias que auxiliariam os itens identificados acima”:

Tabela geral

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
GSP ABC	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Apoio/supervisão técnica presencial, Normatização (Resoluções e Decretos), Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)	Repasse de Recursos Financeiros
Capital	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Estudos, pesquisa satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores.	Comunicação interna entre a gestão e a ponta da execução. Apoio e supervisão técnica presencial é em relação aos serviços com a rede parceira.
GSP Norte	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Apoio/supervisão técnica presencial, Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)	
GSP Leste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc). Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais) Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas). Apoio/supervisão técnica presencial Normatização (Resoluções e Decretos). Outros: insuficiência de estrutura e de RH em alguns CRAS, contudo o PAIF vem sendo executado de acordo com a tipificação, porém não há técnicos e estrutura suficiente para atender a demanda do território.	insuficiência de estrutura e de RH em alguns CRAS, contudo o PAIF vem sendo executado de acordo com a tipificação, porém não há técnicos e estrutura suficiente para atender a demanda do território.
Campinas	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)	
GSP Oeste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)	
Itapeva	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Consórcios intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Apoio/supervisão técnica presencial, Normatização (Resoluções e Decretos), Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores	
Mogiana	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas)	
Piracicaba	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Apoio/supervisão técnica presencial, Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Estudos, pesquisa satisfação dos usuários análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial).	
Sorocaba	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Consórcios intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Normatização (Resoluções e Decretos) Programas, Projetos	

Baixada Santista	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Estudos, pesquisa satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Estudos, pesquisa (orientação do Estado).	1. Estado com equipe itinerante para capacitações; 2. Apoio estadual para a constituição de programa/projetos municipais para públicos específicos (adolescente e drogadição, mulheres vítimas de violência, maus-tratos à pessoa idosa...).
Vale do Paraíba	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Normatização (Resoluções e Decretos), Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)	
Vale do Ribeira	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc.), Consórcios intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)	

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Alta Noroeste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Normatização (Resoluções e Decretos) e Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão).	
Alta Paulista	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão) e Apoio/supervisão técnica presencial	
Alta Sorocabana	Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão) e Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)	Canal de avaliação da gestão municipal frente as benefícios do Estado.
Barretos	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores e Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)	
Fernandópolis	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Normatização (Resoluções e Decretos); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Programas, Projetos; Apoio/supervisão técnica presencial; Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial) e Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas)	
São José do Rio Preto	Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Programas, Projetos e Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais).	Orçamento para ampliação da cobertura
Franca	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Programas, Projetos	Ampliação de recursos no fundo municipal de assistência social (FMAS) para a gestão de serviços e benefícios socioassistenciais e a Composição e valorização das equipes do estado e municípios
Araraquara	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores e Apoio/supervisão técnica presencial	
Ribeirão Preto	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Normatização (Resoluções e Decretos); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Programas, Projetos; Apoio/supervisão técnica presencial; Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial) e Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas)	Ferramenta mais atualizada e com uma integração entre os sistemas que usam o Cadastro Único
Avaré	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores e Normatização (Resoluções e Decretos)	
Bauru	-	Orientação técnica; Normatização; Articulação; Educação permanente e Fórum regionalizado
Botucatu	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas) e Programas, Projetos	Autonomia para os municípios executarem os programas sociais, especialmente no tocante à inclusão, uma vez que estes conhecem seus territórios, famílias e vulnerabilidades; Articulação e integração qualificada entre benefícios e programas socioassistenciais; Potencializar a lógica da matricialidade sociofamiliar, uma vez que ainda observa-se a atenção aos segmentos em detrimento da família e Ampliação do repasse de recursos
Marília	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores e Normatização (Resoluções e Decretos)	

Questão "4.2(a) Proteção Social Básica: Selecione quais serviços são insuficientes ou inadequados":

Tabela geral

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
GSP ABC	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	reordenamento dos serviços não tipificados
Capital	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Comparando as famílias cadastradas e a cobertura de serviços, a defasagem se dá em todos os territórios.
GSP Norte	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	
GSP Leste	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Campinas	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Idoso Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	SCFV Idoso execução inadequada pois se caracteriza mais como um espaço de convivência, não atingindo ao público prioritário. SPSB no domicilio PcD e Idosos inexistência da execução.
GSP Oeste	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	É um serviço pouco expressivo na região. O principal obstáculo é a insuficiência de RH.
Itapeva	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Equipe CRAS RH insuficiente; SCFV faixa etária 6 anos insuficiente e SCFV adolescente inadequado (qualificação)
Mogiana	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	PAIF = embora presente em todos os municípios de modo geral é insuficiente, assim como a oferta de RH; SCFV = insuficiente para o público joven, adultos e cç até 6anos, e a execução não atinge as normativas do serviço; Serviço no domicílio= não existe na maioria dos município e não está previsto no censo suas
Piracicaba	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	Serviço do PAIF está sendo executado em muitos municípios de forma desqualificada, sendo necessário, ampliar o olhar para a articulação socioassistencial e intersetorial, assim como investir na gestão de território, e busca ativa. Ampliar o conceito de busca ativa. Referente ao Serviço de Proteção Social Básica no domicilio para pessoas com deficiência e pessoas idosas, falta adequação, devido as orientações técnicas recentes. Limitação de implantação de serviços.
Sorocaba	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Além dos Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas são insuficientes ou inadequados, que não atende toda a demanda e a interpretação da Política no CRAS é equivocada, tanto é que 43 serviços não são Tipificados na Região. O no item três os municípios nem mesmo realizam.

Baixada Santista	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	PAIF de acordo com normativas, mas insuficiente para a cobertura dos territórios e necessitando de aprimoramento metodológico; SCFV com dificuldades no entendimento metodológico e falta de referenciamento dos CRAS; SPS Básica no domicílio PcD/Idosa, basicamente inexistente na região.
Vale do Paraíba	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Inadequado e insuficiente, não contempla a demanda dos municípios e em alguns casos não estão devidamente estruturados conforme o preconizado em lei (equipe mínima, etc). SCFV – crianças de até 6 anos - Insuficiente e inadequado, pois é um serviço caro, que não tinha normativa clara e necessita de equipes mais especializadas/ Nas demais faixas etárias consideramos os serviços insuficientes. Serviço de PSB no Domicílio para PCD e Idosas - Insuficiente e inadequado, ele necessita de equipes mais especializadas.
Vale do Ribeira	Serviço de Proteção Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Alta Noroeste	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Qualificação no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo de 06 a 15 anos. Ampliar a cobertura no serviço de Proteção Social Básica no Domicilio para Pessoas com Deficiência e Idosas com cofinanciamento. Expansão do Cofinanciamento para a implantação do SCFV para os municípios que não possuem.
Alta Paulista	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Qualificação no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e no Convivência e Fortalecimento de Vínculo de 06 a 15 anos.
Alta Sorocabana	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Entendimento do serviço, ações a serem realizadas e equipe para realizar.
Barretos	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	PAIF - inadequado - não entendimento das equipes da operacionalização devida, que por vez contemple todas as ações previstas. SCFV - inadequado - não entendimento das equipes da operacionalização devida e também no manuseio de dados essenciais, tal como dados computados no SISC. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas insuficientes, e ainda em processo de construção naqueles que implantaram.
Fernandópolis	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	SPBP pessoa com deficiência e idosos – precisa ser implantado; PAIF e SCFV precisam ser qualificados para exercerem serviços adequados e suficientes.
São José do Rio Preto	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Embora todos os municípios possuem o PAIF a qualidade do serviço ofertado deixa a desejar. O mesmo para SCFV que não é ofertado para todas as faixas etárias.
Franca	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	PAIF e SCFV existem, porém muitos funcionam de forma inadequada no que diz respeito a equipe, metodologias, entendimento dos serviços e processos de trabalho. SPSB no domicilio é praticamente inexistente na região (só existe 1)
Araraquara	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Diante da relevância da Proteção Social Básica, fica constatada a fragilidade dos serviços e a preocupação com problemas com financiamento dos serviços, recursos humanos e infraestrutura.
Ribeirão Preto	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Recurso específico para Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Política atual é pouco voltada ao atendimento dessa população
Avaré	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Há uma insuficiência no atendimento ofertado pela rede socioassistencial nos municipios da região, decorrente da falta de planejamento, número reduzido de recursos humanos, ausência de qualificação técnica, cofinanciamento, processos de formação pelo trabalho, entre outros. Outra questão é a falta de reconhecimento da Política Pública de Assistência Social nas três esferas de governo.
Bauru	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Falta equipe e recursos para a execução| Execução básica em domicílio para idosos e PCD é praticamente inexistente| Ampliação dos serviços em coerência com a demanda
Botucatu	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	As demandas da assistência social têm aumentado significativamente. Em detrimento deste cenário, as chamadas equipes mínimas, realidade na maioria dos municípios, apresentam-se insuficientes para execução dos serviços da PSB.
Marília	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Os SCFV e PAIF em alguns municípios (acima de 20.000 habitantes) é insuficiente. Em contrapartida, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas possui demanda, porém é inexistente na maioria dos municípios por falta de equipe exclusiva para executá-lo.

Questão 4.2(b). Quais estratégias poderiam ser usadas para melhorar a prestação de serviços e benefícios da PSB? Indique até 5 estratégias que auxiliariam os serviços identificados acima:

Tabela geral

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
GSP ABC	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Apoio/supervisão técnica presencial; Normatização (Resoluções e Decretos); Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros .	
Capital	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, repasse de recursos financeiros e ampliação da rede de serviços.	Apoio e supervisão técnica presencial é em relação aos serviços com a rede parceira.
GSP Norte	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc), Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Repasse de recursos financeiros	
GSP Leste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Apoio/supervisão técnica presencial; Estudos, pesquisa satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)	Comentários: RH insuficiente e infraestrutura inadequada. Temos a informar ainda que há grande diversidade de portes de gestão na região, logo não podemos utilizar a mesma definição para todos os Municípios, tendo em vista que na região há desde P1 á porte grande.
Campinas	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Recursos Financeiros.	
GSP Oeste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão), Normatização (Resoluções e Decretos), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Repasse de recursos financeiros.	
Itapeva	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas,etc), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Contratação de profissional com observância no limite prudencial e repasse de recursos financeiros	
Mogiana	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas,etc), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas), Repasse de recursos financeiros	
Piracicaba	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação), Regularização dos Repasses de recursos financeiros federais, Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores, Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão)	

Sorocaba	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas,etc); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Apoio/supervisão técnica presencial; Repasse de recursos financeiros; Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão).	
Baixada Santista	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Apoio/supervisão técnica presencial; Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Repasse de recursos financeiros estadual com critérios de partilha pactuados no CONSEAS.	Educação permanente aos CMAS com vistas à qualificação para as inscrições de OSC, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
Vale do Paraíba	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de Recursos	
Vale do Ribeira	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Consórcios Intermunicipais(parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão), Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores. Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse financeiro.	

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Alta Noroeste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Apoio/supervisão técnica presencial; Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros.	
Alta Paulista	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Normatização (Resoluções e Decretos) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros.	Retomar a realização de encontro regionalizado de CRAS e incluir os serviços da PSB.
Alta Sorocabana	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Apoio/supervisão técnica presencial; Repasse de recursos financeiros	
Barretos	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Apoio/supervisão técnica presencial; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial).	
Fernandópolis	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão) Apoio/supervisão técnica presencial; Normatização (Resoluções e Decretos); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Programas, Projetos e Repasse de recursos financeiros.	Contratação de recursos humanos que são insuficientes e necessitam de qualificação.
São José do Rio Preto	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Apoio/supervisão técnica presencial; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Repasse de recursos financeiros	
Franca	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Apoio/supervisão técnica presencial; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores e Repasse de recursos financeiros.	Composição e valorização de equipes estaduais e municipais; * repasse e ampliação de recursos financeiros com critérios de partilha claros e transparentes
Araraquara	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Apoio/supervisão técnica presencial; Repasse de recursos financeiros.	
Ribeirão Preto	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Apoio/supervisão técnica presencial; Normatização (Resoluções e Decretos); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Programas, Projetos; Repasse de recursos financeiros.	
Avaré	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Apoio/supervisão técnica presencial; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros.	Recursos Humanos
Bauru	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Apoio/supervisão técnica presencial; Normatização (Resoluções e Decretos); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores e Repasse de recursos financeiros	Atualização dos manuais de apoio
Botucatu	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros.	
Marília	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Apoio/supervisão técnica presencial; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros	

Questão “4.3(a). PSE de média Complexidade: Selecione quais serviços são insuficientes ou inadequados:”

Tabela geral

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
GSP ABC	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	
Capital	Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua,	SEAS: necessitam de uma readequação territorial e metodológica a fim de padronizar as ações na cidade; MSE/LA/PSC: readequação metodológica.
GSP Norte	Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas famílias	
GSP Leste	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida − LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	
Campinas	Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.	População em Situação de Rua os serviços são insuficientes frente a demanda crescente.
GSP Oeste	Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Os serviços não são expressivos na região. Os principais obstáculos são a insuficiência de RH e recursos financeiros para o custeio dos serviços.
Itapeva	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo – PAEFI Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	

Mogiana	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Os serviços são ofertados em quantidade insuficiente e em alguns municípios não existem (PAEFI, Abordagem, Pessoas com Def., Idosos e famíliares); Serviço de MSE ofertado em todos os municípios embora de maneira inadequada. Serviço para PSR inexistente em toda a região
Piracicaba	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo – PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas famílias	LA e PSC: Adequar e qualificar a construção do PIA junto aos adolescentes em cumprimento de medidas. Trabalhar os conceitos dos técnicos, sobre o público alvo, revendo questões de julgamento preconceituoso. PAEFI seria necessária qualificação do trabalho. Serviço de abordagem consideramos insuficiente. Serviço de População de Rua, é um trabalho com características de grande demanda vinculada a saúde, com dificuldade de desempenho do serviço. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas famílias, serviço insuficiente, necessário mais serviços implantados para atendimento da demanda

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Sorocaba	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo – PAEFI O Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	No Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo – PAEFI é insuficiente pois todos os municípios têm a demanda, mas apenas 17 municípios desenvolvem. O Serviço Especializado em Abordagem Social tem a demanda mais não tem o serviço. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e inadequado(Falta de RH)
Baixada Santista	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Serviço Especializado em Abordagem Social	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Rever o projeto metodológico geral da PSE de Média Complexidade (PAEFI, MSE, PcD e Idosa); ampliar a cobertura de atendimento do Centro Pop Rua e abordagem social com revisão metodológica
Vale do Paraíba	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	PAEFI – Insuficiente Abordagem de Rua – Insuficiente Medidas Socieducativas – Suficiente e Inadequadas (do ponto de vista da efetividade do serviço prestado) Serviço de PSE p/ PCD, Idosos e suas Famílias – Insuficiente Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Insuficiente e Inadequado
Vale do Ribeira	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Em virtude de nem todos os municípios terem o CREAS, os referidos serviços se tornam insuficientes e inadequados.
Alta Noroeste	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias	PAEFI - qualificação e ampliação e necessidade de CREAS Regionalizado; Cobertura com cofinanciamento no Serviço Especializado em Abordagem Social; Qualificação do Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, idosos (as) e suas Famílias.
Alta Paulista	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Serviço Especializado para pessoas em situação de rua regionalizado. Elaboração de diagnóstico para avaliação da necessidade de implatação do serviço para PAEFI regionalizado.
Alta Sorocabana	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida − LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	
Barretos	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	PAEFI - insuficiente por termos em poucos municípios o CREAS implantado e inadequado por não cumprimento de equipe prevista em NOB RH SUAS e por dificuldade de entendimento da operacionalização devida. Serviço Especializado em Abordagem Social - insuficiente, pois os municípios que implantaram não conseguem contemplar todos os públicos previstos e inadequado, no que diz à operacionalização, envolvendo inclusive insuficiência de recursos humanos. LA e PSC, insuficiente e inadequado, em especial quando as ações são realizadas pelo Órgão Gestor, não conseguindo abranger o que o serviço em si prevê. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas famílias - insuficientes e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua - insuficientes.

Fernandópolis	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida − LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Na região existem somente quatro municípios com Creas, os demais 45 municípios não possuem o Paefi e os serviços de média complexidade não conseguem ser realizados por não existir recursos humanos e estrutura de CREAS.

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
São José do Rio Preto	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida − LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Todos os serviços ofertados possuem baixa qualidade na oferta.
Franca	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida − LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Baixa cobertura destes serviços; ausência de orientações sobre o SPSE para PCD e idosos (maior clareza sobre o serviço da unidade referenciada); Falta de equipe de referência com perfil e capacitada;
Araraquara	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida − LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Diante da relevância da Proteção Social Especial de Média Complexidade, fica constatada a fragilidade dos serviços e a preocupação com problemas com financiamento dos serviços, recursos humanos e infraestrutura.
Ribeirão Preto	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida − LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	
Avaré	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida − LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Há uma insuficiência no atendimento ofertado pela rede socioassistencial nos municípios da região, decorrente da falta de planejamento, número reduzido de recursos humanos, ausência de qualificação técnica, cofinanciamento, processos de formação pelo trabalho, entre outros. Outra questão é a falta de reconhecimento da Política Pública de Assistência Social nas três esferas de governo, bem como a falta de reconhecimento da demanda como foco de atuação da política pública de Assistência Social.
Bauru	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida − LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	A Execução do PAEF sofre com a falta de RH insuficiente especializado| A população de rua cresce também em municípios de PP médio porte que não recebem financiamento para execução dos serviços específicos| O serviço precisa ser especializado como ação do PAEF , sem direcionamento para um público especifico.
Botucatu	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias	Ressalva: 1. Quanto ao segmento Pessoa em Situação de rua, evidencia-se um gargalo para com a interface das demais políticas públicas que complementam a ação da assistência social (saúde, trabalho e emprego, educação, etc). 2. Precisa-se de metodologias específicas voltadas ao PAEFI que, de fato, diferenciem-se da atuação fina do PAIF.
Marília	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida − LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Alguns serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade estão adequados, mas insuficientes para o atendimento da demanda existente. Entretanto, a maioria está inadequado e insuficiente devido estrutura física e principalmente de recursos humanos qualificados. Outro ponto relevante é a distinção do campo de atuação dos serviços de proteção especial de média complexidade em relação à Proteção Social Básica e de outras áreas setoriais (judiciário, saúde mental, conselho tutelar, entre outros).

Questão "4.3.(b).Quais estratégias poderiam ser usadas para melhorar a prestação de serviços e benefícios da PSE de Média Complexidade? Indique até 5 estratégias que auxiliariam os serviços identificados acima":

Tabela geral

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)
GSP ABC	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.) Apoio/supervisão técnica presencial, Normatização (Resoluções e Decretos), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Repasse de Recursos Financeiros
Capital	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, repasse de recursos financeiros. *Comentário:* Apoio e supervisão técnica presencial é em relação aos serviços com a rede parceira.
GSP Norte	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)
GSP Leste	Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Normatização (Resoluções e Decretos) Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial).
Campinas	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão); Apoio/supervisão técnica presencial, Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas) Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Programas, Projetos.
GSP Oeste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Repasse de recursos financeiros
Itapeva	Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), centro pop regionalizado e repasse de recursos financeiros
Mogiana	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas), Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores, Repasse de recursos financeiros.
Piracicaba	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)
Sorocaba	São: Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Repasse de Recursos para a execução do serviço, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial) Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas).
Baixada Santista	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Normatização (Resoluções e Decretos), Repasse de recursos financeiros do Estado com critérios de partilha pactuado no CONSEAS.
Vale do Paraíba	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Programas, Projetos

Vale do Ribeira	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores, recursos financeiros em dia e sem atraso, e também derrubar critério de população para implantação de equipamento.
Alta Noroeste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc). Programas, Projetos; Apoio/supervisão técnica presencial; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros;
Alta Paulista	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros;
Alta Sorocabana	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros;
Barretos	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Apoio/supervisão técnica presencial; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial);

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)
Fernandópolis	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Apoio/supervisão técnica presencial; Normatização (Resoluções e Decretos); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas): Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Programas, Projetos; Repasse de recursos financeiros; *Comentário:* Implantação de CREAS regionalizados.
São José do Rio Preto	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Repasse de recursos financeiros.
Franca	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Apoio/supervisão técnica presencial; Repasse de recursos financeiros. *Comentário:* Implantação de serviços regionalizados; Composição e valorização de equipes estaduais e municipais; * repasse e ampliação de recursos financeiros com critérios de partilha claros e transparentes.
Araraquara	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Normatização (Resoluções e Decretos); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Repasse de recursos financeiros;
Ribeirão Preto	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Apoio/supervisão técnica presencial; Normatização (Resoluções e Decretos); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas): Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Programas, Projetos; Repasse de recursos financeiros;
Avaré	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Apoio/supervisão técnica presencial; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros; *Comentário:* Serviços Regionalizados (CREAS)
Bauru	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Normatização (Resoluções e Decretos); Repasse de recursos financeiros; *Comentário:* Atualização do material de apoio
Botucatu	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc).Programas, Projetos; Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Repasse de recursos financeiros;
Marília	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc). Programas, Projetos; Apoio/supervisão técnica presencial; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Repasse de recursos financeiros;

Questão “4.4.(a). PSE de Alta Complexidade: Selecione quais serviços são insuficientes ou inadequados”:

Tabela geral:

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
GSP ABC	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Serviço de Acolhimento em República Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	
Capital	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Serviço de Acolhimento em República	Os abrigos institucionais precisam ser reordenados conforme normatização de vagas (20 para 15). Já para as repúblicas, tanto as repúblicas jovens quanto as voltadas para os adultos que possuem autonomia, é necessária ampliação em quase todo território.
GSP Norte	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	Para mulheres vítimas de violência (não entendido-Naiara)
GSP Leste	Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Serviço de Acolhimento em República Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	
Campinas	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva	
GSP Oeste	Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Serviço de Acolhimento em República Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	
Itapeva	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva	

	Serviço de Acolhimento em República Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	
Mogiana	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Serviço de Acolhimento em República Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	Abrigo institucional: insuficiente para adultos e famílias; Casa de passagem e república insuficiente (apenas em 1 município), embora haja demanda; Casa-lar, Residência inclusiva, Família acolhedora = inexistente em todos, embora haja demanda; Serviço de Proteção= inexistente
Piracicaba	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional Falta melhorar a qualidade do acompanhamento e construção do PIA. Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar Modalidade adequada, necessário avaliar o fluxo para acolhimento. Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Implantar residências inclusivas

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Sorocaba	Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Serviço de Acolhimento em República	
Baixada Santista	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Serviço de Acolhimento em República Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	Além dos listados acima, é insuficiente/inexistente serviços de atenção à mulher vítima de violência.
Vale do Paraíba	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional, Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar, Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Serviço de Acolhimento em República Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	Abrigo Institucional – Insuficiente e Inadequado Casa-lar – Insuficiente Casa de passagem – Insuficiente Residência Inclusiva – Insuficiente – alta demanda República - Insuficiente Família Acolhedora - Insuficiente Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - Inadequado
Vale do Ribeira	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva Serviço de Acolhimento em República Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	Não temos implantado grande parte dos serviços acima mencionados.
Alta Noroeste	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias); Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes;	Necessidade de residência Inclusiva; Para acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, necessita prosseguir no reordenamento e ampliar a cobertura por meio de equipamentos regionalizados para municípios pequenos ou consórcios intermunicipais Implantação do Serviço de Acolhimento Institucional - abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Reordenamento de Serviço de Acolhimento para Idosos. Necessidade de implantação de República para jovens de 18 a 21 anos.
Alta Paulista	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes	Serviço de acolhimento institucional para idosos, necessidade de ampliação de equipamento ou vagas municipal ou regionalizado. Necessidade de implantação de residência inclusiva regionalizada.

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Alta Sorocabana	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias); Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para adultos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para adultos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para idosos; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora adolescentes; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (famílias e indivíduos).	Serviço de acolhimento à criança, adolescente e ao idoso regionalizado para atendar a demanda dos municípios que não possuem os serviços via consórcio e incentivo do Estado.
Barretos	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias); Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para adultos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para adultos – masculino; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora adolescentes; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes;	Acolhimento Institucional: Criança, adolescente, pessoa idosa, mulheres vítimas de violência, adultos e família - insuficientes. Casa-lar para os públicos citados - insuficientes. Casa de Passagem - insuficientes. Residência Inclusiva - insuficientes. Serviço de Acolhimento em República e Família Acolhedora assinalados: insuficientes.
Fernandópolis	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias); Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para adultos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para adultos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para idosos; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora adolescentes; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (famílias e indivíduos).	Casa de acolhimento para adolescentes usuários de álcool e drogas. Todos os serviços indicados precisam ser implantados de 01 a 04. as famílias acolhedoras precisam ser organizadas para atendimento regional e capacitadas para acolher e desacolher.

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
São José do Rio Preto	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias); Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para adultos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para adultos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para idosos; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora adolescentes; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (famílias e indivíduos).	Os serviços ofertados são precários. para o atendimento da proteção social de alta complexidade temos poucos equipamentos para atender a demanda.
Franca	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para idosos;	serviços insuficientes gera acesso pela Judicialização da política de assistência social
Araraquara	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias); Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para adultos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para adultos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para idosos; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora adolescentes; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes;	

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Ribeirão Preto	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias); Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para adultos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para adultos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para idosos; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora adolescentes; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (famílias e indivíduos).	São serviços que sentimos faltas mas que poderiam ser regionalizados pois não é uma demanda rotineira, mas sempre que surge a necessidade não possuímos o local correto para encamihar a situação.
Avaré	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias; Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias); Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora adolescentes; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes;	Além das questões de falta de planejamento, número reduzido de recurso humanos, ausência de qualificação técnica, cofinanciamento, entre outros, temos a falta de reconhecimento da demanda como foco de atuação da política pública de Assistência Social.
Bauru	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias); Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para adultos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para adultos – masculino; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (famílias e indivíduos).	Falta recursos pois são serviços de alto custos e precisa de profissionais qualificados e articulação
Botucatu	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência);	

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)	COMENTÁRIOS
Marília	Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para mulheres vítimas de violência; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional para adultos e famílias; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar crianças e adolescentes; Serviço de Acolhimento Institucional – casa-lar para idosos; Serviço de Acolhimento Institucional – casa de passagem (adultos e famílias); Serviço de Acolhimento Institucional – residência inclusiva (jovens e adultos com deficiência); Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para adultos - feminino; Serviço de Acolhimento em República para adultos – masculino; Serviço de Acolhimento em República para idosos; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora adolescentes; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (famílias e indivíduos).	Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, devido ao alto custo dos serviços, a maioria dos serviços existentes está com quadro de recursos humanos insuficiente conforme a legislação vigente, uma parcela significativa está operando em espaços físicos inadequados principalmente no tocante à acessibilidade. Todavia, a inexistência de alguns serviços da PSEA, não significa ausência de demanda e sim a invisibilidade de situações que levariam ao acolhimento.

Questão "4.4.b. Quais estratégias poderiam ser usadas para melhorar a prestação desses serviços e benefícios? Indique até 5 estratégias ou indique outras":

Tabela geral

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)
GSP ABC	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Apoio/supervisão técnica presencial, Normatização (Resoluções e Decretos), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Repasse de Recursos Financeiros
Capital	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Ampliação da rede (principalmente república). Apoio e supervisão técnica presencial é em relação aos serviços com a rede parceira.
GSP Norte	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), implantação de serviços
GSP Leste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Apoio/supervisão técnica presencial; Normatização (Resoluções e Decretos); Estudos, pesquisa satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial).
Campinas	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Normatização (Resoluções e Decretos), Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas), Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Recursos Financeiros
GSP Oeste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Apoio/supervisão técnica presencial, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Repasse de recursos financeiros e flexibilização da execução do cofinanciamento.
Itapeva	Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Recursos financeiros e humanos
Mogiana	Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais), Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Apoio/supervisão técnica presencial, Normatização (Resoluções e Decretos), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)
Piracicaba	1-Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.) 2-Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)3-Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão)4-Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores 5-Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial) Programas, Projetos
Sorocaba	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)
Baixada Santista	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Apoio/supervisão técnica presencial, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Repasse de recursos financeiros do Estado com critérios de partilha pactuado no CONSEAS.
Vale do Paraíba	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Apoio/supervisão técnica presencial, Estudos, pesquisa satisfação do usuários, análises de dados, indicadores, Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Programas, Projetos, Repasse de Recursos
Vale do Ribeira	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.), Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas), Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão), Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial), Recursos pagos em dia e sem atraso, afim de garantir que os serviços que são continuados não sejam prejudicados.

Alta Noroeste	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Apoio/supervisão técnica presencial.

Continua

Continuação

DRADS	RESPOSTAS (TOTAL)
Alta Paulista	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais)
Alta Sorocabana	Repasse de recursos financeiros; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão)
Barretos	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Apoio/supervisão técnica presencial
Fernandópolis	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Apoio/supervisão técnica presencial; Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Normatização (Resoluções e Decretos); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Programas, Projetos
São José do Rio Preto	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Apoio/supervisão técnica presencial
Franca	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Apoio/supervisão técnica presencial; *Comentários:* Implantação de serviços regionalizados; Composição e valorização de equipes estaduais e municipais; *repasse e ampliação de recursos financeiros com critérios de partilha claros e transparentes
Araraquara	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial). *Comentários:* Criação de serviços regionalizados.
Ribeirão Preto	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Apoio/supervisão técnica presencial; Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); Normatização (Resoluções e Decretos); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas) Programas, Projetos
Avaré	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Apoio/supervisão técnica presencial. *Comentários:* Recursos Humanos
Bauru	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Normatização (Resoluções e Decretos); Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas)
Botucatu	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas) Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores
Marília	Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc); Repasse de recursos financeiros; Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Apoio/supervisão técnica presencial

EIXO III. Estratégias de ações possíveis para serem apontadas no PEAS: Como o Estado pode atuar diante deste diagnóstico

Questão “5. Diante das questões abordadas e debatidas nesta oficina, responda as questões abaixo sobre as atuações e desafios da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social”:

Tabela - Pontos positivos na atuação do Estado em relação às proteções sociais

DRADS	Pontos positivos
GSP Leste	Instalação dos Grupos: Coletivo de Profissionais do SUAS e Coletivo de Vigilância Socioasssistencial.
GSP ABC	Grupos de Trabalho; Orientações/Visitas Técnicas; Reuniões Técnicas; Disseminação de Informações Gerais; Vigilância Socioassistencial; Comunicação e Acesso;
Capital	Proteção básica: há um acompanhamento dos CRAS com pequenas defasagens e avaliação realizada.
GSP Norte	orientação técnica por meio de reuniões, ofícios, telefonemas e emails com a gestão e com os coordenadores, na DRADS ou no município
Campinas	A DRADS proporciona um atendimento de qualidade, porém sofre com o desmonte da estrutura de recursos humanos, materiais, um grande número de municípios para assessorar.
GSP Oeste	Os pontos positivos da atuação do Estado envolvem, sobretudo, as ações de apoio técnico, de capacitação, o repasse de recursos financeiros pelo FEAS para o cofinanciamento dos serviços nos municípios e os programas de transferência direta de renda (Renda Cidadã e Ação Jovem).
Itapeva	Orientação técnica e produção de material: manuais e guia técnico; Educação permanente e Implantação da Vigilância Socioassistencial.
Mogiana	Repasse financeiro atinge a totalidade dos municípios; Empenho das equipes técnicas das DRADS e SEDS no atendimento aos municípios
Piracicaba	Realização de avaliação dos serviços, assim como suporte e troca de experiências. Possibilitam aos municípios uma proximidade com Estado. Ampliação do universo informacional dos municípios, envio de materiais e normativas, assim como possibilidades de capacitações e eventos.
Sorocaba	Orientação e supervisão técnica, visão global das proteções,
Baixada Santista	Apoio técnico, ações formativas, acompanhamento descentralizado e presencial realizado pelas DRADS juntos aos municípios; construção e acompanhamento dos Planos Municipais - PMASweb; compreensão da realidade/dinâmica dos municípios.
Vale do Paraíba	Apoio Técnico Pontual as mais diversas demandas.
Vale do Ribeira	Oferta de capacitação, monitoramento e apoio técnico.
Alta Noroeste	Apoio técnico; Integração e interlocução da DRADS com os municípios; Repasse do Fundo a fundo; Análise e acompanhamento da execução dos serviços a partir das normativas e orientações técnicas; Encontros técnicos para orientações, troca de experiências, apresentação de experiências exitosas e oficinas para devolutivas.
Alta Paulista	Apoio de supervisão técnico, orientação sobre normativas e orientação diversas.
Alta Sorocabana	Aproximação do Estado na implantação, implementação dos Serviços e programas. O confinanciamento fundo a fundo tem sido realizado.
Barretos	Espaços de ação formativa, tanto presencial quanto a distância. Atuação permanente da DRADS nos municípios, apoiando, orientando e fazendo cumprir o que a PNAS prevê. O cofinanciamento como indispensável.
Fernandópolis	Apoio/supervisão técnica presencial; articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços, ou da gestão); repasse e recursos financeiros.
São José do Rio Preto	Abertura deste espaço de diálogo.
Franca	Existência do GECCATS que funciona com uma estratégia de educação permanente na região de Franca; Disponibilização de materiais e orientações técnicas; Atendimento aos municípios (por telefone e e-mail);
Araraquara	Capacitação permanente; Dialogo transparente, participativo e técnico entre a DRADS e os municípios; DRADS estimula a visita entre os municípios para articulação e valorização dos serviços entre as proteções.
Ribeirão Preto	Os técnicos da SEDS possuem grande conhecimento técnico e auxiliam mesmo ao longo das diferentes gestões que passaram pelo Estado. Em relação às proteções sociais, o estado, através das DRADS, procuram orientar os municípios, estão sempre atentos as dificuldades e necessidades dos municípios, apesar da atual falta de estrutura das DRADS, de pessoal, estrutura física, material, etc., que acaba sobrecarregando os profissionais.
Avaré	Manutenção da proposta de regionalização do apoio técnico, para melhor aproximação com os municípios; Manutenção das ações de Vigilância Socioassistencial, Continuidade do espaço do Controle Social,
Bauru	Existência dos centros dias| Serviço Vila dignidade| Bom prato | Pontualidade nos repasses estaduais|
Botucatu	Existência dos programas de transferência de renda estaduais, que se apresentam como uma importante ferramenta para os municípios atuarem na proteção social básica;
Marília	Repasse de recursos financeiros, apoio técnico "in loco" e orientações técnicas.

Tabela - Desafios do Estado em relação às proteções sociais

DRADS	Desafios
GSP Leste	Regulamentação do Benefício Eventual
GSP ABC	Retomadas Dos Grupos De Trabalho; Articulação Regional; Educação Permanente/Continuada; Ampliação Dos Recursos Financeiros (IGD-E);
Capital	Proteção especial: ampliar o acompanhamento do CREAS, visto que há maior defasagem do que nos CRAS. Visibilidade para o trabalho de monitoramento e vigilância por parte do Estado. Trabalho de construção da política socioassistencial em conjunto com as proteções sociais, vigilância e Estado - este não deve cumprir somente um papel de fiscalização, mas ir além dele.
GSP Norte	monitoramento in loco, devido a falta de infraestrutura como viatura e equipe mínima de RH
Campinas	Reorganização dos municípios por DRADS, Ampliação de Recursos Humanos e maior aporte de recursos financeiros para o financiamento dos serviços.
GSP Oeste	Os principais desafios do Estado no âmbito das proteções sociais envolvem a regulamentação dos benefícios eventuais e a criação de uma rede direta estadual, com unidades regionais de atendimentos - sobretudo na proteção social especial. Além disso, indicamos a necessidade de ampliar e flexibilizar o uso do repasse de recursos financeiros.
Itapeva	Meios de locomoção para supervisão técnica "in loco"; Criação do Núcleo de educação permanente na região – NEP; Implantação de equipamentos regionalizados para os serviços da proteção especial Fomentar e efetivar a Vigilância socioassitencial na DRADS e municípios.
Mogiana	Maior aporte financeiro; Aprimoramento do apoio técnico; Aumento da oferta de serviços da PSE nos municípios de pequeno porte
Piracicaba	Observar que após orientação realizada, identificar que de fato, um serviço qualificou sua execução; Melhorar a forma de comunicação entre as diretorias e os serviços dos municípios; Ampliar os recursos humanos das diretorias, para intensificar o trabalho de orientação e avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos municípios, para que pudesse estar mais presente e fortalecida
Sorocaba	Aumentar as visitas técnicas presenciais e liberação de mais recursos para os serviços Proteções Sociais.
Baixada Santista	Presença técnica, acompanhamento e apoio das DRADS aos municípios; Aprimorar o PMASweb para romper com seu "caráter" de instrumento para fins do cofinanciamento FEAS, tornando-o um instrumental de planejamento e avaliação participativo; Aumentar e rediscutir critérios de partilha dos recursos FEAS; Manter os encontros regionais periódicos das proteções básica e especiais realizados pelas DRADS; Ampliar os recursos financeiros aos municípios para custeio da alta complexidade; Efetivar a educação permanente; Recursos às DRADS para ações de educação permanente.
Vale do Paraíba	Oferecer Educação Permanente voltado para os diversos níveis (técnicos, de coordenação e de gestão); Aperfeiçoar Orientações Técnicas; Desenvolver Apoio/ Supervisão Técnica presencial realizada de forma sistemática, o que demanda uma equipe maior, e devidamente qualificada (educação permanente).
Vale do Ribeira	Ampliação de RH nas DRADS, para melhorar o apoio técnico aos municípios
Alta Noroeste	Ampliação do cofinanciamento; Qualificação dos serviços socioassistênciais; Implantação dos Serviços Regionalizados; Orientações para a construção de fluxos PSB - PSE, PSE Média com PSE Alta, PAIF e SCFV.
Alta Paulista	Insuficiência de Recursos Humanos, para atender os municípios em visitas técnicas, fóruns e articulação.
Alta Sorocabana	Ampliação dos recursos destinados aos serviços. Criação de Serviços Regionalizados, Melhoria e criação de serviços no Proteção Social especial de média e alta complexidade.
Barretos	Aumentar a oferta de ações formativas; insuficiência de recursos humanos para potencializar as ações necessárias, entre elas visitas in loco nas unidades públicas estatais.
Fernandópolis	Ampliação do repasse dos recursos financeiros e priorização para média e alta complexidade. /Ampliar quadro de recursos humanos das DRADS para atendimento aos municípios; qualificar os serviços realizados nos municípios com capacitação continuada;
São José do Rio Preto	Investimento Financeiro, criar mecanismos legais para garantir aumento do repasse fundo a fundo aos municípios, maior e melhor cobertura de acompanhamento dos serviços e rever os critérios de escolha para os programas de transferência de renda dos programas estaduais.
Franca	Implantação de serviços regionalizados de média e alta complexidade; pactuação de critérios de partilha de recursos e pisos de proteção para serviços e benefícios socioassistenciais; regulamentação e financiamento de benefícios eventuais; apoio técnico presencial e permanente pelas DRADS (sistemático)
Araraquara	A SEDS deve ser técnica e não partidária; Ampliação dos cofinanciamento para implantação, manutenção e ampliação dos serviços; Implantação de serviços regionalizados/estadualizados; Implantação de plano de carreira para funcionário da SEDS; Abertura de concurso público estadual visando aumentar o quadro de funcionários destinados a auxiliar os municípios e Reforçar serviços existentes ao invés da criação de novos serviços.
Ribeirão Preto	Diminuir a distância entre o interior e a região central, através do fortalecimento das Diretorias Regionais, financeiramente, tecnologicamente, departamento pessoal. Em relação às proteções sociais, existe a falta de serviços regionalizados e uma maior integração entre às DRADS e os municípios, no sentido de estruturar serviços necessários a todos, com demandas regionalizadas.
Avaré	Ampliação do quadro de servidores; Apoio e Orientação Técnica para a oferta dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, Implementação e incentivo ao aprimoramento das ações de Vigilância Socioassistencial a nível Estadual; Normativas e construção de Protocolos de Gestão de Serviços, de forma a incentivar os municípios à construção desta proposta considerando as SUAS singularidades.
Bauru	Investir e atualizar os financiamentos ofertados | falta de participação do estado no cotidiano dos município| Falta de subsidio técnico e periódico aos municípios | Falta de investimento em capacitação| Falta de efetividade dos serviços ofertados como viva leite e CDI|
Botucatu	Melhorar a gestão dos programas sociais de transferência de renda (ação jovem e renda cidadã) e projeto viva leite, para que os municípios tenham autonomia para inclusão e acompanhamento; Ampliação dos programas sociais estaduais; Criação de metodologias de trabalho social que atendam às realidades do municípios e, para isso é preciso desenha-los a partir do município e não a partir do Estado
Marília	Capacitações padronizadas para serviços específicos tais como: PAIF, PAEFI, SCFV e Acolhimento Institucional. Também é necessário capacitações de alguns sistemas do governo federal, entre outros.

Tabela - Pontos positivos na atuação do Estado em relação a gestão do SUAS

DRADS	Pontos Positivos
GSP Leste	Sistema PMAWWEB/SIGSUAS, EDESP, Apoio e sede da DRADS na região Leste.
GSP ABC	Orientação Técnica; PMASweb (Sistema); Vídeo Conferência; Acompanhamento dos Conselhos de Direitos;
Capital	Reconhecimento dos técnicos nas visitas de monitoramento e aprimoramento das ações de gestão municipal.
GSP Norte	capacitações que são desenvolvidas pela DRADS/SEDS
Campinas	A DRADS proporciona um atendimento de qualidade, porém sofre com o desmonte da estrutura de recursos humanos, materiais, um grande número de municípios para assessorar.
GSP Oeste	Os pontos positivos da atuação do Estado envolvem, sobretudo, as ações de apoio técnico, de capacitação e dos esforços para integrar e aproximar os municípios, sobretudo através de sistemas informatizados (PMASweb, por exemplo).
Itapeva	Capacita SUAS; Cofinancimento do Fundo Estadual; Fomentar e articular o PMASWEB por meio de normativas para reconhecimento como Plano de Assistência Social em âmbito de federal
Mogiana	Busca do aprimoramento da gestão do SUAS
Piracicaba	Realização da avaliação dos serviços, assim como suporte e troca de experiências; Possibilitam aos municípios uma proximidade com Estado; Ampliação do universo informacional dos municípios, envio de materiais e normativas, assim como possibilidades de capacitações e eventos; Consideramos a capacitação de entrevistadores do Cadastro Único, bem como para gestores do Bolsa Família e do Cadunico, como positiva, porém desenvolver as capacitações no modelo de imersão.
Sorocaba	A existência do Programa de Transferência de renda (Renda Cidadã, Ação Jovem e Amigo do Idoso) e Viva leite. Capacitações do Estado
Baixada Santista	Apoio técnico às gestões municipais; Apoio para a realização das conferências municipais; Orientações e apoio aos Conselhos e rede socioassistencial.
Vale do Paraíba	Busca da garantia de efetividade do SUAS nos municípios.
Vale do Ribeira	Promoção de espaços de discussão dos serviços, programas e projetos, bem como sobre a gestão de trabalho.
Alta Noroeste	Descentralização da SEDS pelas DRADS; Orientações, acompanhamento e Planos de Providências; Gestao dos Programas de Transferência de Renda Estaduais pelo Cadúnico; Manutenção do PMASweb e A proximidade das DRADS com a Gestão municipais.
Alta Paulista	As capacitações realizadas. (Oficina do PMAS e orientação para o preenchimento do sistema, CapacitaSUAS, Cadúnico e BPC, sobre ações relativas a criança, adolescente e idosos, Programas de transferência de renda (AJ, RC e PBF) Articulação dos cursos da EDESP. O Sistema PMAS enquanto ferramenta de gestão.
Alta Sorocabana	Instrumental do PMAS para monitoramento.
Barretos	Aplicação de Plano de Providências, como ponto positivo para a reorganização dos Serviços; Grupo de Capacitação Permanente na região Barretos (GESUAS); A realização do PMAS, como norte para um planejamento estratégico e efetivo; A logística para a apresentação dos demonstrativos de prestação de contas e Apoio à gestão municipal na orientação processual, com a finalidade de efetivar a emenda parlamentar.
Fernandópolis	Orientação técnica e supervisão das DRADS ao municípios e repasse de recursos financeiros de forma continuada
São José do Rio Preto	Criação deste espaço de diálogo com os trabalhadores do SUAS, visando a construção coletiva do PEAS contribuindo para o levantamento das vulnerabilidades regionais.
Franca	Existência do GECCATS que funciona com uma estratégia de educação permanente na região de Franca; Boa articulação das técnicas da DRADS com os municípios; regularidade no repasse de recursos do cofinanciamento estadual; controle social: articulação regional de apoio aos municípios na realização das conferências;
Araraquara	Educação permanente; Possibilidade de participação no PEAS; Diretor da DRADS ser um técnico e não um cargo político; dialogo transparente, participativo e técnico entre a DRADS e os municípios e Aperfeiçoamento do PMAS SUASWeb.
Ribeirão Preto	Os técnicos da SEDS possuem grande conhecimento técnico e auxiliam mesmo ao longo das diferentes gestões que passaram pelo Estado. Em relação a gestão do SUAS, como ponto positivo da atuação do estado podemos considerar o apoio e orientação técnica.
Avaré	Manutenção da proposta de regionalização do apoio técnico, para melhor aproximação com os municípios; Manutenção das ações de Vigilância Socioassistencial; Manutenção das propostas existentes de Formação Permanente e investimento na Capacitação Continuada (Construção de um Plano Estadual de Educação Permanente); Periodicidade semestral na prestação de contas dos recursos de cofinanciamento, que auxilia no monitoramento da execução dos serviços.
Bauru	0
Botucatu	Pontualidade no repasse dos recursos mensais e Apoio e visitas constantes das equipes das DRADS nos municípios, garantindo o assessoramento personalizado às demandas do município;
Marília	Cursos de Gestão do PBF e CadÚnico; Capacitação de Novos Entrevistadores do CadÚnico; Encontros Regionais sobre PAIF, SCFV e PAEFI, bem como capacitações, oficinas, monitoramento e supervisão técnica "in loco".

Tabela - Desafios do Estado em relação a gestão do SUAS

DRADS	Desafios
GSP Leste	Focar mais em serviços socioassistenciais e não em programas estaduais ou federais.
GSP ABC	Consolidação do Sistema MSE; Consolidação do SIGSUAS; Frequência nas Reuniões dos Conselhos de Direitos;
Capital	O Estado poderia atuar com alguns "facilitadores", provendo um acompanhamento e articulação das questões mais gerais. Como por exemplo nas questões socioeducativas: há a fundação casa, o MSE, articulação dos programas voltados para dependentes químicos, os programas voltados para os egressos do sistema penitenciário, deveria haver um protagonismo do Estado na articulação intersetorial e entre os entes do pacto federativo: no desenvolvimento das ações integradas e na padronização do registro e qualidade da informação.
GSP Norte	instituição da lei do SUAS; maiores ações para implementação da vigilância socioassistencial para os municípios
Campinas	Estreitar as relações com os municípios, ampliação do cofinanciamento do Estado, espaços de trocas de experiências e capacitações. Auxílio na construção de protocolos regionais.
GSP Oeste	Os principais desafios no âmbito da Gestão do SUAS envolvem a (des) continuidade de ações nas mudanças de gestões da Pasta. Como por exemplo, o caso do Programa Família Paulista, que foi desempenhado um alto investimento, mas foi descontinuado. Ampliar as equipes técnicas, para o apoio aos municípios.
Itapeva	Equidade nos repasses dos recursos financeiros com definição e análise de critérios; Retomar o CAPACITA SUAS no Estado; Regulamentação da Lei do SUAS Estadual e consequentemente, o fomento das leis municipais, atrelando o cofinanciamento dos benefícios eventuais pelo Estado.
Mogiana	Maior apoio técnico e político junto a gestão municipal
Piracicaba	Avaliamos que é necessário que houvesse um olhar sobre a estrutura das diretorias, considerando sua estrutura física e operacional, assim como a reposição de recursos humanos. É importante ainda ressaltar o desafio de aprovar a Lei Estadual do Sistema Único de Assistência Social, assim como normatização dos benefícios eventuais, para possibilitar recebimento de recursos. Promover concursos públicos para possibilitar as reposições. Criar mecanismos de capacitação e qualificação permanente para a gestão do SUAS contemplando: planejamento, avaliação de resultados, aplicação de recursos, vigilância socioassistencial, monitoramento e avaliação. Possibilitar qualificação técnica aos Serviços. Fomento e promoção das articulações regionais como Fóruns
Sorocaba	Cumprir as metas do pacto de aprimoramento da gestão estadual além de ampliar metas específicas para o Estado. Exemplo, atingir acompanhamento as Saúde do Bolsa Família. Aumento de vagas dos programas dos Estado. Melhorar a qualidade do Portal Social para trazer maior informações mais atualizados e transparentes.
Baixada Santista	Consolidar a educação permanente e orientar/apoiar os municípios; Consolidar a vigilância socioassistencial no estado e nas DRADS e orientar/apoiar os municípios; Efetivar a Mesa Estadual de Negociação e orientar/apoiar os municípios; Recompor as equipes técnicas SEDS/DRADS; Criar o Plano de Cargos, Careira e Salários próprios da assistência social e orientar/apoiar os municípios; Aprovar da Lei do SUAS e orientar/apoiar os municípios; Rever as legislações do Fundo a Fundo - FEAS, desburocratizando-o (prestação de contas, relatórios de gestão, etc); Apoio ao planejamento regional.
Vale do Paraíba	Oferecer Educação Permanente voltado para os diversos níveis (técnicos, de coordenação e de gestão); Efetivar o Plano Estadual de Assistência Social, com transparência/compartilhamento consolidado dos seus indicadores a cada exercício com todas as regionais do Estado; Desenvolver Apoio/ Supervisão Técnica presencial realizada de forma sistemática, o que demanda uma equipe maior, e devidamente qualificada (educação permanente); Assessorar/ apoiar com relação a implantação de Consórcios; Aprimorar sua área de Vigilância Socioassistencial; Assessorar/ apoiar na implantação da área de Vigilância Socioassistencial nos municípios; Revisar e adequar os Repasses de Recursos Financeiros.
Vale do Ribeira	Superar a falta de recursos humanos, material e físico.
Alta Noroeste	Ampliação de Recursos humanos por concursos públicos; Valorização do funcionalismo Estadual através do Plano de Carreira e melhoria salarial; Implantação do Sistema de Vigilância socioassistecial nas DRADS;
Alta Paulista	Prover DRADS com Recursos Humanos adequado, visto que em 2011 haviam 12 servidores na Drads para atender os municípios em visitas e orientações técnicas, organizações de encontros e fóruns e articulação regional. Hoje existe quatro servidores. Realização de estudo para tornar o sistema de informação do PMAS mais sintético. Aprovação e regulamentação da Lei do SUAS do Estado. Ampliação do cofinanciamento Estadual para executar programas, projetos, benefícios e serviços e fortalecimento do controle social.
Alta Sorocabana	Restruturação da DRADS Alto Sorocabana - Presidente Prudente, para garantir a qualidade do serviço prestado. Fomentar discussões regionais sobre a gestão.
Barretos	Ter núcleos de Vigilância Socioassistencial nas DRADS. Melhoria de remuneração dos Servidores do Estado (Plano de Cargo e Carreira, conforme previsto em legislação).
Fernandópolis	Implantação da LEI DO SUAS no Estado e nos municípios; Potencializar os recursos financeiros; qualificação de recursos humanos;
São José do Rio Preto	Educação e Formação para os Trabalhadores do SUAS , Retomar a Discussão e Financiamento dos Benefícios Eventuais no Âmbito do SUAS, Criar Mecanismos Eficazes para Monitoramento e Levantamento de Dados, Visando Contribuir para a Efetivação da Vigilância Socioassistencial, Criar Também Mecanismos para o Monitoramento da Qualidade dos Serviços Ofertados.
Franca	composição e valorização das equipes das DRADS; regulamentação do SUAS no estado; efetivação da educação permanente no estado de São Paulo (criação dos núcleos de educação permanente); apoio técnico e financeiro para implantação da vigilância socioassistencial nos municípios;
Araraquara	Utilizar o modelo adotado pelo Ministério da Cidadania na questão de repasse dos recursos fundo a fundo (desburocratização). Desburocratização da reprogramação de recursos não utilizados no exercício. Revisão da distribuição dos recursos fundo a fundo entre os municípios. Estabelecer critérios técnicos para indicação de emendas parlamentares. 5. Possibilidade de aquisição de material permanente com recurso estadual. Implantação de plano de carreira para funcionário da SEDS. Abertura de concurso público estadual visando aumentar o quadro de funcionários destinados a auxiliar os municípios. Regulamentação da Lei do SUAS e dos Benefícios Eventuais. Reforçar serviços, programas, projetos e benefícios existentes ao invés da criação de novos serviços, programas, projetos e benefícios .

Continua

Continuação

DRADS	Desafios
Ribeirão Preto	Estabelecimento da Política Estadual em consonância com a Política Nacional de Assistência Social. Diminuir a distância entre o interior e a região central, através do fortalecimento das Diretorias Regionais, financeiramente, tecnologicamente, departamento pessoal. Articulação política estadual para fortalecimento do estado perante ao governo federal, para manutenção e melhoria da Política Nacional de Assistência Social dentro do estado, em detrimento do que vem ocorrendo atualmente. Como desafio, o estado necessita modernizar o processo de prestação de contas, como faz com o Fundo Nacional de Assistência Social e melhorar (aumentar) o valor repassado aos municípios, considerando que mantém o mesmo recurso repassado, sem aumento significativo e ainda, as dificuldades atuais para o recebimento do recurso federal e ainda, a aprovação no estado da Lei do SUAS.
Avaré	Regulamentação da Assistência Social no Âmbito da Constituição Estadual (Reconhecimento), diante da necessidade de que haja definição de dotação Orçamentária; Incentivo às Instâncias de Controle Estadual no Estado (Conselho Estadual, Fórum Estadual de Trabalhadores(as) do SUAS e Fórum dos Usuários do SUAS); Adequação da Metodologia para a realização das Conferências Estaduais, como forma de investimento no Controle e Participação Social; Ampliação das publicações do Painel Social; Adequação dos Modelos de Prestação de Contas Fundo a Fundo; Incentivar discussões mais amplas sobre o processo de análise e construção do PMAS; Normativas e construção de Protocolos de Gestão de Serviços, de forma a incentivar os municípios à construção desta proposta considerando as SUAS singularidades; Incentivos a propostas de avaliação dos Serviços por parte das pessoas usuárias do SUAS.
Bauru	Normatização do SUAS no estado (LEI DO SUAS) | Normatizar e cofinanciar os Benefícios eventuais | retorno da autonomia dos municípios
Botucatu	Ampliação do repasse dos recursos; Fortalecimento do controle social, com equipes preparadas para orientar os municípios e colegiados que deem vazão às demandas postas. Fortalecimento da política de educação permanente do SUAS. Desenvolver eventos de boas práticas do SUAS, estimulando assim, a qualificação dos serviços socioassistenciais. Ampliação do quadro dos Recursos Humanos, através de concursos públicos para integrarem das Diretoriais Regionais 6. Fortalecer o marketing social.
Marília	Recursos Humanos e financeiros suficientes para a locomoção da equipe técnica do Estado para o monitoramento e supervisão técnica "in loco", bem como para ações formativas.

Tabela - Pontos positivos na atuação do Estado em relação a articulações intersetoriais

DRADS	Pontos positivos
GSP Leste	Não pudemos informar nenhum ponto.
GSP ABC	Com Referência ao Serviço de MSE
Capital	Qualidade do trabalho dos técnicos.
GSP Norte	Encontros Técnicos sobre PBF e BPC
Campinas	Inexistente
GSP Oeste	Encontros e reuniões pontuais, por algumas DRADS, para capacitar e aprofundar as relações entre profissionais de diversas áreas.
Itapeva	Existência do colegiado do Programa Bolsa Família Editais de financiamento de projeto ref. ao Conselho do Idoso e das Crianças e Adolescentes.
Mogiana	Tem buscado a articulação intersetorial, mas sem ferramentas de avaliação dos resultados alcançados
Piracicaba	Consideramos como pontos positivos, que apesar das limitações, a possibilidade de participação de encontros e capacitações.
Sorocaba	
Baixada Santista	Ação conjunta Assistência Social / INSS e BPC e vídeo conferência; Encontros regionais mensais com gestões do PBF dos municípios em conjunto com a DRS IV aprimorando os índices do IGD-PBF;
Vale do Paraíba	Esforço/ Tentativa de articulações visando o melhor funcionamento do Programa Bolsa Família, assim como a articulação entre os gestores visando o aprimorando da Política de Assistência Social no território da DRADS.
Vale do Ribeira	Ainda é um desafio, pois é equivocado o conceito de SUAS, por parte de alguns profissionais.
Alta Noroeste	Troca de conhecimento; Encaminhamentos de situações específicas e pontuais.
Alta Paulista	Articulação das capacitações Conseas, Condeca, CEI
Alta Sorocabana	Não há articulação.
Barretos	Não visualizamos ações intersetoriais nesta direção.
Fernandópolis	O Estado possui papel de mobilização.

Continua

Continuação

DRADS	Pontos positivos
São José do Rio Preto	Não foram observadas articulação intersetorial neste momento.
Franca	Realização de seminários intersetoriais (Programa Bolsa Família);
Araraquara	Troca de experiência e fortalecimento de vínculos entre as Secretarias de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação.
Ribeirão Preto	Os técnicos da SEDS possuem grande conhecimento técnico e auxiliam mesmo ao longo das diferentes gestões que passaram pelo Estado. Os pontos positivos na atuação do Estado em relação as articulações intersetoriais é que existe, através dos Programas com Decretos estabelecidos, como Recomeço, Criança Feliz, etc., a DRADS está conseguindo se articular intersetorialmente principalmente com a saúde e principalmente assistência social, existindo dificuldade com a política de educação, sendo que dessas parcerias, estabelecidas por Decreto, tem surgido grandes articulações e bons diálogos entre as políticas.
Avaré	As poucas articulações intersetoriais que existem são de iniciativa do âmbito municipal, com o apoio das Diretorias Regionais (DRADS), porém trata-se de uma atuação insipiente diante das demandas estaduais de construção, regulamentação, ampliação e qualificação da Proteção Social destinada aos sujeitos cidadãos de direitos.
Bauru	O programa Recomeço, Execução do PCF
Botucatu	Sem comentários
Marília	Apoio técnico aos municípios no papel articulador, assim como aos conselhos municipais. Também realização de ações formativas em parcerias com outros órgãos setoriais no âmbito estadual ou municipal.

Tabela - Desafios do Estado em relação a articulações intersetoriais

DRADS	Desafios
GSP Leste	Articular-se com outras políticas públicas, especialmente com saúde e educação.
GSP ABC	Aprimoramento da Articulação Intersetorial no Nível Estadual com Repercussões no Nível Municipal (Ex. População Situação de Rua = Saúde + Habitação + Segurança Pública + Renda e Trabalho; Pessoa com Deficiência = Saúde + Trabalho e Renda + Educação; Mulheres = Saúde + Trabalho e Renda + Habitação)
Capital	A articulação depende de um voluntarismo dos técnicos, tornando essas ações pessoais ao invés de institucional. Necessidade de um planejamento.
GSP Norte	Efetivar a articulação intersetorial a nível estadual
Campinas	Dificuldade de articulações entre as políticas públicas (Saúde, Educação, Segurança Pública, Habitação)
GSP Oeste	Estabelecer articulações intersetoriais em todas as esferas administrativas e criar as condições para manter essas articulações. Participar, ativamente, dos Consórcios Municipais e promover encontros regionais para debater assuntos transversais.
Itapeva	Fomentar a articulação intersetorial nos municípios referente: colegiado do Programa Bolsa Família, extensivo ao BPC na Escola, São Paulo Amigo do idoso, Ação Jovem e Renda Cidadã, dentre outros. Articulação Regional na Saúde e Educação na implementação do Programa Bolsa Família. Elaboração de projetos pelos municípios e OSC. (Editais de financiamento de projeto).
Mogiana	Efetivar as articulações intersetoriais, promovendo o aprimoramento das interlocuções institucionais
Piracicaba	Ampliar as fontes de articulação regional, promovendo mais fóruns, estabelecendo parcerias. Criar protocolos entre as políticas de Assistência, Saúde e Educação.
Sorocaba	Necessário desenvolver articulação intersetorial do Estado principalmente com outras Políticas setoriais, exemplo (saúde, educação e etc.). Identifica-se essa falta de articulação por escassez Recursos Humanos e infraestrutura (exemplo: veículos, demanda excessiva de trabalho, falta de valorização do quadro técnico).
Baixada Santista	Apoio maior da SEDS com demais secretarias estaduais que tenham interfaces com os serviços socioassistenciais; Promover ações que visem melhorar a interlocução com o sistema de justiça; Realizar encontros semestrais entre assistência social, educação e saúde sobre a pauta socioassistencial (Cad/PBF);
Vale do Paraíba	Assessorar/ apoiar com relação a articulação, sensibilização e capacitação, quando o caso, dos diversos atores da Política de Assistência Social e das demais áreas que a tangenciam, tanto no nível municipal, quanto no nível estadual.
Vale do Ribeira	Ser reconhecida e respeitada como política pública, a qual é regida por lei e normas. É necessário promover diálogos entre secretários de cada pasta, afim de alinhar conceitos e as competências de cada ente.
Alta Noroeste	Articulação do nível Estadual com outras políticas setoriais, Poder Legislativo e Judiciário, visando criação de fluxos e protocolos que auxiliem os municipios na Gestão e execução dos serviços.
Alta Paulista	Fóruns regionalizados para debates e articulações intermunicipais através de protocolos pré estabelecidos.
Alta Sorocabana	Realizar as articulações.
Barretos	Fortalecer a visão de Estado no que diz ao trabalho intersetorial e a devida articulação entre as políticas públicas, com o objetivo de que as ações e práticas do Estado repercutam positivamente nos municípios.

Continua

Continuação

Drads	Desafios
Fernandópolis	Dialogo integrado e estabelecimentos de metas e resultados comuns entre as pastas.
São José do Rio Preto	Encontros para promover articulação intersecretarial, definir protocolos de atuação para monitoramento e avaliação das ações da vigilância socioassistencial.
Franca	Continuidade na articulação intersetorial para além do Programa Bolsa Família; Articulação estadual para que secretarias de saúde, educação, planejamento, entre outras direcionem as regionais destas áreas para trabalharem articuladas com as DRADS nas regiões;
Araraquara	Tornar constante as articulações existentes e expandir essa integração a outras secretaria estaduais.
Ribeirão Preto	Diminuir a distância entre o interior e a região central, através do fortalecimento das Diretorias Regionais, financeiramente, tecnologicamente, departamento pessoal. Reconhecimento do Estado que a política de assitência social é dever do Estado e que o fortalecimento da política passa pelos diversos setores compreendidos. O principal desafio é a conscientização dos gestores das demais políticas para participação e articulação intersetorial.
Avaré	Elaboração de um Protocolo de Gestão Intersetorial, que possa garantir a periodicidade de Encontros e defina a atuação de cada ator envolvido no que diz respeito à Proteção Social, ou seja, Planejamento de Ações Estratégias, Cronograma de Atividades em Conjunto, Indicadores de Avaliação de Resultados e Transparência quanto aos resultados obtidos e dificuldades com a execução da proposta em âmbito estadual.
Bauru	maior articulação e efetivação da articulação intersetorial, maior divulgação dos trabalhos executados, combinar as interfaces políticas para que cada departamento tenha ciência do seu papel junto à comunidade |
Botucatu	1. Garantir o diálogo, o reconhecimento e os limites da política de assistência social na interface com as demais políticas públicas. 2. Pensar os programas sociais sob a luz da intersetorialidade, compartilhando as responsabilidades e cobrando de outras pastas sua atuação
Marília	Ausência de protocolo de atuação entre as secretarias de Estado e municipais, ruídos de comunicação e definição dos papeis de cada área quando se trata de uma ação em conjunto.

ANEXO 5

Parecer sobre os resultados e a metodologia de diagnóstico socioterritorial do Estado de São Paulo

Parecer da Prof. Dra. Dirce Koga sobre o documento preliminar "o diagnóstico socioterritorial 2019 do estado de São Paulo" elaborado pela SEDS.

Inicialmente, agradecendo pela oportunidade de leitura e reflexão sobre o material produzido gostaria de parabenizar a todos (as) pela iniciativa, que me parece, inédita, do ponto de vista da escala adotada para o desenvolvimento deste trabalho, qual seja, a escala regional. Foi a partir desta perspectiva escalar que procurei identificar pontos de destaque, e que certamente demandam novos debates, e que imagino já estejam sendo desenvolvidos neste encontro.

A escala regional, do ponto de vista da gestão pública, se apresenta ainda como um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas sociais brasileiras, e que se relaciona com o modelo federativo em vigência, em que Abrucio e Franzece destacam o "padrão autárquico de municipalismo":

> Nesse contexto, grande parcela dos encargos acabou sendo assumida de forma desorganizada pelos municípios, muitas vezes com pouca cooperação junto às outras instâncias federativas, noutras, com um aumento da competição entre os próprios governos municipais. O fato é que se construiu um padrão autárquico de municipalismo (DANIEL, 2001), transformando os prefeitos nos atores fundamentais da dinâmica local e intergovernamental, cada qual defendendo a autonomia de seu município como se esta significasse um isolamento das demais unidades da federação, ignorando que alguns problemas têm

> solução apenas em âmbitos mais abrangentes como o microrregional, estadual ou mesmo federal. O pior de tudo é que autonomização em diversos casos e aspectos não reduziu a subordinação financeira ou política das cidades em relação aos níveis superiores de governo. (ABRUCIO & FRANZECE, 2007:p.19)[3]

Este cenário descrito pelos autores, me parece, foi acenado em alguns momentos das oficinas realizadas no processo de construção deste Diagnóstico Socioterritorial, e que também se configura como relevante: a participação dos sujeitos que vivenciam a realidade a ser diagnosticada.

Elegi os seguintes pontos para o debate em torno do Diagnóstico Socioterritorial 2019 o estado de São Paulo:

1. Incorporação da escala regional para a gestão do SUAS no estado de São Paulo;

2. Dinâmica populacional e a razão de dependência;

3. Desigualdade socioeconômica e diversidade socioterritorial regional;

4. A força do Cadastro Único;

5. Vulnerabilidades socioterritoriais;

6. Estratégias regionais de proteção social;

7. Relação de Presenças/ Ausências de demandas regionais.

[3]ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. Tópicos de economia paulista para gestores públicos, v. 1, p. 13- 31, 2007.

1. Incorporação da escala regional para gestão do SUAS no estado de São Paulo

Considero fundamental a SEDS apresentar um Diagnóstico Socioterritorial de base regional para balizar o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS):

- ✓ Reforça o movimento de conhecimento da realidade a partir dos municípios e das DRADS;
- ✓ Valoriza a "escuta" das demandas e estratégias cunhadas pelos sujeitos que vivenciam a gestão a partir do chão.

Ao mesmo tempo, ao adotar a escala regional, significa assumir o desafio de que se trata de uma escala essencial para o porte do estado de São Paulo, com seus 645 municípios, 26 regiões administrativas e 6 macrorregiões, que remetem algumas questões:

- ✓ Fundamental o reconhecimento das 26 DRADS para além de sua função político administrativa. Suas limitações atuais em termos de infraestrutura e recursos humanos impactam diretamente na sua atribuição enquanto agente institucional estratégico para a gestão do SUAS na escala regional;
- ✓ Se faz urgente trabalhar a escala regional tanto na perspectiva inter-regional como intra-regional. Vide a tabela 1 (p.4) da diversidade populacional do estado de São Paulo e o predomínio dos municípios de pequeno porte 1. Além da distribuição quantitativa dos municípios a partir dos portes, sugeriria outra tabela indicando para cada uma das 26 DRADS a quantidade de municípios por porte. Ou seja, dar maior visibilidade ao conjunto das 26 DRADS e suas diversidades de composição dos municípios por porte populacional.
- ✓ Esta realidade reforça a necessidade pela regionalização da gestão do SUAS, conforme o destaque apontado na página 10 do texto.

- ✓ Certamente seria importante a construção do Diagnóstico Socioterritorial Regional (26 Diagnósticos Socioterritoriais) para balizar os Planos Regionais de Assistência Social.

2. Dinâmica populacional e razão de dependência

Os mapas que identificam a incidência de população acima de 60 anos em relação à população total e a incidência de população abaixo de 15 anos em relação à população total revelam a importância do indicador de razão de dependência para análise da proteção social. Chama atenção, por exemplo, a maior incidência da população com mais de 60 anos na região metropolitana de São Paulo e, em contraponto, a maior incidência da população com menos de 15 anos na região mais ao sul do estado de São Paulo Estas realidades diversas reforçam a necessidade de **diagnósticos regionais para identificação de demandas comuns dos municípios em âmbito regional,** que pode otimizar a criação de **estratégias ou processos e produtos de gestão regionalizada.**

3. Desigualdade socioeconômica e diversidade socioterritorial regional

- ✓ Os vetores rodoviários marcando as redes e fluxos socioeconômicos, demandam atenção para a dinâmica da relação proteção/ desproteção social que este tipo de configuração viária gera para as cidades atingidas por estes vetores. Aqui a gestão dos riscos e vulnerabilidades sociais em escala regional se coloca fundamental para compreensão e respostas regionalizadas de proteção social para fenômenos como: migração, exploração sexual, egressos do sistema prisional e de abrigamento.
- ✓ As presenças do agronegócio (do setor canavieiro principalmente) e da agricultura familiar em uma mesma região

indicam a necessidade de incorporar a escala territorial rural nos diagnósticos socioterritoriais regionais. Me parece que ainda tem prevalecido uma perspectiva urbana de diagnóstico socioterritorial, em que pese a prevalência da urbanização no país e no estado de São Paulo em particular. O próprio IPVS apresenta a discriminação de vulnerabilidade alta para setores censitários urbanos e rurais.

- ✓ A presença dos presídios se coloca como uma condição intrínseca e necessária aos diagnósticos socioterritoriais regionais, pois se trata de uma realidade cada vez mais presente nos municípios do estado de São Paulo, em que se faz urgente a articulação entre os sentidos da política de segurança pública e das políticas de proteção social. Lembrando que os censos populacionais municipais incorporam os presídios como domicílios coletivos, agregando a população presidiária no total da população. Cito o caso da cidade de Pracinha (DRADS Alta Paulista), que no Censo de 2000 apresentava 1.431 habitantes e no Censo de 2010, a população salta para 2.863 moradores, um aumento de praticamente 100%, explicável pela presença do presídio, que apresentava uma população de 1.166 homens (40% da população total e 50% da população masculina do município). Ou seja, há municípios em que a população presidiária quase se equipara à população residente, pressionando a rede de proteção social local e regional.

4. A força do Cadastro Único

Destaque para a tabela da página 13 que expressa as discrepâncias inter-regionais quanto ao número de pessoas cadastradas no ano de 2018, incluindo a normatização para 100.000 habitantes, que revelam a representatividade deste público nas DRADS de Itapeva (53.487),

Vale do Ribeira (48.381) e Fernandópolis (41.478), além de Marília (37.800), Alta Sorocabana (36.700) e Alta Paulista (35.324).

Esta tabela sugere a força dos dados do Cadastro Único também para a escala regional e, ao mesmo tempo, suscita a necessidade de estudos e pesquisas no âmbito da Vigilância Socioassistencial de forma regionalizada para se compreender estas expressões regionais: que fenômenos estão em curso, a ponto de algumas regiões apresentarem esta incidência de população cadastrada?

Faz lembrar o que tem dito a socióloga Vera Telles:

> Como diz Brenner (2013), o problema empírico e teórico a ser hoje enfrentado é identificar os processos socioespaciais históricos que produzem o caráter urbano dos lugares e engendram as paisagens heterogêneas do capitalismo contemporâneo. Ao invés de tomar a cidade como objeto estável e definido, propõe Farias (2010), trata- se de investigar os agenciamentos urbanos a partir dos quais os espaços, seus artefatos, suas redes e trama de relações são produzidos em lugares concretos da pratica urbana e, por essa via, identificar e trabalhar teoricamente a emergência das situações e circunstancias que constroem o nosso próprio presente.[4]

Significa dizer que o Diagnóstico Socioterritorial se coloca também como um espaço para novas reflexões diante das informações produzidas e descritas, estimulando a necessidade de incluir análises a partir das escalas territoriais trabalhadas. Quanto mais territorializados forem os dados, possivelmente mais insumos se terá para inclusão de

[4] Artigo Vera Telles: Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, 2015, p. 15-41

análises nos diagnósticos socioterritoriais. Estas análises são fundamentais para a indicação de diretrizes para os planos de assistência social como para os planos de trabalho social a ser desenvolvidos nos territórios dos municípios, das regiões. Aqui se reforça a produção de Diagnósticos Socioterritoriais Regionais.

5. Vulnerabilidades socioterritoriais

Importantes os mapeamentos levantados das vulnerabilidades socioterritoriais por parte das regiões, indicando a diversidade e, ao mesmo tempo, os pontos comuns existentes entre as 26 DRADS.

Estes mapeamentos apresentam também uma potência de análise da totalidade das vulnerabilidades, para além das incidências de cada uma delas. Assim, por exemplo, se poderá agrupar as vulnerabilidades em duas vertentes:

5.1. Características socioterritoriais agrupadas pelas 26 DRADS: desemprego na entressafra, presença de presídios, perigo de escorregamento, razão de dependência (população com mais de 60 anos e menos de 15 anos).

5.2. Expressões de desproteção social pelas presenças de: insegurança alimentar, população cadastrada, egressos do sistema prisional, dificuldade de acesso a serviços públicos, situação de risco, estratégias diferenciadas de sobrevivência, violência familiar, grupal ou individual, famílias em situação de fragilidade e risco social, vivencias de discriminação, preconceito.

Dessa forma, as 26 regionais passam a ser a porta de entrada para análise das características socioterritoriais e das expressões de desproteção social, em que se visualiza em quais regionais determinadas características e expressões se fazem presentes,

permitindo uma visão mais totalizante das DRADS e seus territórios de atuação.

REGIONAIS	CARACTERISTICAS SOCIOTERRITORIAIS			
	Desemprego na entressafras	Presença de presídios	Perigo de escorregamento	Razão de dependência
REGIONAIS	EXPRESSÕES DE DESPROTEÇÃO SOCIAL			
	Insegurança alimentar	Egressos do Sistema Prisional	População Cadastrada	Dificuldade de acesso a serviços públicos

6. Estratégias regionais de proteção social

Na mesma linha de raciocínio utilizada para análise das vulnerabilidades socioterritoriais, sugeriria agrupar por Proteção Social as estratégias para qualificação dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Dessa forma, a porta de entrada da tabela seria o conjunto de estratégias indicadas em relação à PSB (benefícios e programas) e à PSE (de média e alta complexidade).

ESTRATÉGIAS	PSB		PSE	
	Programas e Benefícios	Serviços	Média Complexidade	Alta Complexidade

Tomando como referência as incidências de estratégias, se observou que há pontos em comum entre as duas proteções indicadas pelas regionais, com destaque para a estratégia de Educação Permanente que aparece em primeiro lugar tanto no grupo da PSB como na PSE.

Ao mesmo tempo, as diversidades de estratégias do ponto de vista de sua incidência também se tornaram visíveis, por exemplo: enquanto o segundo lugar para o grupo de benefícios e programas da PSB é ocupado pela estratégia de "estudos e pesquisas", no caso dos serviços

da PSB o segundo lugar é ocupado pela estratégia de "repasse de recursos", ocorrendo a mesma situação para os serviços de Média Complexidade da PSE. Já, para os serviços de Alta Complexidade da PSE, a estratégia de "articulação (regional, intersetorial e intersecretarial)" é que ocupa a segunda posição no conjunto das estratégias.

Nos casos de terceiro lugar, tanto para o grupo de benefícios e programas, como para o de serviços da PSB, foi ocupado pela estratégia "apoio/supervisão técnica presencial". Na PSE Média complexidade, o terceiro lugar ficou designado para a estratégia "articulação (regional, intersetorial e intersecretarial) ", sendo que para a PSE Alta complexidade, este lugar foi ocupado pela estratégia "consórcios intermunicipais".

Chama atenção nas estratégias a unanimidade prioritária das duas proteções em torno da Educação Permanente, bem como a estratégia "apoio/supervisão técnica presencial" ocupando o mesmo terceiro lugar na PSB tanto no grupo dos benefícios e programas como no grupo dos serviços. Ou seja, parece haver aqui um sinal de alerta para o investimento necessário em processos de cursos e capacitação técnica, bem como na supervisão técnica presencial, que se configura no SUAS como "capacitação técnica em serviço". Ambas as estratégias indicam a importância de se estabelecer processos contínuos de formação e capacitação técnica de forma articulada às demandas de trabalhadores, gestores e conselheiros apresentadas no cotidiano da gestão do SUAS em âmbito regional.

7. Relação de presenças/ ausências de demandas regionais

Interessante notar que em todas as demandas regionais apresentadas (identificadas como "dificuldades ou gargalos" na PSB e "serviços

insuficientes ou inadequados" na PSE), havia pelo menos uma DRADS com ausência de determinada demanda.

Dessa forma, para além das incidências que indicam a diversidade na distribuição das demandas presentes nas DRADS, se pode analisar também as ausências de determinadas demandas em determinadas regiões. Como, por exemplo, em relação à demanda denominada de "dificuldades no acompanhamento/atendimento de famílias nos serviços socioassistencial", o texto do diagnóstico verifica: "com exceção de Bauru e Alta Paulista, todas as demais regiões do Estado (24) apontaram o acompanhamento/atendimento das famílias como um fator de dificuldades e gargalos na gestão ou execução dos PTR e benefícios socioassistenciais". (p. 53) Se vislumbram a partir desta constatação alguns questionamentos: "Por que estas duas DRADS não apresentam esta demanda ou dificuldade presente nas demais 24 DRADS?; Esta dificuldade já teria sido superada por estas duas DRADS?."

Também se poderia perguntar por que quatro das 26 DRADS não apresentaram como demanda as dificuldades de articulação. Segundo o diagnóstico socioterritorial, "22 regiões indicaram a necessidade de desenvolver a articulação de maneira ampliada envolvendo municípios, regiões e estado" (p.55)

Ou seja, as ausências de determinadas demandas podem estar sugerindo a presença de novas demandas, dificuldades ou gargalos a serem trabalhados estratégica e especificamente em determinadas regionais.

Considerações finais

Como já indicado no Diagnóstico Socioterritorial, se faz importante dar concretude aos desafios do Estado levantados na síntese final, na perspectiva da construção de diretrizes para balizamento do Plano

Estadual de Assistência Social nos três eixos: Proteção social, Gestão do SUAS e Articulação intersetorial.

Chamou atenção dois desafios presentes nos três eixos, e que sinalizam a demanda pela presença "in loco" do ente estadual:

- a necessidade de fortalecer o papel das DRADS, e destacaria neste contexto sua presença viva e estratégica nos territórios;
- a Educação Permanente (capacitação, encontros, seminários, orientação, supervisão, assessoria, apoio técnico), e destacaria neste desafio a realização de processos em escala regionalizada e ou inter-regional, a partir de demandas comuns presentes no cotidiano do trabalho social desenvolvido nos municípios. Incluiria nestes processos a demanda por um sistema de Vigilancia Socioassistencial, que implica na necessidade de envolver o conjunto de gestores, trabalhadores e conselheiros em um movimento de compreensão da Vigilância Socioassistencial enquanto função e não somente como um setor ou sistema. A Vigilância Socioassistencial precisa fazer sentido a partir do cotidiano da Gestão do SUAS, contribuindo no fortalecimento da Proteção Social, a partir dos territórios comuns de inserção dos provimentos de programas, serviços e benefícios, fomentando e fortalecendo a Articulação Intersetorial.

Sem dúvida, o Diagnóstico Socioterritorial do Estado de São Paulo 2019 aqui debatido revela a importância de geração de produtos e processos mais participativos no âmbito do SUAS e na escala regional. Se coloca, ao mesmo tempo, o desafio para que o Diagnóstico Socioterritorial se torne um instrumento vivo no cotidiano de gestão das DRADS e dos municípios, à medida do seu uso, de sua atualização contínua. Ao se tornar um instrumento vivo, deixa de ser um "evento pontual" na agenda estadual, regional ou local. Se torna parte do cotidiano, pois seu horizonte é a garantia de acesso aos direitos socioassistenciais.

Em tempos adversos a esta garantia pública e constitucional, precisamos nos fortalecer, por meio destes processos e produtos, como sujeitos, conforme nos ensina Joaquina Barata Teixeira:

> Dedescobrir a dimensão política é redescobrir o encanto da profissão em oposição ao desencanto.
>
> É articular realismo com utopia.
>
> É ver que o conhecimento e o trabalho podem ser uma alegria.
>
> E que a luta tem momentos de êxtase.
>
> A dimensão política nos revela que construir uma nova civilização é uma fascinante aventura através da qual nós descobrimos o movimento consciente e nos redescobrimos como sujeitos.
>
> Obrigada pela oportunidade do diálogo e força para seguir em frente.
>
> São Paulo, 24 de agosto de 2019.

Dirce Koga